

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	13
1.5 Principais clientes	25
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	26
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	31
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	33
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	34
1.10 Informações de sociedade de economia mista	37
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	38
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	39
1.13 Acordos de acionistas	41
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	48
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	49
1.16 Outras informações relevantes	50
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	56
2.2 Resultados operacional e financeiro	83
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	87
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	88
2.5 Medições não contábeis	90
2.6 Eventos subsequentes as DFs	93
2.7 Destinação de resultados	94
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	98
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	99
2.10 Planos de negócios	100
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	103
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	104
3.2 Acompanhamento das projeções	105

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	106
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	136
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	137
4.4 Processos não sigilosos relevantes	139
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	143
4.6 Processos sigilosos relevantes	144
4.7 Outras contingências relevantes	145
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	147
5.2 Descrição dos controles internos	153
5.3 Programa de integridade	155
5.4 Alterações significativas	159
5.5 Outras informações relevantes	160
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	162
6.3 Distribuição de capital	186
6.4 Participação em sociedades	187
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	188
6.6 Outras informações relevantes	189
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	190
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	196
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	197
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	199
7.4 Composição dos comitês	211
7.5 Relações familiares	215
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	216
7.7 Acordos/seguros de administradores	221
7.8 Outras informações relevantes	222
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	227

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	235
8.3 Remuneração variável	239
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	241
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	254
8.6 Outorga de opções de compra de ações	255
8.7 Opções em aberto	256
8.8 Opções exercidas e ações entregues	257
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	258
8.10 Outorga de ações	259
8.11 Ações entregues	261
8.12 Precificação das ações/opções	262
8.13 Participações detidas por órgão	265
8.14 Planos de previdência	266
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	267
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	270
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	271
8.18 Remuneração - Outras funções	272
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	273
8.20 Outras informações relevantes	274
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	278
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	279
9.4 Outras informações relevantes	280
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	281
10.1 Descrição dos recursos humanos	283
10.2 Alterações relevantes	286
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	287
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	288
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	289
10.5 Outras informações relevantes	290
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	291
11.2 Transações com partes relacionadas	293
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	296
11.3 Outras informações relevantes	297
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	298
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	299
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	300
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	301
12.5 Mercados de negociação no Brasil	302
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	303
12.7 Títulos emitidos no exterior	304
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	305
12.9 Outras informações relevantes	306
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	307
13.1 Declaração do diretor presidente	308
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	309
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1. Atividade do emissor

1.1 – Histórico do emissor

Com mais de 2.800 colaboradores, 27 aquisições, 11 filiais e mais de 160 canais de distribuição, a Senior Sistemas S.A. (“Senior” ou “Companhia”) é uma companhia de software para gestão empresarial com atuação no Brasil e América Latina.

A Companhia foi fundada em 1988 por Guido Heizen, que, aos 23 anos, percebeu uma oportunidade de mercado com a transição da computação para a microinformática. Naquele ano, Guido Heizen decidiu empreender e desenvolveu um software de folha de pagamento para atender o RH das empresas que necessitavam digitalizar ou internalizar este processo.

Em 1990, juntaram-se a ele Nésio Gilberto Roskowski, então analista de sistemas, e Jorge José Cenci, que naquele momento era gerente de TI em uma empresa cliente da Senior. Juntos, Guido, Jorge e Nésio, formaram uma sociedade com competências muito complementares que levaram a Senior a crescer de forma consistente e sustentável ao longo da sua história.

Abaixo a Companhia destaca os principais eventos desta jornada:

1991: início da expansão comercial da Companhia por meio de Canais de Distribuição no Brasil.

1996: lançamento do software de Gestão Empresarial (ERP) em arquitetura Cliente/Servidor; atinge mais de 720 clientes e 100 empregados.

2001: lançamento do produto de Gestão de Acesso e Segurança; abertura de filiais para atender diretamente os clientes nos principais centros econômicos do Brasil, com sua primeira filial na cidade de São Paulo/SP.

2011: constituição do Conselho de Administração; Carlênio Castelo Branco assume como CEO e Jorge José Cenci passa a presidir o Conselho de Administração.

2013: início da comercialização dos sistemas de gestão em Cloud Computing; abertura de filial no Rio de Janeiro; consolidação das filiais no Rio Grande do Sul e Nordeste; aquisição do Canal de Distribuição Performance Management System (PMS), naquele momento um dos maiores canais de distribuição da Companhia no interior de São Paulo, localizado em Indaiatuba.

2014: Senior dá seu primeiro passo na área de logística e adquire a Sythex, fornecedora nacional de softwares de WMS (Warehouse Management System).

2015: atenta às transformações tecnológicas em curso a Companhia inicia o desenvolvimento da nova plataforma SeniorX, uma plataforma cloud-native, baseada em microserviços e APIs, voltada a experiência do usuário e transformação digital das corporações; aquisição da empresa Softran, especializada em softwares de TMS (Transport Management System), solução direcionada a transporte de carga, logística e frotistas; lançamento do Programa Inove Senior para aceleração de startups em estágio inicial de crescimento.

1.1 Histórico do emissor

2016: lançamento da Senior Store, com objetivo de comercializar soluções, treinamentos e serviços de maneira digital; aquisição do canal de Belo Horizonte-MG dando origem à filial MG.

2017: aquisição do Canal de Distribuição Prodama, localizada em Umuarama-PR, especializada no agronegócio, incrementando assim o portfólio de soluções especializadas para o agro e a presença da Companhia nas regiões do Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

2018: Senior atinge o patamar de empresa de grande porte com R\$335 milhões de receita bruta no ano; aquisição da Mega Sistemas, especializada no segmento de softwares para Construção, com sede em Itu (SP) e com filiais e canais em diversas regiões do Brasil.

2019: aquisição da unidade de logística TMS da Opentech, com sede em Joinville (SC), reforçando sua atuação como fornecedora de soluções para gestão em logística.

2020: lançamento da fintech Wiipo com o objetivo de fornecer serviços financeiros para a base de clientes da Companhia e seus empregados; lançamento da nova geração do ERP XT e X baseada na Plataforma SeniorX.

2021: início da expansão internacional com a aquisição da empresa colombiana Novasoft SAS, de solução de Gestão de Pessoas HCM e ERP.

Ainda em 2021 a Companhia realizou outras quatro novas aquisições: (i) WMS Alcis, de Gestão de Armazenagem; (ii) TMS Embarcador GKO, de Gestão de Transportes Embarcador; (iii) Convenix, de benefícios flexíveis e convênios; (iv) Obra Play, de solução de marketplace para Construção Civil.

E foi eleita pelo Gartner, em um guia de mercado com 40 provedores mundiais, como “Representative Vendor” para “Human Capital Management Suites”.

2022: concessão do registro como Companhia Aberta, Categoria “A”, pela CVM;

Aquisição da empresa Globaltec, fornecedora de soluções de tecnologia para Incorporadoras, Construtoras e Urbanizadoras, fortalecendo o segmento de Construção da Companhia.

Lançamento da unidade de negócio X Platform direcionada a escalar o nosso ecossistema X. A unidade conta com uma plataforma que, a partir de ferramentas no-code, low-code e APIs, customiza e integra diversas funcionalidades como BPM, RPA, Chatbot, ECM/Assinatura Eletrônica, Analytics e Senior Connect às soluções de gestão da Senior, gerando uma experiência personalizada, flexível e de baixo custo aos nossos clientes.

Também em 2022 a Companhia foi certificada como um Great Place to Work pelo quinto ano consecutivo e premiada pelo instituto nos 3 rankings em que concorreu. Conquistou pela primeira vez uma posição entre as melhores grandes empresas para se trabalhar no Brasil, reconhecida como uma das 150 melhores empresas de tecnologia da informação para se trabalhar no país e a 3ª melhor de Santa Catarina. Também recebeu o prêmio “Destaque Saúde Emocional” pelos ótimos índices relacionados à saúde e bem-estar.

1.1 Histórico do emissor

2023: Constituição da Joint Venture com o BTG Pactual em Julho/2023 para oferta de serviços financeiros para pessoa jurídica através do ERP Senior.

Aquisição da empresa Ilog, fornecedora de soluções de gestão de aprendizagem e educação corporativa, fortalecendo o pilar de Gestão a partir da oferta da solução de Educação Corporativa totalmente integrada à plataforma HCM.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 – Descrição das Principais Atividades do Emissor e Suas Controladas

Visão Geral do Negócio

Somos a Senior Sistemas, uma empresa com mais de três décadas de inovação e transformações que impulsionam o negócio dos nossos clientes por meio de um ecossistema de soluções de tecnologia para gestão. Atuamos como uma empresa one-stop-shop, oferecendo um amplo portfólio de produtos para a gestão integrada dos nossos clientes, incluindo soluções para gestão empresarial Enterprise Resource Planning (“ERP”), nos setores de Manufatura, Agronegócio, Construção Civil, entre outros. No âmbito das nossas soluções de Gestão Empresarial ERP, oferecemos aos nossos clientes soluções de otimização logística, gestão de pessoas, gestão de acesso e segurança, e serviços financeiros.

Nossas soluções estão organizadas em três principais conjuntos de capacidades: (i) Capacidade de Gestão, que envolve as aplicações core de gestão empresarial ERP, (ii) Capacidade Financeira, que visa prover serviços financeiros otimizados e integrados ao ERP e aos sistemas de Recursos Humanos, e a (iii) Capacidade de Plataforma, que habilita os nossos clientes a construir um ecossistema com soluções especialistas em torno do seu ERP, as quais podem ser integradas de forma oficial por meio de mais de 15 mil APIs (Applications Protocol Interface – “API”s).

Nosso Modelo de Negócios

Com nossas soluções de gestão sendo a base do modelo de negócios, objetivamos a expansão do modelo de monetização atual a partir do oferecimento da Capacidade de Plataforma e da Capacidade Financeira para nossos clientes, tratando o upselling e cross-selling de nossas soluções como avenida para crescimento. Esta avenida de crescimento se materializa quando ocorre o crescimento da base existente de clientes, criando um efeito de rede e escala. Com isso, almejamos conseguir o aumento do share of wallet (porcentagem do orçamento do cliente que é gasto com nossas soluções) com baixo custo de aquisição de cliente (“CAC”) adicional.

Além disso, diferentemente das soluções de ERP atuais, desenvolvidas em módulos e adquiridas separadamente de acordo com a necessidade de cada cliente, o surgimento de tecnologias como a computação em nuvem permitiu a criação do ERP Composable9. Baseado em uma arquitetura de software com diversos micro serviços interconectados dentro do mesmo módulo, este se diferencia do ERP usual uma vez que os diversos módulos que eram adquiridos separadamente agora se tornam partes dentro do mesmo ERP.

Estes conceitos de micro serviços e ERP Composable se inserem em contextos de transformação digital das empresas, uma vez que o movimento de migração de soluções de gestão para nuvem vai exigir uma nova arquitetura que permita a integração com outras soluções especialistas, antes realizada em ambiente interno nas organizações, sob domínio das mesmas, e agora estão em nuvens públicas em ambientes multitenant, que precisam endereçar questões de segurança da informação, performance e consumo de infraestrutura na nuvem.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia direciona sua atuação no segmento para soluções de ERP Composable, como estratégia, ofertada por meio da nova geração do nosso sistema ERP, denominado “ERP X”.

Estratégia para Crescimento Contínuo

Crescimento Orgânico

Crescimento orgânico é aquele obtido pela Companhia por meio do desenvolvimento de novos produtos, ganho de marketshare, expansão de vendas por crescimento da economia ou aumento da demanda. Crescimento inorgânico é aquele realizado pela aquisição total ou parcial de outras empresas.

A Senior cresce organicamente pela evolução das soluções atuais, desenvolvimento de novos produtos, evolução tecnológica e expansão da força de vendas. Desde 2001, realizamos a (i) abertura de novas filiais em 9 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma filial na Colômbia; e (ii) alcançamos mais de 160 canais de distribuição espalhados em todo território brasileiro que comercializam e prestam suporte/serviços às soluções da Companhia.

Crescimento Inorgânico

Da estratégia à execução, há mais de 10 anos adquirimos e investimos em empresas para consolidar o nosso ecossistema de soluções, ampliar a nossa atuação geográfica e expandir para novos mercados.

Já somamos mais de 27 operações de M&A e Investimentos e acreditamos que o crescimento da Senior é também resultado da nossa expertise nas transações realizadas até aqui.

Vantagens Competitivas

- i. Reputação: Reconhecimento de qualidade por nossos clientes e parceiros no oferecimento de soluções integradas.
- ii. Tecnologia: Portfólio de produtos através de um ecossistema integrado (Senior X + Wiipo), com uma tecnologia baseada em micro serviços e APIs.
- iii. Capilaridade: Rede de distribuição no Brasil (+100 canais de distribuição), ao mesmo tempo com crescimento na América Latina.
- iv. Estratégia de Aquisições e de Investimentos: Expertise por meio da realização de M&As e investimentos nos últimos anos, tendo realizado um total de 25 operações desde 2011 (dos quais, 7 foram investimentos em startups).
- v. Parcerias: Foco estratégico em setores segmentados e especializados em crescimento, através de relacionamentos com nossos mais de 50 parceiros.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- vi. Ambiente de negócios: Companhia está adaptada às questões culturais, legais e fiscais nos países e regiões de atuação.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 – Informações Relacionadas aos Segmentos Operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia administra seus negócios e toma decisões de alocações de recursos considerando a existência de um único segmento operacional de prestação de serviços de tecnologia.

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do oferecimento de soluções em Gestão Empresarial, Logística, Gestão de Pessoas, e Gestão de Acesso e Segurança, além de serviços de consultoria empresarial e de negócios, do mapeamento de infraestrutura de TI (on-premise, cloud ou híbrida), e do desenvolvimento de soluções de Softwares, nos principais segmentos estratégicos da Companhia, como Manufatura, Agronegócio, Construção Civil, dentre outros.

A seguir, as principais informações sobre o ecossistema de soluções Senior.

Capacidade de Gestão

Consideramos a Capacidade de Gestão a principal das três, por meio da qual buscamos prover soluções em gestão empresarial ERP para os setores estratégicos que atuamos e que tem como objetivo se adequar aos processos de cada organização, e ao mesmo tempo promover a integração com subsistemas/módulos especialistas, próprios do cliente ou de outros fornecedores, de forma transparente e segura, através do conceito de “plataforma”, conforme abaixo descrito.

Aliado ao movimento de mercado de migração de sistemas de ERP para a nuvem, temos visto, em nossos clientes, uma busca por soluções cada vez mais especializadas para cada setor das empresas, exigindo uma capacidade de integração dos ERP's cada vez maior à atividade e particularidade de cada setor de atuação das empresas.

Essas necessidades de flexibilização funcional e maior capacidade de integração com subsistemas especialistas se tornam ainda mais complexas de serem atendidas quando falamos de soluções na nuvem, pois exige uma arquitetura tecnológica nova, que consiga (i) atender ao core de gestão dos clientes, (ii) absorver a demanda de personalizações e processos especialistas, sem afetar a performance da nuvem como um todo ou onerar custos operacionais para o fornecedor de ERP e ainda (iii) garantir os requisitos relacionados à segurança digital.

Implementamos em nossa arquitetura os conceitos de micro serviço⁵ e mensageria multitenant⁶ necessários para atender a estes pré-requisitos tecnológicos de escolha de software nos próximos anos.

Outro aspecto importante da nossa Capacidade de Gestão é a interface de interação com os usuários. A fim de democratizar ao máximo o acesso aos sistemas, procuramos implementar em nosso ERP uma rede social corporativa com características intuitivas e conhecidas pelos diversos membros de uma organização, desde alta gerência até os níveis operacionais.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Outra característica implementada neste sentido é o uso da SARA, bot de autoatendimento dos sistemas Senior, que pode sanar dúvidas e responder a perguntas sobre a operação, em linguagem natural do ser humano, tanto pelo sistema quanto pelo Whatsapp e Google Assistant. A SARA também pode emitir alertas de situações de risco da operação, como uma quebra de fluxo de caixa futura, ou ainda um alerta de inovação de área restrita por pessoal não autorizado.

Todos os processos de negócios do sistema estão catalogados em um repositório de dados para serem utilizados em fluxos de automação de processos e autorizações, como Workflows. Essa característica tem por finalidade fornecer ao cliente a capacidade de gerenciar os processos e regras de acordo com suas diretrizes e garantir a governança da sua organização de forma simplificada. Dessa forma, a título exemplificativo, apresentamos algumas soluções utilizadas no ERP:

CRM: Aplicamos esse conjunto de tecnologia em processos de negócios de forma a construir uma jornada fluida e integrada ao longo da cadeia de uma organização. Quando potencializamos a capacidade de gestão com nossa tecnologia, consideramos como destaques a solução de CRM – gestão de clientes nativa do ERP Senior e integrada com soluções de marketing digital do mercado, permitindo à organização expandir para novas regiões e novos mercados de forma estruturada, em um movimento providencial considerando as necessidades de adaptação dos negócios.

WMS (Warehouse Management System) e TMS (Transport Management System): Considerando as dimensões e as condições de infraestrutura dos países que atendemos, tem por finalidade oferecer soluções de software em otimização logística, de forma a atender o ciclo de suprimento da cadeia onde nosso cliente está inserido. Tanto para gestão de centros de distribuição (como por exemplo, players de e-commerce do Brasil) como clientes, por exemplo, quanto no que diz respeito à gestão de fretes e transportes, entendemos que nossas soluções atendem ao ciclo de suprimento da cadeia onde nosso cliente está inserido.

Desde a matéria-prima até o consumidor final, estamos presentes em empresas nas diversas etapas da cadeia produtiva e nos mais variados setores, como: manufatura, agronegócio, construção civil e pesada, logística, incorporação e urbanismo, atacado & varejo, portos e recintos alfandegados.

HCM: Com relação a gestão de pessoas, o Human Capital Management (“HCM”) da Senior se mostra como uma solução para empresas que desejam atuar com um RH Digital. O HCM viabiliza: (i) assertividade e agilidade em atração e retenção de talentos, (ii) praticidade ao lidar com alto volume de folhas de pagamentos, (iii) simplicidade para tratar assuntos relacionados a férias e benefícios, além de ser (iv) um apoio na prestação de contas necessárias para o eSocial.

Acesso e Segurança: Para controle e segurança do negócio, o Ronda Senior é a solução projetada para atender às políticas de segurança de empresas de diferentes setores, e ao mesmo tempo proporcionar fluidez e circulação de pessoas. Com essa tecnologia é possível validar e monitorar o acesso a áreas restritas, ter visibilidade em tempo real da entrada e saída de visitantes, colaboradores e todos que circulam pela empresa. Além disso, o Ronda

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

também pode ser usado para monitorar veículos de colaboradores, terceiros ou visitantes, através do controle de estacionamentos e garagens. Para tanto, a Companhia disponibiliza uma tecnologia de (i) gestão de credenciais; (ii) reconhecimento facial; (iii) controle de nível e anti-passback; e (iv) controle de permissão de entrada e saída de colaboradores, o que pode inclusive auxiliar a reduzir passivos trabalhistas.

Pelo número de soluções integradas ofertadas em nosso ecossistema, geramos oportunidades de cross-selling. Além de serem atraídos pela completude do nosso ecossistema, aumentamos a fidelidade dos nossos clientes pela quantidade de ofertas disponíveis no marketplace de soluções do ecossistema de parceiros (através de políticas de parcerias e pagamento de repasse por vendas realizadas através da Companhia), reforçando a estratégia de one-stop-shop.

Capacidade Financeira

Operando em um formato de plataforma, por meio do nosso Wiipo app, conectamos diversas fintechs, bancos e estabelecimentos parceiros, buscando oferecer soluções financeiras para nossa base de clientes.

As soluções financeiras disponíveis para colaboradores na referida plataforma consistem em folha de pagamento digital, antecipação salarial, crédito consignado e benefício flexíveis.

Dentro da folha de pagamento digital, ofertamos ferramentas tanto para o colaborador quanto para o time de Recursos Humanos das empresas, com integração do relatório de ganhos e férias no mesmo espaço.

Por meio do Wiipo App, os colaboradores podem realizar contratações de crédito consignado oferecidas por bancos e fintechs integrados no Wiipo app e já conectado com o portal de RH, para fins de acompanhamento eficiente dos clientes das contratações realizadas. Até 31 de dezembro de 2022, foram concedidos mais de R\$ 25 milhões em créditos dentro da plataforma.

Com relação aos benefícios, contamos com a Convenix Benefícios Corporativos Ltda. (“Convenix”), empresa adquirida em 2021, que opera uma plataforma de benefícios corporativos com gestão automatizada e flexível (Wiipo Clube). Integrada ao Wiipo app, esta plataforma de benefícios consiste em um clube de vantagens via débito em folha, o qual conta com mais de 1000 instituições ativas conectadas em dezembro de 2022, e permite a cada empresa uma escolha personalizada dos benefícios para seus colaboradores de forma integrada com as práticas de HCM. Adicionalmente, ofertamos o Wiipo Flex, um cartão que consolida os benefícios a serem oferecidos (como por exemplo, benefícios de vale-alimentação, vale-refeição, vale transporte, vouchers para atividades culturais, vouchers para atendimento de necessidade de home office e voucher para promoção de bem-estar), observado que a empresa cliente possui autonomia e flexibilidade para escolher os benefícios que melhor se adequam aos seus colaboradores. Por consequência, ao adicionar novas ofertas e benefícios, entendemos haver o aumento do take rate (taxa cobrada sobre o valor transacionado) por colaborador quando comparado aos ganhos por usuário com somente as soluções de gestão.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Adicionalmente, para a empresa cliente oferecemos soluções online que englobam: antecipação de recebíveis via parceiros e gestão de boleto automatizada integrados com nosso ERP, pagamento pré-agendado, reconciliação automática, conta digital no ERP, agendamento de PIX, transferências e pagamentos.

Em 31 dezembro de 2023 a fintech atingiu a marca de 2.5 milhões de usuários conectados ao aplicativo, mais de 2 mil clientes, 362% de benefícios flexíveis transacionados, R\$ 32 milhões de créditos consignados concedidos e um crescimento de 82,7% na receita vs 2022.

Capacidade de Plataforma

Na capacidade Plataforma destacamos a criação da XPlatform, a nova unidade de negócios da Senior direcionada a escalar o nosso ecossistema X. A unidade conta com uma plataforma que, a partir de ferramentas no-code, low-code e APIs, customiza e integra diversas funcionalidades como BPM, RPA, Chatbot, ECM/Assinatura Eletrônica, Analytics e Senior Connect às soluções de gestão da Senior, gerando uma experiência personalizada, flexível e de baixo custo aos nossos clientes.

Social Network: rede social corporativa integrada a todos os demais ativos tecnológicos da plataforma, permitindo uma maior fluidez nas trocas de informações e interação entre os diversos departamentos e equipes, especialmente para operações distribuídas em modelo home office ou híbrido;

BPM Studio: a plataforma possui um motor completo de BPM (business process management) que é utilizado pelos nossos clientes para digitalizarem seus processos de negócio, fluxos de revisão, aprovação, integração entre áreas etc. O motor de BPM é também utilizado pelas nossas soluções de gestão que já entregam aos nossos clientes fluxos de negócio desenhados e integrados;

BOT Studio: a plataforma possui também uma solução para construção e configuração de BOTs que permitem a construção de interfaces conversacionais (CHATBOTS) integrados às nossas soluções de gestão. É possível assim, que um cliente configure um BOT que passa a interagir e responder em linguagem natural com seus clientes ou seus fornecedores sobre o status de seus pedidos de venda/compra;

RPA Studio: a plataforma possui uma solução para construção e configuração de RPA (robotic process automation) que permite aos nossos clientes a automatização de processos de negócio em nossas soluções de gestão, reduzindo tempo, custos e erros de processos repetitivos;

DOC Studio: a plataforma possui uma solução para gestão eletrônica de documentos (GED) que permite aos nossos clientes fazer toda a gestão do ciclo de vida de seus documentos, controle de alteração, leitura, distribuição etc. Esta solução integrada às soluções de gestão permite automatizar e digitalizar o fluxo de informação comumente em papel como contratos, pedidos, documentos de contratação, entre outros;

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

CMS Studio: integrado à solução de DOC/GED e de Social Network, o CMS Studio permite aos clientes a configuração e personalização das informações que serão apresentadas a cada público, gerando assim a possibilidade de experiência personalizada de uso da plataforma;

SIGN Studio: nossa plataforma possui uma solução de assinatura digital com blockchain, que, integrada às soluções de BPM e GED, por exemplo, permite digitalizar fluxos de negócios que envolvam a revisão, aprovação e assinatura;

Analytics Studio: a plataforma possui ainda uma solução de analytics que permite ao cliente personalizar os dashboards de informações de gestão ou ainda criar seus próprios, mesclando informações das soluções Senior com outros dados.

Todos estes ativos tecnológicos da plataforma SeniorX estão integrados ao nosso portfólio de softwares de gestão, com a finalidade de entregar uma experiência de uso integrada aos nossos clientes.

A Senior também abriu a plataforma para que desenvolvedores, canais, parceiros de software, e até mesmo os colaboradores das empresas, consigam criar soluções sobre a plataforma, integradas ou não às soluções de gestão da Senior.

Os desenvolvedores que optarem por desenvolver suas soluções sobre a plataforma SeniorX, além de contar com toda a capacidade da plataforma (todos os ativos tecnológicos acima listados), contam ainda com um marketplace, em que empresas ou desenvolvedores podem comercializar suas soluções personalizadas para outros usuários dentro do nosso ecossistema. Dessa forma, os clientes podem ter acesso aos benefícios das soluções personalizadas em nossa plataforma sem necessariamente desenvolvê-las internamente. Enxergamos assim claros efeitos de rede, uma vez que estão presentes desenvolvedores criando e adicionando novas funcionalidades às soluções existentes e trazendo novas soluções e aplicativos para nossa base de clientes integrada na plataforma.

Até 31 dezembro de 2022 a unidade de negócio somou mais de 500 mil usuários, 2.500 clientes atendidos e mais de 14 mil APIs disponibilizadas. Além disso, em 2022 a Companhia lançou o marketplace Senior X Store, hub que conecta providers de soluções de tecnologia à nossa base de clientes e que já conta com mais de 100 parceiros e 200 soluções ofertadas.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Apresentamos abaixo a receita líquida proveniente do único segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

Exercício Social Encerrado em 31 dezembro de						
(Em milhares de reais, exceto %)	2023	%	2022	%	2021	%
Receita Líquida	835.430	100	718.188	100	582.475	100

c) Lucro ou prejuízo resultante dos produtos e serviços e suas participações no lucro líquido do emissor

O lucro líquido da Companhia advém de seu único segmento operacional. Apresentamos abaixo o lucro líquido proveniente deste único segmento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Exercício Social Encerrado em 31 dezembro de						
(Em milhares de reais, exceto %)	2023	%	2022	%	2021	%
Lucro Líquido	176.179	100	134.670	100	103.374	100

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 – Produção/Comercialização/Mercados

(a) Características do processo de produção

Todos os processos que compõe a cadeia de produção e sustentação das soluções da Companhia são pensados de forma a gerar valor aos clientes, ao mesmo tempo fornecer uma experiência positiva e resultados incrementais para todo o ecossistema.

Concepção

O processo inicia na concepção dos produtos e serviços, onde, através dos insights da inteligência de mercado, monitoramento da legislação e entendimento dos desafios enfrentados pelos clientes em seus segmentos de mercado, bem com o desenho da experiência do usuário, os times de Produto são responsáveis pela elaboração das soluções de negócios e a tradução para os times de Desenvolvimento das visões de curto, médio e longo prazo da estratégia de evolução dos produtos.

Para promover o aprofundamento nos processos de negócio e na arquitetura tecnológica necessária, os times de Produto e Desenvolvimento realizam em conjunto o processo de Discover do produto, que tem como objetivo assegurar que determinado produto será realmente eficaz e interessante para o usuário final antes mesmo que tal produto seja desenvolvido. Para isso, deve-se entender quem são os usuários, perceber quais dores devem ser resolvidas e desenhar colaborativamente uma hipótese de solução.

O processo de concepção é ainda apoiado pela Pesquisa e Inovação (Senior Labs) que é responsável pela pesquisa e descoberta de novas aplicações tecnológicas e linhas de negócio. Essa equipe tem um time de desenvolvimento próprio para geração de MVPs (Minimum Viable Product) que validam hipóteses de aplicação junto aos clientes ou times de Produto.

Desenvolvimento

O processo macro de Desenvolvimento tem como objetivo traduzir os requisitos de negócio em soluções de software. Esse time, através de um processo de desenvolvimento ágil, mantém as APIs que acessam as informações da plataforma e geram ações que são consumidas pelos usuários e fornece frameworks tecnológicos para construção dos sistemas dentro de padrões de qualidade, UX, UI e Design, garantindo a compatibilidade e integração entre os diversos produtos e módulos dos sistemas, bem como a padronização da experiência dos clientes com os sistemas da Senior.

Após o Desenvolvimento são realizados Testes com foco em garantir o funcionamento dos sistemas de cada mudança realizada. O processo é realizado por um time independente (System Team) com diferentes cenários e em sua maioria de forma automatizada, permitindo a confiabilidade através de diferentes tipos de testes.

O processo de Cloud Service fornece, planeja e administra os recursos de nuvem utilizados pelas aplicações e dados da Senior. Além disso, tal processo garante a otimização dos recursos no sentido de extrair o máximo deles, com um custo adequado a cada operação e prove estrutura tecnologia para conectividade, armazenamento e segurança da informação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Para completar a transformação dos sistemas em produtos de software, em paralelo ao processo de Desenvolvimento, ocorrem as etapas de coleta de conteúdo e a transformação em Documentação de Produto e Treinamentos que irão capacitar todos os envolvidos, desde as equipes de suporte até os usuários finais.

E, a fim de assegurar as condições integras das ofertas para o mercado, finaliza-se o processo de produção com o processo de Go to Market. Esse processo reúne todas as partes envolvidas (Produto, Marketing, Universidade Corporativa, Mercado, Serviços e Suporte) a fim de preparar a oferta para o mercado. Nesse processo são definidas as estratégias de lançamento, pilotos, precificação, capacitação e alinhamento entre os times.



Fonte: Companhia

(b) Características do processo de distribuição

Conforme mencionado, a Companhia atua principalmente com o oferecimento de soluções em Gestão Empresarial, Logística, Gestão de Pessoas, e Gestão de Acesso e Segurança, além de serviços de consultoria empresarial e de negócios, do mapeamento de infraestrutura de TI (on-premise, cloud ou híbrida), e do desenvolvimento de soluções de Softwares, nos principais segmentos estratégicos da Companhia, como Manufatura, Agronegócio, Construção Civil, dentre outros.

A Companhia possui um portfólio completo para alta performance e é referência em tecnologia para gestão.

No tema de vendas e distribuição, a Companhia possui um portfólio robusto de soluções em software para gestões de companhias de diversos setores. Como produto, temos entre as principais soluções, softwares para gestão de pessoas (“HCM”), gestão empresarial (“ERP”), gestão de logística (Armazenagem (“WMS”) e Transporte (“TMS”), gestão de acesso e segurança, todos conectados à Plataforma de Gestão “Senior X” e com ofertas de serviços financeiros.

No âmbito de marketing, estamos voltados para vendas da seguinte maneira:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Branding: ações de reforço de marca por meio de anúncios em meios de comunicação, eventos, patrocínios, webinars, vídeos, artigos e notícias, exposição em meios físicos como aeroportos e outdoors.
- Inteligência Competitiva: estudo de mercados potenciais, análise de base de clientes, estudo dos concorrentes, precificação, planejamento de campanhas de vendas, listas de prospecção, performance analítica de marketing e vendas.
- Comunicação/Marketing Digital: trabalho voltado para assessoria de imprensa, geração de conteúdos ricos, gestão de investimentos em palavras estratégicas de marketing, geração de MQLs (Marketing Qualified Lead), gestão de mídias sociais como LinkedIn, Instagram, Facebook, Twitter.
- Geração de Demandas/Sales Development: área responsável pela geração de leads a área de venda por meio de conversão de MQLs em SQLs (Sales Qualified Lead), também atendem demandas reativas de clientes e prospecção ativa.

Na esfera de distribuição, vendemos direta e indiretamente das formas expostas abaixo:

Vendas Diretas

- Filiais: atuação por meio de mais de 10 filiais próprias, localizadas nos principais centros do país, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pernambuco. Executivos de venda atuam na base instalada de clientes e novos negócios, com modelo de venda consultiva, trabalham com todo portfólio da companhia.
- Inside Sales: modelo de venda por meio de time interno de vendedores, que oferecem desde treinamento e soluções da companhia até horas de consultoria.

Vendas Indiretas

- Canais de Distribuição: rede com mais de 100 empresas, no modelo de canal de distribuição, não exclusivos, com presença em praticamente todos os estados brasileiros e na Colômbia. Esta rede inclui (i) canais de BPO, que prestam serviço de outsourcing para outras empresas utilizando os softwares da Companhia como ferramenta de gestão, bem como (ii) empresas que trabalham com sistema de gestão, seja em sua revenda ou em sua fabricação, empresas de consultoria em geral, empresas de contabilidade e pessoas experientes da indústria de software que desejam empreender. Estes vendem todo o portfólio da Companhia, desde que devidamente capacitados e seguindo as regras do programa de excelência de canais da Companhia. Há canais que, além de vender, também prestam o primeiro nível de suporte e fazem implantação de sistemas. A relação comercial se dá por meio de repasses, de acordo com a rubrica de receitas geradas. A Companhia possui uma área dedicada à gestão dos canais de todo Brasil, com profissionais capacitados para apoio comercial, de gestão e de conhecimento técnico, ajudando os canais a se desenvolverem, seguindo as regras de seu programa de excelência.
- Alianças Comerciais: mais de 50 parceiros com quem a Companhia realiza a venda para complementar o seu portfólio de soluções aos clientes e suas verticais de atuação. Tais alianças comerciais possuem solução própria, que vendemos como

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

complementariedade de portfólio (diferenciando-se assim dos canais de distribuição, que nos representam vendendo nosso software, como distribuidores).

Após a implementação do sistema, o pós-venda se dá por meio de suporte operacional e técnico e pela área de Customer Success que é responsável pelo acompanhamento do cliente em toda sua jornada, da venda até a operação do sistema, buscando manter as empresas do ecossistema satisfeitas com a Companhia.

(c) Características dos mercados de atuação

Visão Geral do Setor de TI

O setor de Tecnologia da Informação vem se destacando no âmbito mundial por sua alta aplicabilidade nos mais diversos segmentos da economia, provendo serviços baseados puramente em tecnologia ou como empresas provedoras de serviço para empresas de economia real, dos mais diferentes portes e segmentos. Com a crescente utilização de dados, a tecnologia vem encontrando espaço para crescer cada vez mais, com grande eficiência em automatização de dados e rotinas operacionais nos mais diversos ramos da economia, promovendo o que economistas chamaram de revolução industrial 4.0, que consiste em um novo panorama da indústria em que tecnologias avançadas passam a integrar processos e transformar negócios ao redor do mundo, com a introdução de tecnologias como a Inteligência Artificial, Robótica, Computação em Nuvem, Big Data e Cibersegurança. As aplicabilidades da tecnologia introduzida nos últimos anos podem ser segmentadas entre (i) Software, (ii) Hardware e (iii) Serviços de tecnologia.

O processo de transformação digital das empresas tem se tornado uma realidade cada vez mais importante para se buscar soluções tecnológicas que busquem (i) otimizar processos, (ii) aumentar produtividade, (iii) trazer maior engajamento e fidelidade dos consumidores, (iv) aprimorar a tomada de decisão com suporte de dados e (v) acelerar o tempo de reação em um ambiente competitivo cada vez mais dinâmico.

Nesse aspecto, as ferramentas de software para gestão do dia a dia do negócio ganham notoriedade para auxiliar em todos os processos da empresa. De acordo com a pesquisa “IDC Latin America IT Investment Trends, 2021” publicada pelo IDC e pela ABES, 43% dos CIOs colocam como uma das prioridades para 2021 a modernização e consolidação dos ERPs da empresa, assim como avaliar a aderência às necessidades de negócio e novas ofertas de soluções, incluindo o modelo em SaaS. Outras prioridades dos CIOs incluem (i) Segurança de TI (70% dos respondentes), (ii) Computação em Nuvem (39% dos respondentes), (iii) Consolidação / otimização de infraestrutura (38% dos respondentes), (iv) gestão de dados / Big Data, Analytics e BI (33% dos respondentes) e (v) mobilidade corporativa (22% dos respondentes).

Entre essas ferramentas para auxiliar os processos das empresas se destacam, entre outras, as seguintes ferramentas:

- Enterprise Resource Planning (ERP): Software que agrega todos os dados e processos da empresa para facilitar a gestão dos negócios a partir de uma gestão integrada que fornece maior visibilidade das operações e maior controle e produtividade na execução dos processos.
- Human Capital Management (HCM): solução que ajuda a gerir os processos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

relacionados ao RH da companhia, incluindo contratação de funcionários, promoções, pagamentos de salário e benefícios.

- Transportation Management System (TMS): sistema que gerencia a gestão logística do transporte de produtos e insumos para a companhia, automatizando processos e trazendo maior eficiência nas operações.
- Warehouse Management System (WMS): funções que administram e automatizam o gerenciamento dos estoques, otimizando o controle do quanto e do que se precisa para manter o processo produtivo sem rupturas nos pontos de venda.
- Access and Security Management: soluções que integram em uma única aplicação todas as rotinas de controle de acesso, gestão de segurança, controle de jornada e ponto.

Considerando os mercados em que já atuamos, temos uma presença marcante em setores de alta relevância no Brasil e com grande crescimento, dos quais podemos citar os mercados mais relevantes para a Companhia, como soluções de logística, soluções para o setor de construção e soluções HCM.

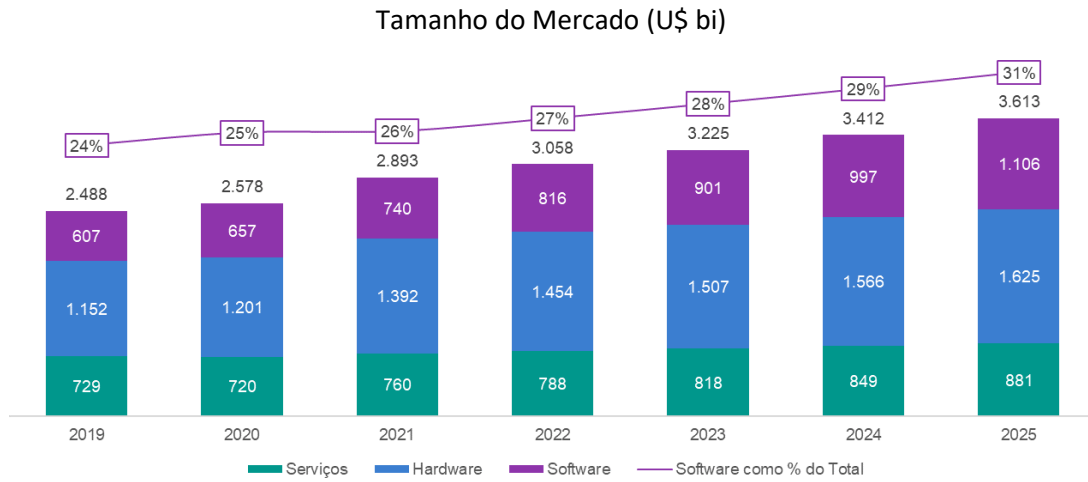
- No segmento de soluções logísticas, é estimado um total de 24,1 milhões de pedidos gerados no comércio eletrônico brasileiro em novembro de 2020, conforme a EbitNielsen. Deste total, 8,6 milhões de pedidos passaram pela base Senior Sistemas no mesmo período.
- Dentro do setor de construção civil, 30 das 100 maiores empresas da indústria, conforme o ranking INTEC 2021, são nossos clientes utilizando as soluções da Mega Sistemas, tangibilizando a nossa presença no setor de construção. No total, geramos R\$12,7 bilhões de Valor Geral de Vendas (VGV) nos 6 primeiros meses de 2021.
- Para o mercado de soluções de Recursos Humanos, estimamos que 11% do mercado de trabalho formal do Brasil passa pela nossa plataforma, considerando que temos 6 milhões de pessoas enquadradas nas nossas soluções de HCM dentro de um mercado de aproximadamente 52,6 milhões de vínculos formais de trabalho dos quais 41,2 milhões na esfera privada (CLTs) conforme dados do CAGED de julho de 2021 e 11,4 milhões de servidores públicos conforme a última pesquisa do IPEA.

Mercado de TI no Mundo

De acordo com estimativas do International Data Corporation (IDC), o mercado mundial de TI (Software, Hardware e Serviços de tecnologia) movimentou cerca de US\$ 3 trilhões de faturamento no ano de 2022, dos quais os gastos com software representaram 27% desse total. Espera-se que o mercado total cresça a um ritmo de 6% de crescimento médio de 2021 a 2025, sendo que software deve ser o segmento com crescimento mais acelerado, estimado em 1% ao ano em média no período.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

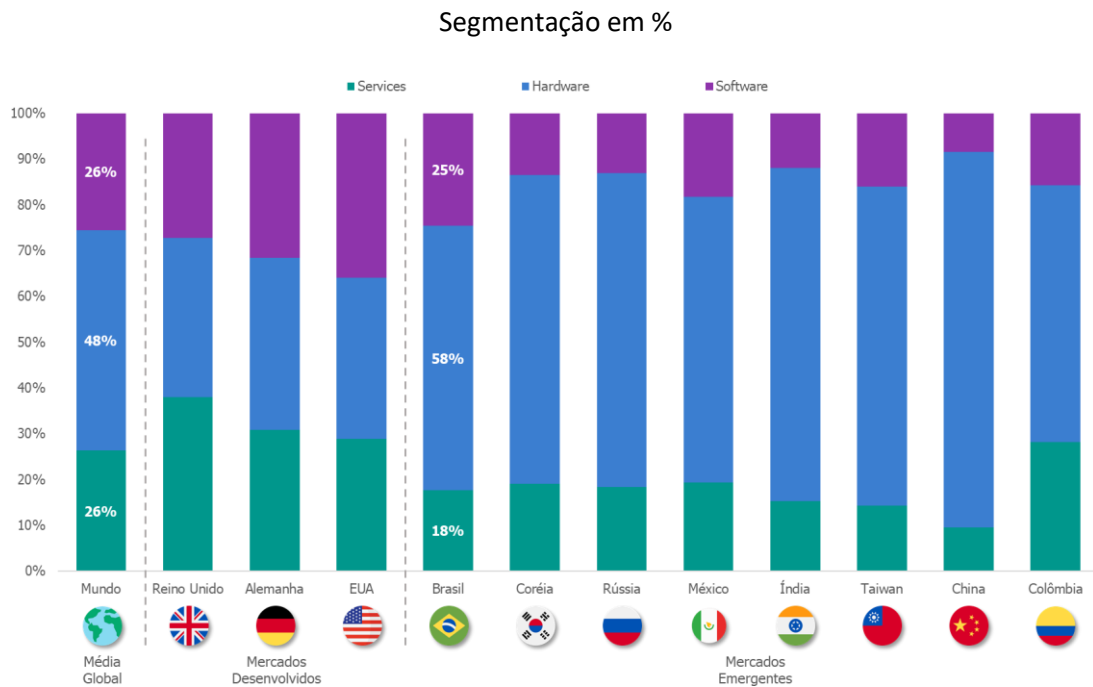
Evolução do Mercado Mundial de TI por Tipo de Ferramenta



Fonte: IDC, “Worldwide Black Book: Live Edition – Dec21”

Ainda de acordo com o IDC, quando se observa como esses gastos em TI são feitos, nota-se que no Brasil boa parte deles são alocados para hardware (58%), assim como é observado em outros países emergentes. Nos países desenvolvidos, os gastos em serviços ocupam uma posição de maior destaque, com média de 36% dos gastos para essa vertical em países como Reino Unido, Alemanha e EUA.

Gastos do Mercado Mundial de TI por Tipo de Ferramenta em 2021



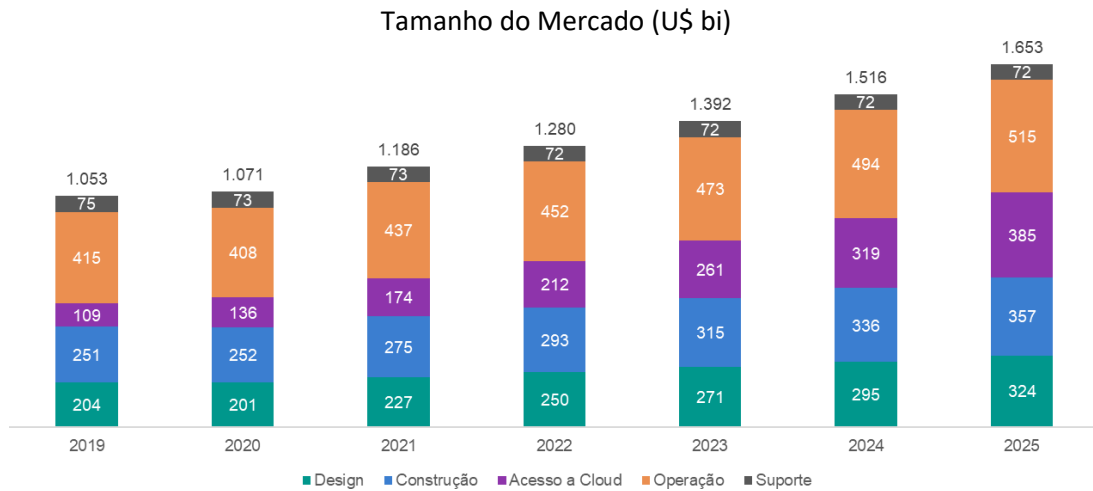
Fonte: IDC, “Worldwide Black Book: Live Edition – Dez21”

Como mencionado, dentro do grupo de TI, os softwares de gestão são importantes ferramentas para o processo de transformação digital das empresas. De acordo com estudo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

publicado pela Gartner, o mercado mundial de serviços de software para gestão em 2021 atingiu US\$ 1,2 trilhões e deve crescer a uma taxa média de 8,9% ao ano considerando o período de 2021 a 2025.Reino Unido, Alemanha e EUA.

Evolução do Mercado Mundial de Serviços de TI para Gestão por Tipo de Serviço

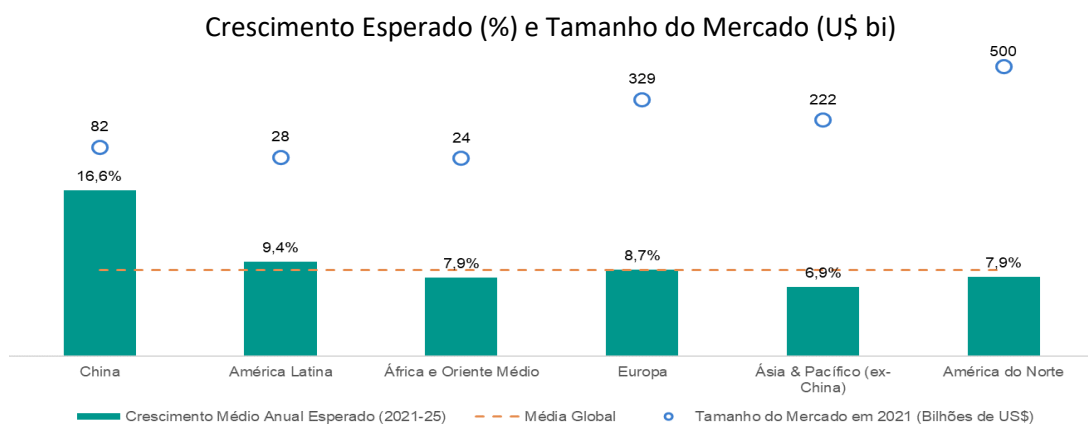


Fonte: Gartner, “Forecast - IT Services 4Q21 Gartner”

Mercado de Software de Gestão na América Latina

A América Latina é um mercado atrativo para o setor de software de gestão. De acordo com a Gartner, o mercado na América Latina atingiu US\$ 28 bilhões em 2021 e apresentar um crescimento médio de 9,4% ao ano até 2025, o que compara com um crescimento de 8,7% para Europa e 7,9% nos EUA.

Gastos com Software de Gestão por Região e Tamanho do Mercado



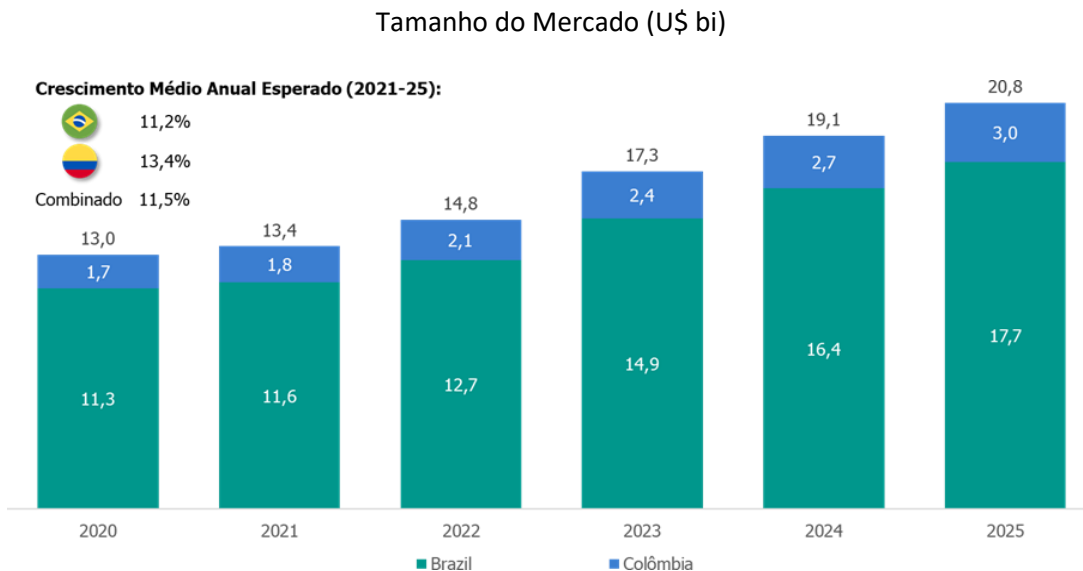
Fonte: Gartner, “Forecast - IT Services 4Q21 Gartner”

Brasil e Colômbia são países de grande importância dentro da região. O mercado combinado nos dois países atingiu US\$ 13,4 bilhões em 2021, dos quais o Brasil representa US\$ 11,6 bilhões e Colômbia US\$ 1,8 bilhões. Também são países de grande importância para o crescimento da região, com uma expectativa de crescimento anual de 11% para o Brasil e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

13% para a Colômbia, ambos acima do crescimento esperado de 9,4% ao ano considerando todos os países da região.

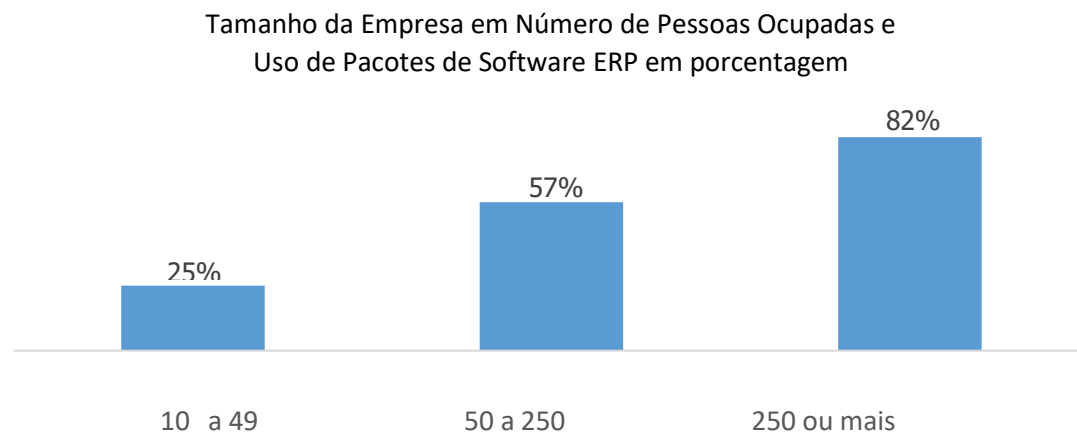
Evolução do Mercado de Serviços de TI para Gestão no Brasil + Colômbia



Fonte: Gartner, "Forecast - IT Services 4Q21 Gartner"

Um dos principais drivers para o crescimento do mercado de software para gestão é o processo de transformação digital das empresas. Conforme o gráfico abaixo, 82% das empresas de maior porte (empresas com 250 ou mais empregados), já utilizam pacotes de software ERP. Esse tipo de software possui menor penetração em empresas de pequeno e médio porte (10 a 49 empregados e 50 a 250 empregados, respectivamente). Quanto menor o porte da companhia, maior o potencial da mesma de se alavancar em recursos tecnológicos para transformar o seu modelo de negócios, visando se adaptar às tendências digitais do mercado atual.

Uso de Pacotes de Software ERP por Tamanho de Empresa



Fonte: TIC Empresas, "Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas Brasileiras" (CGI.br, 2019; Meirelles, 2019.)

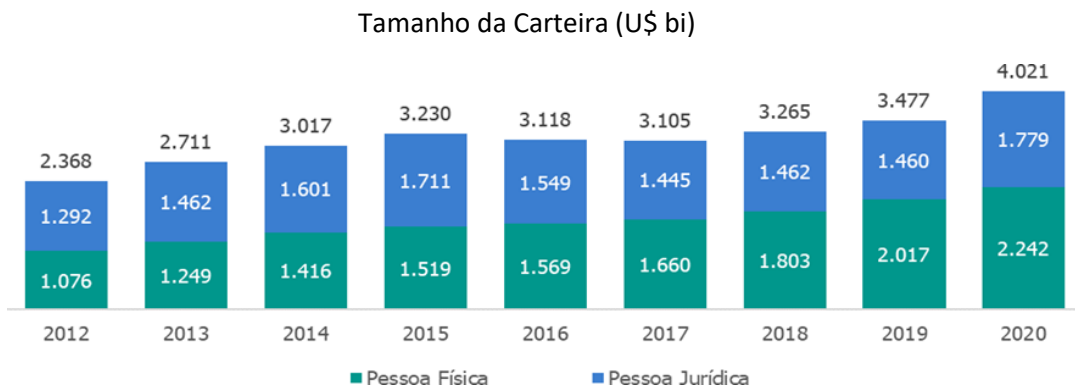
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mercado de Serviços Financeiros

Como complemento aos softwares e serviços de gestão, a vertical financeira tem se mostrado uma importante fonte de demanda dos clientes, tendo em vista a necessidade deles de: (i) processar grande volume de operações financeiras com agilidade e confiabilidade, (ii) inovação constante com novas tecnologias para aumentar o grau de eficiência financeira da Companhia, (iii) ferramentas melhores para tomada e distribuição de crédito. Todos esses pontos impulsionados por uma tendência de terceirização no desenvolvimento de softwares financeiros ao invés do desenvolvimento interno.

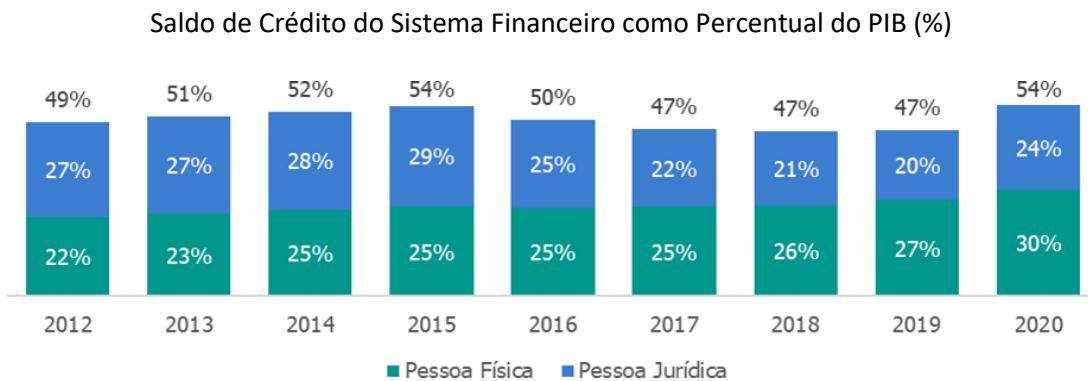
O mercado de serviços financeiros anciliares à nossa plataforma é grande e pode ser distribuído em uma série de sub- verticais a depender do tipo de serviço oferecido. De acordo com estatísticas do Banco Central do Brasil, o saldo total de operações de crédito no Brasil foi de R\$ 4,0 trilhões em 2020, crescendo em média 6,8% ao ano no período iniciado em 2012 e encerrado em 2020. Crédito para pessoa física passou a representar mais de 50% do total a partir de 2016, correspondendo a 55,8% do saldo total de 2020.

Saldo Total de Operações de Crédito



Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Estatísticas, 2021

Quando analisamos o saldo de crédito do sistema financeiro em relação ao PIB nacional, fica evidente a importância do crédito no Brasil. Em 2020, o saldo de crédito representou 54% do PIB, sendo 30% correspondente à crédito para pessoa física e 24% para pessoa jurídica.



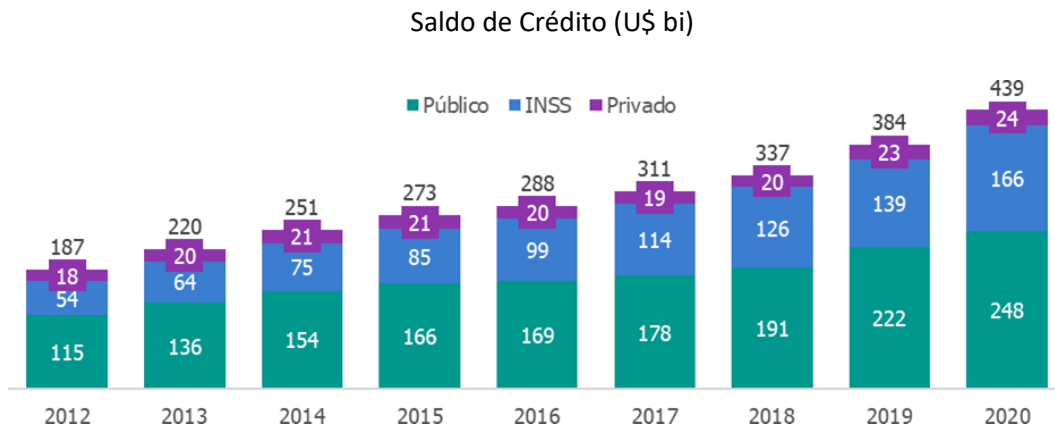
Fonte: Banco Central do Brasil (abr/2021; jan/2020; dez/2017; dez/2015; e jan/2015). IPEA.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nota: Valores do PIB consideram o acumulado nos últimos doze meses – valores correntes. Valores de saldo de operações de crédito são para o mês de dezembro de cada ano.

No que tange o saldo de crédito consignado, em 2020 atingiu um montante de 439 bilhões de reais, sendo 57% correspondente ao saldo de crédito consignado público, 38% INSS e 6% consignado privado. O crédito consignado tem ganhado importância no Brasil e o principal motivo para isso é seu custo quando comparado com outras modalidades de crédito, reduzido principalmente pela estrutura legal e institucional atrelada a ele, simplificadas versus linhas tradicionais de crédito, e pelos menores riscos associados ao mesmo.

Saldo da Carteira de Crédito Consignado por Tipo



Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Estatísticas, 2021

Por outro lado, o saldo da carteira crédito pessoal totalizou 149 bilhões de reais em 2020, crescendo em média 6,6% ao ano no período iniciado de 2012 a 2020, modalidade de crédito essa que não envolve o pagamento descontado em folha e, portanto, mais caro comparado ao crédito consignado.

Saldo da Carteira de Crédito Pessoal – Não Consignado



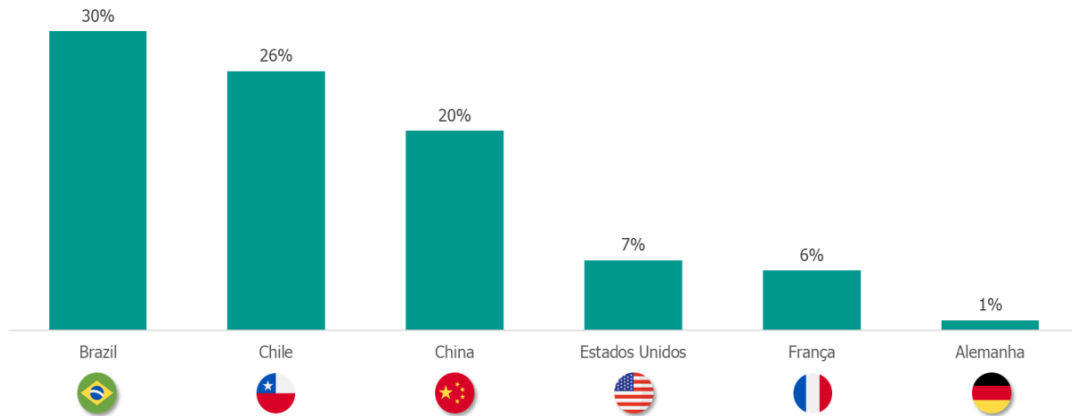
Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Estatísticas, 2021

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Brasil tem um elevado índice de desbancarização dentre a população adulta. Enquanto o Brasil apresenta um índice de 30%, países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Alemanha apresentam, respectivamente, 7%, 6% e 1%, o que concretiza o espaço para penetração de serviços financeiros no Brasil.

População Adulta Desbancarizada

Porcentagem da População Total do País que é Desbancarizada



Fonte: World Bank Group - The Global Findex Database – 2017

i. e ii. participação em cada um dos mercados e condições de competição nos mercados

Ao analisar o ambiente competitivo em que estamos inseridos, é importante destacar que empresas de diferentes tamanhos tipicamente exigem níveis de serviços diferentes em que quanto maior a empresa, maior a necessidade de um software de gestão com capacidade de trazer soluções para uma ampla gama de serviços indo além da gestão para um ecossistema que traga soluções de performance das operações, otimização de arquitetura, análise de dados e auxiliem na tomada de decisão.

Ao longo da nossa história, acreditamos que conseguimos consolidar uma posição de destaque dentro de uma indústria altamente competitiva. Nossa base de clientes é composta por 10 mil empresas de diversos tamanhos e indústrias, sendo que grande parte delas tem porte médio ou grande. Nesse segmento de clientes, enfrentamos competição de empresas como TOTVS, SAP, entre outros concorrentes com menor representatividade que também oferecem ERP. Adicionalmente, algumas empresas também optam por desenvolver o software de gestão internamente.

Nos demais softwares de serviço de gestão, como RH e Logística, o ambiente competitivo é mais pulverizado e os competidores não necessariamente são os mesmos da linha de ERP, o que cria uma vantagem competitiva para a Senior Sistemas por termos essa plataforma completa de serviços com presença relevante no mercado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(d) eventual sazonalidade

Item não aplicável, haja vista que não há sazonalidade que seja relevante para os negócios da Companhia.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há eventual dependência de poucos fornecedores por parte da Companhia, dada pela interoperabilidade dos frameworks e tecnologias utilizadas.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não há volatilidade significativa de preços nos negócios da Companhia.

1.5 Principais clientes

1.5 – Principais Clientes

a) Montante total de receitas do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 – Efeitos Relevantes da Regulação Estatal nas Atividades

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Considerando as atividades realizadas pela Companhia, a natureza dos serviços prestados aos seus clientes e o setor em que ela atua, a Companhia não está submetida a nenhuma Agência Reguladora, nem está sujeita a regulações específicas. Não obstante, algumas leis e regramentos geram maior impacto para a Companhia no exercício das suas atividades e na prestação dos seus serviços.

Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados pessoais no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados por organizações.

No Brasil, o tema era tratado pelo Judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de dispositivos constitucionais (direito à intimidade e à vida privada), além de uma série de disposições legais esparsas, tais como o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), e o seu Decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/16).

No entanto, a partir de agosto de 2018, quando foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – “LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

O objetivo da LGPD é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem respeitadas. A LGPD, por exemplo, estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, em ambientes digitais ou físicos, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados estão localizados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

Além disso, a lei estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre os direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que vão desde uma simples advertência, passando pelo bloqueio ou pela eliminação dos dados, até a suspensão ou proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento, e imposição de multas, que podem chegar a 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil, limitada a R\$ 50.000.000,00 por infração.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Importante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei nº 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a ANPD, órgão da administração pública responsável por assegurar o cumprimento da lei em todo o território nacional, exercendo um triplo papel de zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei, dentre outras atribuições relevantes previstas no art. 55-J da LGPD.

Neste contexto, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar na imposição das penalidades previstas na LGPD, em indenizações aos titulares, na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, dentre outros impactos negativos para os negócios da Companhia.

No âmbito das suas atividades a Companhia realiza o tratamento de dados pessoais de funcionários, clientes, fornecedores e de outros terceiros, para finalidades específicas e com fundamento em bases legais determinadas, tais como o cumprimento de obrigações legais e a execução de contratos, dentre outras, sendo que os maiores volumes se referem a dados de colaboradores, utilizados no contexto das relações de trabalho, e de clientes, para fins da adequada prestação dos serviços, em especial na disponibilização de ambientes em nuvem (SaaS/cloud) para utilização dos sistemas desenvolvidos pela Companhia e armazenamento de bases de dados. Ainda que a Companhia adote medidas de segurança técnicas e administrativas visando proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, é certo que tais dados pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança, tais como invasão, bloqueio, sequestro e vazamentos.

A Companhia está em estágio avançado no seu processo de adequação às disposições da LGPD, e vem atuando fortemente na mitigação de eventuais riscos, sendo que adotou melhorias das medidas técnicas e administrativas já existentes, assim como novas implementações, criou e revisou políticas e processos, nomeou encarregado de dados e criou um grupo de trabalho para apoiá-lo nas atividades, assim como vem trabalhando intensamente na formação de uma sólida cultura corporativa, com treinamentos e conscientização das pessoas, e no monitoramento e na revisão dos processos e controles estabelecidos.

De todo modo, a Companhia poderá enfrentar dificuldades no cumprimento integral da LGPD, devido à quantidade e complexidade das obrigações introduzidas pela lei, bem como devido à falta de regulamentação de alguns pontos da legislação e da ausência de segurança jurídica em razão das atividades ainda iniciais da ANPD. A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, ou ainda na hipótese de descumprimento das obrigações legais e/ou contratuais assumidas, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos imóveis ocupados pela Companhia está sujeita, dentre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que a Companhia ocupa para o exercício das suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Imóveis que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regramentos Adicionais

Banco Central do Brasil

A Senior Serviços de Pagamentos Ltda. (“Wiipo”), empresa do grupo da Companhia, e a Senior Instituição de Pagamento Ltda. (“Wiipo Benefícios”), empresa que tem como única sócia a Wiipo, atuam como intermediadoras de produtos financeiros, sendo que a Wiipo Benefícios também atua em atividades comuns às realizadas por instituição de pagamento. Considerando o volume de recursos transacionados e operações realizadas, ainda não se enquadram como instituições de pagamentos obrigadas a solicitar autorização de funcionamento, não estando diretamente sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil, mas é certo que já devem balizar suas atividades de acordo com a regulamentação do setor, devendo buscar o devido enquadramento e atendimento da legislação aplicável na medida em que aumentarem o número de transações e de recursos (tal posição se mantém inalterada, volumetria ainda não atingida nos termos da Resolução BACEN/DC nº 80 de 25/03/2021). Sendo assim, a Companhia, desde já, realiza o monitoramento quanto ao risco envolvendo o complexo regulatório a que poderá estar exposta quando do atingimento das volumetrias necessárias ao seu pedido de autorização perante o órgão regulador. Para mais informações acerca deste tema, vide o fator de risco “A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento de regulamentações setoriais específicas e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à referida regulamentação, bem como aplicação de multas e outros tipos de sanções em hipótese de não adequação ou descumprimento”, no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT

A Wiipo Benefícios, adicionalmente, atua no fornecimento de benefícios corporativos, estando devidamente inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e, portanto, sujeita à respectiva regulamentação.

Em relação à inscrição no PAT e regulamentação correspondente à qual a Wiipo Benefícios está sujeita, cabe a ela observar, no exercício das atividades relacionadas ao fornecimento de benefícios corporativos, especificamente no que diz respeito ao vale-alimentação e vale-refeição, o Decreto 10.854/2021, que estabelece o Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT, e regulamentações incidentes/posteriores (especialmente a Lei 14.442/2022). Neste

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

sentido, a Wiipo Benefícios possui inscrição no PAT, necessitando respeitar os requisitos de enquadramento e o cumprimento da regulamentação a fim de mantê-la. O eventual descumprimento dos requisitos atendidos para fins de inscrição no PAT, assim como da regulamentação correspondente, pode acarretar a perda do cadastro e a consequente impossibilidade da comercialização/fornecimento destes benefícios (vale-alimentação e vale-refeição), e, ainda, a aplicação de penalidade pecuniária.

Importante observar, por fim, que a Wiipo e a Wiipo Benefícios representam menos de 1% do faturamento da Companhia, e que, pela pouca relevância, representam um risco reduzido na sua operação, mas por terem algum tipo de impacto regulatório nas suas atividades, detalhamos abaixo os principais aspectos verificados.

b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Tendo em vista a natureza das suas atividades, a Companhia não está sujeita a regulações nas esferas ambiental e social, não tendo aderido a padrões específicos de práticas ambientais e sociais e, portanto, não está sujeita a custos incorridos para cumprimento desta regulação. Não obstante, a Companhia adota como princípio essencial o cumprimento integral das leis e de toda a regulamentação aplicável aos seus negócios, assim como a legislação de caráter geral, aplicável a qualquer empresa estabelecida em território nacional.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Senior Sistemas S.A. é titular de 10 registros de marcas consideradas relevantes concedidos no Brasil pelo INPI, destacando-se a marca “Senior”, registrada nas classes relativas a atividades relacionadas à tecnologia, incluindo a classe 42.

Nomes de domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos nomes dos domínios, registrados no Brasil e no exterior, dentre os quais destaca-se o nome de domínio: <senior.com.br>.

Softwares

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. No Brasil, programas de computador (“softwares”) são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75, e a Lei nº 9.610/98 (“Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com a Lei nº 9.609/98 (“Lei de Software”), de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro. No entanto, o registro de software, concedido pelo INPI, é a forma mais segura de garantir a propriedade do software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos programas de computador desenvolvidos internamente ou por terceiros, todos regulares, nos termos da legislação vigente aplicável. A Companhia não possui, contudo, registro no INPI dos softwares por ela desenvolvidos, tendo em vista que, conforme supramencionado, não se trata de uma obrigação legal.

d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Companhia não realizou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos e/ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7- Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Exercício encerrado em 31/12/2023		
País Sede do Emissor	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Brasil	805.080	96,4%

Exercício encerrado em 31/12/2022		
País Sede do Emissor	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Brasil	693.922	96,6%

Exercício encerrado em 31/12/2021		
País Sede do Emissor	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Brasil	561.896	96,5%

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Exercício encerrado em 31/12/2023		
Países Estrangeiros	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Colômbia	30.350	3,6%

Exercício encerrado em 31/12/2022		
Países Estrangeiros	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Colômbia	24.266	3,4%

Exercício encerrado em 31/12/2021		
Países Estrangeiros	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Colômbia	20.579	3,5%

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Exercício encerrado em 31/12/2023		
Total Países Estrangeiros	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
	30.350	3,6%

Exercício encerrado em 31/12/2022		
Total Países Estrangeiros	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
	24.266	3,4%

Exercício encerrado em 31/12/2021		
Total Países Estrangeiros	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
	20.579	3,5%

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 – Efeitos da Regulação Estrangeira nas Atividades

A Companhia não está sujeita a efeitos relevantes da regulação de países estrangeiros em suas atividades, uma vez que a representatividade de suas operações fora do mercado nacional, através da sua controlada Novasoft, localizada na Colômbia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, totalizou 3,21% do total de sua receita líquida.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga relatório ASG em relatório anual ou outro documento específico ainda não possui uma política de responsabilidade socioambiental e não publica relatório de sustentabilidade.

b) A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios ou documento específico com informações ASG.

c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios ou documento específico com informações ASG.

d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios ou documento específico com informações ASG.

e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios ou documento específico com informações ASG.

f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios ou documento específico com informações ASG.

g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa. Esta ação será endereçada conforme a companhia avançar na jornada ASG.

- i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

i. A não divulgação de informações ASG

A Companhia considera relevante a prática de ASG e está em processo de evolução com atividades relacionadas ao assunto. Embora não divulgue um relatório anual ou documento específico sobre suas iniciativas ASG, no ano de 2023 a empresa realizou estudos sobre o tema com o objetivo de aprofundar as práticas que têm impacto nos negócios e geram valor para as partes envolvidas.

ii. A não adoção de matriz de materialidade

A companhia não adotou uma matriz de materialidade ASG com os principais stakeholders para a identificação de temas relevantes e prioritários em virtude de estar em processo de estudo e construção da sua jornada ASG.

iii. A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia não possui uma política formal para definir seus indicadores-chave de desempenho ASG, pois está em processo de estudo de sua jornada ASG.

iv. A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia ainda não realizou auditoria ou revisão sobre as informações ASG devido à não divulgação de informações ASG.

v. A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Conforme já mencionado a companhia está iniciando sua jornada ASG. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre a as diversas práticas da companhia associamos especificamente a sete objetivos sendo: 3 – Saúde e bem-estar, 4 – Educação de qualidade, 7 – Energia limpa e acessível, 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, 9 – Indústria, inovação e infraestrutura, 10 – Redução das Desigualdades e 11 – Cidades e comunidades sustentáveis. Esses objetivos foram informados no item 1.16.

Sobre TCFD, considerando impacto ambiental decorrente dessas atividades é considerado baixo em relação ao setor.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

vi. A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa como prioritário, dado que o impacto ambiental decorrente dessa atividade é considerado baixo em relação ao setor, porte e localização de atuação.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 – Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a) Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b) Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c) Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Aquisição ou Alienação de Ativo Relevante

Em 13 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda para a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da Ilog Tecnologia Ltda., CNPJ 03.657.773/0001-33, ainda sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes pelos sócios. Com o cumprimento de tais condições, as Partes implementaram o fechamento da operação em 02 de janeiro de 2024, quando a Companhia assumiu a operação da Ilog Tecnologia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Operações Societárias/Aumento ou Redução de Capital

Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a. evento	Aquisição da Ilog Tecnologia Ltda.
b. principais condições do negócio	Em 13 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda para a aquisição integral das quotas representativas do capital social da Ilog Tecnologia Ltda., pelo valor total de R\$41.700.000,00, sendo R\$25.020.000,00 a título de parcela fixa, e R\$16.680.000,00 referente à parcela variável, a ser paga no 1º trimestre de 2027. A operação estava sujeita à implementação de determinadas condições precedentes, cujo cumprimento e consequente fechamento da transação ocorreu em 02 de janeiro de 2024.
c. sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A. e Ilog Tecnologia Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Sem alteração.
e. quadro societário antes e depois da operação	Sem alteração.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

a. evento	Aumento de capital
b. principais condições do negócio	Em 18 de abril de 2023, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, em R\$88.877.810,00 (oitenta e oito milhões, oitocentos e setenta e sete mil e oitocentos e dez reais), mediante a utilização de recursos da conta de Reserva de Lucros da Companhia, passando o valor do Capital Social de R\$165.058.790,00 para R\$253.936.600,00 (duzentos e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e seis mil e seiscentos reais) dividido em 1.269.683 (um milhão, duzentas e sessenta e nove mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias, sem valor nominal.
c. sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Sem alteração.
e. quadro societário antes e depois da operação	Sem alteração.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	O aumento de capital foi aprovado por acionistas representando 88,16% do capital social com direito a voto.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a. evento	Incorporação da Globaltec S/A.
b. principais condições do negócio	Em 14 de fevereiro de 2023, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Globaltec S/A., com o seu correspondente encerramento.
c. sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A. e Globaltec S/A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Sem alteração.
e. quadro societário antes e depois da operação	Sem alteração.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A incorporação da Globaltec S/A. foi aprovada por acionistas representando 88,84% do capital social com direito a voto.

a. evento	Aquisição de participação societária adicional na sociedade controlada Zero One Tecnologia da Informação Ltda.
b. principais condições do negócio	Em 26 de janeiro de 2023, a Companhia exerceu opção de compra para aquisição de 222.200 (duzentas e vinte e duas mil e duzentas) quotas de propriedade do sócio retirante Giovanni Sugamoto, representativas de 17,36% (dezessete vírgula trinta e seis por cento) do capital social da sociedade Zero One Tecnologia da Informação Ltda., pelo valor total de R\$3.091.827,07 (três milhões, noventa e um mil, oitocentos e vinte e sete reais e sete centavos), passando a deter o percentual de 68,36% na sociedade.
c. sociedades envolvidas	Senior Sistemas S/A. e Zero One Tecnologia da Informação Ltda
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Sem alteração.
e. quadro societário antes e depois da operação	Sem alteração.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Acordos de Acionistas

A Companhia conta com o Acordo de Acionistas abaixo, arquivado na sua sede, que terá vigência a partir da data de divulgação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia, pelo prazo de 20 (vinte) anos. Neste sentido, este Acordo de Acionistas permanece com a sua validade suspensa, devendo entrar em vigor somente na data de divulgação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia.

A Companhia possui ainda um Acordo de Acionistas firmado em 14/09/2022 entre todos os acionistas da Companhia, com vigência a partir da sua assinatura até a data de divulgação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia, ou pelo prazo de 10 (dez) anos, o que ocorrer primeiro, por meio do qual os acionistas resolveram disciplinar a transferência de ações e o direito de preferência para adquiri-las. Em tal Acordo não há regramento em relação ao exercício do direito de voto e do poder de controle, à indicação de administradores, de membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais, e tampouco cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

A Companhia figura ainda, na qualidade de Interveniente Anuente, em um Acordo de Acionistas, celebrado em 14 de dezembro de 2023, entre EBC Administradora de Bens Ltda., G3MPR Administradora de Bens Ltda., NGR Administradora de Bens Ltda., Guido Heizen, Nesio Gilberto Roskowski e Jorge José Cenci, para fins de instrução do processo de aprovação, junto ao Banco Central do Brasil, da criação de uma Sociedade de Crédito Direto (SCD) no âmbito da *joint venture* criada entre a Companhia e o Banco BTG Pactual S/A. em 19/07/2023, estabelecendo as regras que deverão nortear as decisões das empresas integrantes do grupo econômico da Companhia em relação à SCD.

Acordo de Acionistas da Senior Sistemas S.A	
Partes	<p>O Acordo de Acionistas foi celebrado por EBC Administradora de Bens Ltda., G3MPR Administradora de Bens Ltda., Guido Heizen, NGR Administradora de Bens Ltda. e Nesio Gilberto Roskowski (em conjunto, os “Acionistas Originais”) e Agnaldo Montibeler, Eliege Montibeler, Mayara Montibeler Gottardo, Alencar Berwanger, Berwanger Administradora de Bens Ltda., Cacio Packer, Alliance Administradora de Bens Ltda., Carlênio Bezerra Castelo Branco, Castelo Branco Administradora de Bens Eireli, Carlo Eduardo Spethmann Corrêa, Grade Administradora de Bens Ltda., Hevertom Fischer, Juarez Santos Moyses, Sapiens Administradora de Bens Ltda. e Solaris Administradora de Bens Ltda. (“Acionistas Relevantes”) e, em conjunto com os Acionistas Originais, os “Acionistas”), os quais são titulares de ações que representam, na data de celebração do Acordo de Acionistas, 92,58862% do capital social total e votante da Companhia. Celebrou, ainda, o Acordo de Acionistas, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.</p> <p>O Acordo de Acionistas vincula todas as ações de propriedade dos Acionistas na data de sua celebração, quaisquer ações que vierem a ser detidas pelos Acionistas no futuro, e outros títulos, valores mobiliários ou instrumentos que concederem aos seus detentores o direito de subscrever ações e/ou de votar por, ou consentir com, deliberações relacionadas à Companhia, ou que estiverem sujeitos à conversão em ou sejam permutáveis por ações, subscritos ou adquiridos pelos Acionistas durante o prazo de vigência do Acordo de Acionistas.</p>

1.13 Acordos de acionistas

Data de celebração	29/01/2022
Prazo de vigência	<p>O Acordo de Acionistas deverá entrar em vigor na data de divulgação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia, e tal acordo permanecerá vigente por 20 (vinte) anos, sendo certo que tal prazo poderá ser automaticamente prorrogado por um período igual, se nenhum Acionista informar, por escrito, os outros Acionistas sobre sua intenção de não renová-lo, com até 6 (seis) meses de antecedência ao término do período de 20 (vinte) anos.</p> <p>Há previsão, ainda, no sentido de que as obrigações referentes à confidencialidade de informações da Companhia, não concorrência e não aliciamento, bem como disposições gerais e as disposições sobre leis aplicáveis e resolução de controvérsias, sobreviverão ao término do Acordo.</p>
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	<p>Os Acionistas deverão deliberar em reuniões prévias a serem realizadas entre os Acionistas nos termos do Acordo de Acionistas toda e qualquer matéria que seja submetida à assembleia geral da Companhia (“Assembleia Geral”) ou reunião do Conselho de Administração da Companhia (“RCA” e, quando referido à uma RCA conforme o caso, ou uma Assembleia Geral, uma “Reunião Societária”), bem como obrigam-se a votar, e a fazer com que os membros do Conselho de Administração por eles indicados, excetuados aqueles indicados na qualidade de conselheiros independentes (“Conselheiros Vinculados”) votem nas Reuniões Societárias de maneira uniforme, como um bloco de ações, de acordo com as decisões tomadas nas referidas Reuniões Prévias.</p> <p>Cada Ação representará 1 (um) voto em uma reunião prévia, e uma matéria para ser aprovada necessitará do voto afirmativo de, ao menos, Acionistas representando 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total de ações vinculadas ao Acordo.</p> <p>Cada grupo de Acionistas que (i) tenham relação de parentesco (seja consanguíneo, civil ou socioafetivo) até o segundo grau entre si, inclusive cônjuges e companheiros em regime de união estável, e/ou (ii) tenham vínculo de natureza societária entre si (“Grupo de Acionistas”) deverá agir em bloco como uma parte única para fins do exercício do direito de voto nas reuniões prévias. As determinações de voto em reuniões prévias deverão ser realizadas única e exclusivamente por um representante de cada Grupo de Acionistas (“Representante do Bloco”), e vincularão o voto dos demais Acionistas membros do Grupo de Acionistas.</p> <p>As reuniões prévias serão consideradas regularmente instaladas, em 1ª (primeira) convocação e 2ª (segunda) convocação com a presença de, ao menos, Acionistas representando 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total de ações vinculadas ao Acordo. Na hipótese de não haver quórum de instalação da Reunião Prévia, os Acionistas deverão votar no sentido de rejeitar as matérias objeto da reunião prévia na respectiva Reunião Societária.</p>

1.13 Acordos de acionistas

	<p>De cada reunião prévia será lavrada ata com um sumário das deliberações, da qual fará parte, como anexo, uma orientação escrita de voto dos Acionistas, que vinculará todos os Acionistas e os conselheiros vinculados ao Acordo de Acionistas, ficando os mesmos obrigados, de forma irrevogável e irretroatável, a manifestar seus respectivos votos na Reunião Societária de acordo com referida orientação de voto.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</p>	<p>Os Acionistas deliberarão, em reunião prévia, a indicação dos membros do Conselho de Administração a ser submetida à Companhia, observado que cabe (i) aos Acionistas Originais, por maioria, indicar 6 (seis) Conselheiros, designando dentre eles aquele que deverá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, sendo que 2 (dois) Conselheiros deverão se enquadrar na definição de conselheiro independente, nos termos da regulamentação aplicável, e 1 (um) será indicado como conselheiro provisório, a ser desconsiderado em razão de eventual solicitação de votação em separado por acionistas minoritários da Companhia, nos termos do art. 141, §4º da Lei das Sociedades por Ações, e (ii) aos Acionistas Relevantes, por maioria, indicar 1 (um) Conselheiro.</p> <p>Na hipótese de solicitação, por acionistas minoritários da Companhia, de eleição do Conselho de Administração por voto múltiplo, nos termos do art.141 da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser adotada a seguinte ordem de prioridade para eleição dos Conselheiros: (i) em primeiro lugar, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição dos Conselheiros indicados pelos Acionistas Originais que não se enquadrem na definição de conselheiros independentes e que não tenham sido indicados como candidatos provisórios; (ii) em segundo lugar, e caso possível, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição do Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes; (iii) em terceiro lugar, e caso possível, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição dos 2 (dois) Conselheiros indicados pelos Acionistas Originais que se enquadrem na definição de conselheiro independente, (iv) em quarto lugar, e caso possível, os Acionistas deverão votar favoravelmente à eleição do Conselheiro indicado pelos Acionistas Originais como candidato provisório.</p> <p>O Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes poderá ser vetado 1 (uma) vez pelos Acionistas Originais, devendo este, na hipótese de veto, ser substituído por outra indicação dos Acionistas Relevantes.</p> <p>A qualquer tempo (i) poderão os Acionistas Originais, por maioria, pleitear a substituição dos Conselheiros indicados pelos Acionistas Originais que tenham sido eleitos em Assembleia Geral, e (ii) poderão os Acionistas Relevantes, por maioria, pleitear a substituição do Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes que tenha sido eleito em Assembleia Geral, casos em que os Acionistas se comprometem a deliberar em reunião prévia a indicação dos substitutos, e tomar todas as providências cabíveis para a realização de Assembleia Geral da Companhia destinada a eleger os novos Conselheiros no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da</p>

1.13 Acordos de acionistas

	<p>data da Reunião Prévia em que os Acionistas deliberarem e aprovarem a substituição dos Conselheiros.</p> <p>Em caso de renúncia, impedimento permanente ou falecimento de qualquer dos Conselheiros durante o mandato para o qual foi eleito, ou de vacância, por qualquer motivo, em um cargo no Conselho de Administração da Companhia, os Acionistas deverão exercer seus direitos de voto, ou fazer com que os Conselheiros Vinculados exerçam seus direitos de voto, conforme o caso, de forma a eleger um novo Conselheiro, observado que: (i) caso a vacância seja verificada em um cargo anteriormente ocupado por um Conselheiro indicado pelos Acionistas Originais, ou em um cargo não ocupado por Conselheiro eleito nos termos do Acordo de Acionistas, o substituto deverá ser designado pelos Acionistas Originais, por maioria, (ii) caso a vacância seja verificada em um cargo anteriormente ocupado por um Conselheiro indicado pelos Acionistas Relevantes, o substituto deverá ser designado pelos Acionistas Relevantes, sujeito a 1 (um) veto dos Acionistas Originais, devendo este Conselheiro, na hipótese de veto, ser substituído por outra indicação dos Acionistas Relevantes.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p>Durante todo o prazo de vigência do Acordo de Acionistas, os Acionistas não poderão constituir ônus sobre suas ações sem a aprovação prévia por escrito da totalidade dos Acionistas Originais. A restrição não se aplica à assunção, pelos Acionistas, no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia, da obrigação de não transferir as ações por um determinado prazo (lock-up). Na hipótese de as ações de propriedade de qualquer Acionista vierem a ser objeto de imposição de um ônus involuntário, a exemplo de penhora, arresto, ou outra espécie de constrição judicial, o Acionista em questão deverá requerer ao juízo competente a liberação das suas ações penhoradas, com substituição do bem onerado, sendo que, se houver execução forçada, os demais Acionistas terão o direito de adquirir tais ações oneradas, conforme os prazos, preço e procedimentos previstos no Acordo.</p> <p>Os Acionistas também não poderão transferir a qualquer título ou por quaisquer meios, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, suas ações, sem observar as disposições do Acordo de Acionistas.</p> <p>Caso qualquer dos Acionistas Relevantes (“Acionista Relevante Ofertante”) deseje transferir parte ou a totalidade de suas Ações em ambiente de mercado de balcão organizado (“Transferência em Bolsa”), deverá notificar por escrito os Acionistas Originais, que poderão exercer o direito de primeira oferta e adquirir as ações ofertadas. Tal notificação deverá conter, dentre outras informações, o preço pelo qual o Acionista Relevante Ofertante pretende transferir as ações ofertadas, observado que tal preço não poderá ser superior à média ponderada (pelo volume diário de negociação) dos preços de fechamento diários da cotação das ações de emissão da Companhia nos 15 (quinze) pregões da B3 imediatamente anteriores à data de envio da notificação em questão. O prazo para exercício do direito de primeira oferta pelos Acionistas</p>

1.13 Acordos de acionistas

Originais é de 2 (dois) dias úteis, sendo que a ausência de manifestação será entendida como renúncia. Caso mais de um Acionista Original exerça o direito de primeira oferta, deverá ser observado o procedimento previsto no Acordo de Acionistas para alocação das ações ofertadas entre os Acionistas Originais em questão. Caso o direito de primeira oferta não seja exercido tempestivamente pelos Acionistas Originais, ou tal direito não seja exercido sobre a totalidade das ações ofertadas, será assegurado ao Acionista Relevante Ofertante o direito de, em um prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, desvincular do Acordo de Acionistas para Transferir em Bolsa a totalidade das ações ofertadas sobre as quais não tenho sido exercido o direito de primeira oferta. O prazo para consumação da Transferência em Bolsa é de 30 dias, contados da data da desvinculação.

Observado o direito de primeira oferta descrito no parágrafo abaixo, cada um dos Acionistas Originais estará autorizado a desvincular ações do Acordo de Acionistas para realizar Transferências em Bolsa até o limite de Ações representativas de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia. Não obstante, as Transferências em Bolsa realizadas por um Acionista Original em um mesmo exercício social estarão limitadas a ações representativas de 1% (um por cento) do capital social da Companhia (“Limite de Transferência em Bolsa”).

Caso qualquer dos Acionistas Originais (“Acionista Original Ofertante”) deseje realizar uma Transferência em Bolsa, observado o Limite de Transferência em Bolsa, deverá notificar por escrito os demais Acionistas Originais, que poderão, a seu exclusivo critério, exercer o direito de primeira oferta e adquirir as ações ofertadas. Serão aplicáveis ao direito de primeira oferta na aquisição de ações ofertadas por um Acionista Original os termos e condições aplicáveis ao direito de primeira oferta na aquisição de ações ofertadas por um Acionista Relevante, descritos acima.

Caso qualquer dos Acionistas Originais deseje realizar uma transferência total ou parcial de ações que não seja uma Transferência em Bolsa em observância ao Limite de Transferência em Bolsa, os demais Acionistas Originais terão direito de preferência para adquirir as tais ações (“Direito de Preferência”). A notificação para exercício do Direito de Preferência deverá indicar, dentre outras, informações: (i) se o Acionista Original ofertante pretende realizar uma Transferência em Bolsa ou uma transferência privada das ações ofertadas, (ii) em se tratando de uma Transferência em Bolsa, o preço pelo qual o Acionista Original ofertante pretende transferir as ações ofertadas, observado que tal preço não poderá ser superior à média ponderada (pelo volume diário de negociação) dos preços de fechamento diários da cotação das ações de emissão da Companhia nos 15 (quinze) pregões da B3 imediatamente anteriores à data de envio da Notificação de Direito de Preferência; (iii) em se tratando de uma transferência privada, o preço oferecido por ação ofertada pelo potencial comprador, e o nome e identificação completa do potencial comprador e do grupo econômico ao qual pertence, hipótese em que a notificação deverá ser acompanhada, ainda, de oferta

1.13 Acordos de acionistas

irrevogável e irreatável apresentada pelo potencial comprador. Em se tratando de uma transferência privada, o Direito de Preferência deverá ser necessariamente exercido sobre a totalidade das ações ofertadas. Caso o Direito de Preferência não seja exercido tempestivamente pelos Acionistas Originais ofertados, ou caso o Direito de Preferência não seja exercido sobre a totalidade das ações ofertadas, (i) em se tratando de uma Transferência em Bolsa, será assegurado ao Acionista Original ofertante o direito de, em um prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, desvincular do Acordo para Transferir em Bolsa a totalidade das ações ofertadas sobre as quais não tenha sido exercido o Direito de Preferência (observado que o prazo para consumação da Transferência em Bolsa é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da desvinculação), e (ii) em se tratando de uma transferência privada, será assegurado ao Acionista Original ofertante o direito de transferir a totalidade das ações ofertadas ao potencial comprador em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo para exercício do direito de preferência.

Caso qualquer dos Acionistas Relevantes deseje realizar uma transferência de suas ações que não seja uma Transferência em Bolsa, deverá, antes de celebrar qualquer documento vinculativo com um terceiro, notificar por escrito os Acionistas Originais, com cópia para a Companhia, para que os Acionistas Originais, a seu exclusivo critério, exerçam o direito de preferência e adquiram as ações ofertadas, sendo aplicável, *mutatis mutandis*, o procedimento previsto para o Direito de Preferência, acima descrito.

Não obstante as vedações acima previstas, e observado o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Acordo de Acionistas, as restrições à transferência de ações previstas no Acordo de Acionistas não serão aplicáveis a transferências (i) entre um Acionista e entidades controladas, controladoras ou sob controle comum com tal Acionista, (ii) por um Acionista pessoa jurídica a seus respectivos sócios e/ou acionistas, na proporção da sua participação indireta no capital social da Companhia, ou (iii) em vida ou *causa mortis*, pelos Acionistas a cônjuges, companheiros em regime de união estável, ascendentes e descendentes em linha reta, naturais, civis (adotivos) ou socioafetivos.

Por fim, na hipótese de transferência de ações a terceiros, pelos Acionistas Originais, que representem uma transferência de controle da Companhia, os Acionistas Originais ofertantes terão o direito de exigir que os Acionistas Relevantes transfiram ao terceiro, juntamente com as suas ações ofertadas, a totalidade da Ações de propriedade dos Acionistas Relevantes, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições.

Exceto na hipótese de Transferência em Bolsa, qualquer transferência de ações feita a um terceiro nos termos do Acordo, somente será válida se o terceiro concordar plena e irrestritamente, por escrito, em aderir ao Acordo.

1.13 Acordos de acionistas

Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Vide itens acima.
---	-------------------

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Alterações Significativas na Condução dos Negócios

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Contratos Relevantes Celebrados pelo Emissor e Suas Controladas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve qualquer contrato relevante celebrado pela Companhia ou suas controladas que não seja diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras Informações Relevantes

a) Informações Adicionais ao Item 1.9

A Companhia considera que o reporte das práticas ASG é uma atividade importante, desta forma vem estruturando essa área, analisando as ações já desenvolvidas, as quais estão alinhadas com a sustentabilidade ambiental, social e de governança. Considerando que o negócio da Companhia é de baixo impacto ambiental em relação ao setor de atuação, porte e localização, as práticas e ações realizadas seguem os princípios e estratégia de sustentabilidade, focada em gerar valor para as partes interessadas, e sua principal atuação consiste no apoio a educação, inclusão digital e a empregabilidade por meio do suporte a projetos sociais e voluntariado, além de se comprometer com o uso eficiente dos recursos naturais.

Ambiental: A Companhia utiliza 100% de energia renovável nas instalações da sede da empresa, em Blumenau-SC, e no ano de 2023 representou uma redução de gases de efeito estufa na proporção de 52,194 tCO₂ equivalente, conforme princípios do Protocolo GHG. Outra prática adotada consiste na coleta de água de chuva, onde possui uma cisterna com capacidade para 10 mil litros, sendo essa água utilizada nos banheiros. São disponibilizadas em todos os ambientes da empresa, lixeiras para a coleta seletiva de materiais recicláveis. Uma campanha adotada pela empresa consiste na coleta de tampinhas PET e lacres de latinhas, os quais são destinados para entidades assistenciais. Nesta ação há a participação ativa dos colaboradores na coleta dos materiais que são doados para uma ONG que cuida de animais e para a compra de cadeiras de rodas. Em 2023 foram coletados 289,7 quilos de tampinhas PET e 19,8 quilos de lacres. Foram doados 144 equipamentos, entre desktop e notebook, e 19 móveis para entidades, sendo devidamente tratados e aprovados pelo Compliance. A Companhia entrega aos novos colaboradores um kit de boas-vindas contendo uma caneca para o café e uma garrafa para a água, reduzindo, desta forma o consumo de copos descartáveis.

Social: O Grupo Senior apoia diversos programas de acesso a carreira, tais como Entra21, P-Tech e Junior Achievement, e faz a contratação de Jovens Aprendizes PCDs, além de contar com seu programa próprio de formação de desenvolvedores, o GoDev. Em números, o programa Entra21 teve 25 turmas com 629 vagas síncronas e 1800 vagas assíncronas. Com o P-Tech, foram 116 turmas, envolvendo 3891 alunos. Com a Junior Achievement, foram desenvolvidas 4 turmas do programa Conectado com o Amanhã, envolvendo cerca de 140 alunos, para o GoDev foram 40 aprovados para o estágio e, destes, 36 efetivações. O Programa de Jovens Aprendizes teve 32 inscrições, sendo que, destas, 5 foram efetivados, os quais puderam experienciar a vivência na Senior, sendo este Programa totalmente focado em PCD, incluindo esse público. Além das ações com foco em educação, foram realizadas campanhas internas do agasalho em parceria com a NDTV, natal solidário e de material escolar para crianças carentes.

Colaboradores: Todos os colaboradores do Grupo Senior recebem salário digno e política de remuneração, PPLR, benefícios com planos de saúde médico e odontológico, disponibilização de plataforma de educação para o desenvolvimento profissional, política de não discriminação e ambiente de trabalho inclusivos alinhados com o Código de Ética e Conduta. A gestão do clima organizacional é realizada mensalmente através do Moods, uma ferramenta própria da Senior, além da avaliação e certificação através da GPTW (Great Place To Work) sendo que, no Brasil ficamos em 58^a. colocação, no segmento de Tecnologia ficamos em 12^a. colocação e em Santa Catarina ficamos em 4^o. lugar no ranking. A Senior é empresa certificada GPTW desde 2017.

1.16 Outras informações relevantes

A empresa dispõe de uma plataforma completa de bem-estar corporativo, o TotalPass, voltado para a saúde dos colaboradores e seus dependentes através da disponibilização de planos para academias, com custo reduzido. O pagamento do TotalPass é feito por cartão de crédito, onde o colaborador cadastra diretamente no aplicativo/site.

O cartão Wiipo é usado para disponibilizar o vale refeição e alimentação aos colaboradores da empresa. O cartão é aceito em mais de 2 milhões de estabelecimentos, podendo consultar seus consumos diretamente pelo aplicativo.

Governança: Em sua gestão, o Grupo Senior se utiliza de ferramentas para dar transparência de sua relação com diversos públicos que atua, através do Código de Ética e Conduta, Política de privacidade, Política de Segurança da Informação, Política de Segurança da Informação para Fornecedores, Relação com Investidos em página específica com esta finalidade, trazendo todas as informações de interesse desse público (<https://ri.senior.com.br/>), bem como, tem disponível a todos um Canal de Denúncias e Ouvidoria. As ações são avaliadas pelo Comitê de Compliance.

São realizadas auditorias externas dos processos da Senior, e, divulgados trimestralmente os resultados financeiros, os quais são auditados por auditoria contábil externa.

Fornecedores: A partir de 2023 foi adotado um novo processo de gestão de fornecedores, onde a empresa interessada deve realizar cadastro no Portal de Fornecedores, disponível no site da Senior, dar aceite ao Código de Ética e Conduta, e Política de Segurança da Informação de Fornecedores, bem como, realizar cadastro no Mercado Eletrônico, preenchendo os requisitos de Consulta de base pública. Os fornecedores que representam ou falam em nome da Senior, passam também por uma *due diligence* de integridade que serve para antever os riscos inerentes ao negócio, sejam eles de caráter corrupção, reputação e integridade.

Clientes: O Grupo Senior define como ponto central de seu planejamento estratégico ser uma empresa Customer Centric, garantindo uma excelente experiência para os clientes através de uma cultura data driven. O nível de satisfação dos clientes é acompanhado e monitorado pelo NPS (Net Promoter Score) e com aplicação de Pesquisa de Satisfação. A empresa conta com um programa denominado Cliente Referência, onde o cliente que participa se prontifica a realizar benchmarking e referenciar a Senior como empresa parceira. A privacidade e proteção de dados são respeitados pela Companhia, conforme Declaração de Privacidade, bem como, são assegurados por um programa interno de governança em Segurança da Informação e Proteção de Dados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Companhia adota práticas que são relevantes para o negócio, as quais estão alinhadas a sete objetivos: 3-Saúde e bem-estar, 4-Educação de qualidade, 7-Energia limpa e acessível, 8-Trabalho decente e crescimento econômico, 9-Indústria, inovação e infraestrutura, 10-Redução das Desigualdades e 11-Cidades e comunidades sustentáveis.

ODS 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR

A Companhia foi reconhecida em 2023 no ranking nacional da pesquisa Great Place to Work com o prêmio “Destaque Saúde Emocional” entre as melhores empresas de grande porte no Brasil, devido as boas práticas para todos seus colaboradores. Durante a SIPAT foram promovidas palestras de cunho educativo e de conscientização sobre diversos temas relacionados ao bem-estar e saúde dos colaboradores, tanto do ponto de vista físico, quanto mental. Os temas

1.16 Outras informações relevantes

abordados nas ações promovidas pela CIPA, por exemplo, a palestra “Esqueci de Mim! – A importância de cuidar da nossa Saúde Mental”, “Setembro Amarelo – Se precisar, peça ajuda!” e “Os impactos da saúde financeira, na saúde mental”. Além destes, outros assuntos também foram abordados para os colaboradores, como “Riscos Ergonômicos e Suas Consequências” e “Ergonomia – Guardiões da Coluna”. Aulões de ginástica laboral são disponibilizados aos colaboradores duas vezes por semana.

Pensando na promoção de uma alimentação saudável, quinzenalmente acontece o Dia da Fruta, onde são disponibilizadas frutas aos colaboradores. Neste mesmo sentido, é disponibilizado na sede da empresa, em parceria com fornecedor local de produtos naturais, uma estação de compras de alimentos denominado *Food Station*, um mercado de confiança, onde o colaborador faz sua compra sozinho, sem a necessidade de um atendente.

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Programa Entra21

A Senior é mantenedora do Programa de Formação e Empregabilidade Entra21, destinado a jovens a partir de 16, com acesso gratuito, e de atuação estadual (SC). O Programa é financiado pelo governo do estado através da FAPESC e Prefeitura de Blumenau. Desde 2006 já formou mais de 6.000 jovens proporcionando a estes a oportunidade de entrar na área de TI em empregos de qualidade. Na edição 2023 o Entra21 teve atuação estadual, levando conhecimento e formação tech para milhares de jovens através de turmas presenciais, online e do ensino EAD.

Programas de Formação de Base

O GoDev é um programa de estágio, desenvolvido pela Senior, para a capacitação de profissionais nas áreas de Desenvolvimento e Testes. Em 2023, o programa recebeu 40 jovens. Antes de iniciarem suas carreiras como desenvolvedores e testers, esses jovens completam seu desenvolvimento na incubadora da empresa, com uma média de 450 horas de formação complementar. Durante o programa de treinamento, os participantes contam com um instrutor dedicado e o suporte de diversas plataformas de estudo, como Alura, e UCS. Além disso, foram organizados encontros com desenvolvedores experientes para discutir temas específicos e aprofundar o aprendizado. Ao final do programa, 36 profissionais foram contratados.

O Programa P-TECH é uma iniciativa de reforma educacional que prepara os jovens do ensino médio com competências acadêmicas, técnicas e profissionais para os empregos e educação do século 21. Presente em mais de 26 países, o projeto chegou ao Brasil em 2018 por meio de uma parceria entre a IBM e o Centro Paula Souza em São Paulo. O Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Médio e Superior (AMS) / P-Tech proporciona formação continuada aos alunos aderentes, com duração de 60 meses divididos em Ensino Médio (36 meses) e Ensino Superior (24 meses).

O Grupo Senior aderiu ao ecossistema em 2020 com o objetivo de auxiliar os jovens em suas carreiras na área de TI. Hoje são mais de 3.600 alunos participantes em 30 ETEC's e 29 FATEC's espalhadas em mais de 28 cidades do estado de São Paulo e contando com 44 empresas que apadrinham estas unidades educacionais. No caso da Senior, em 2023, foram 154 alunos participantes atendidos por 22 mentores.

Universidade Corporativa Senior (UCS)

A Universidade Corporativa Senior (UCS) funciona com um hub de aprendizagem, que busca criar, organizar e multiplicar conhecimento para todo o ecossistema da Senior. A UCS oferece ações de Educação Corporativa para potencializar os colaboradores, impulsionados pela

1.16 Outras informações relevantes

importância do aprendizado contínuo, conhecimento e tecnologia. A jornada de capacitação dos colaboradores começa com o *onboarding*, onde são disponibilizados os conteúdos relacionados à cultura, negócio e processos da empresa. Há oferta de treinamentos presenciais e online, trilhas de aprendizagem gravadas e acesso a plataformas externas, como a Alura e Coursera. É estimulado a participação em eventos externos para manter os colaboradores atualizados em relação às novidades do mercado. Além disso, a Senior investe na formação de seus profissionais por meio de parcerias com empresas de mercado.

i. Capacitação Técnica

Em 2023, os colaboradores realizaram matrícula em mais de 900 treinamentos disponibilizados na plataforma da Universidade Corporativa, a qual possui catálogos técnicos distribuídos por linha de produto, que são curados, criados e atualizados conforme novidades das versões das soluções Senior. Esses treinamentos são utilizados por clientes, canais, consultores e colaboradores.

ii. Certificação Técnica

O Grupo Senior possui certificação técnica, realizada por meio de provas que envolvem questões conceituais a cases aplicados nas soluções Senior. As provas são monitoradas e o profissional que recebe a certificação é considerado proficiente para atuar nas soluções. Em 2023 foram realizadas 2579 provas, sendo 1432 aprovações, destes 856 foram colaboradores certificados, com 75 Badges emitidos. As Badges são medalhas digitais, uma forma de reconhecimento aos colaboradores que completam uma trilha de Certificação e se tornam profissionais referência naquela solução.

iii. Programa de Desenvolvimento de Lideranças

O Programa de Formação de Lideranças, Leadership Journey, constitui-se de uma trilha com vários módulos para a capacitação da liderança, em suas diferentes fases. Em 2023, 188 líderes completaram a trilha. Há o monitoramento mensal do consumo, onde foi identificado as TOP 3 com mais líderes estudando: Liderando a si mesmo; Potencializando pessoas; e Liderando no Grupo Senior. Além disso, foram realizados treinamentos internos para alinhar as práticas de liderança em processos relevantes, como gestão do clima organizacional e plano de desenvolvimento individual.

iv. Auxílio Educação

Auxílio Educação é um benefício oferecido aos colaboradores que estudam e cujos cursos estão relacionados com a sua área de atuação na empresa, onde é custeado 50% de mensalidades do ensino superior e/ou pós-graduação. Em 2023, 213 colaboradores receberam o auxílio educação, o que representou o aporte de R\$ 590.058,34.

ODS 7 – ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

A matriz elétrica das instalações da Companhia em Blumenau-SC são 100% oriundas de fonte renovável, gerando uma economia financeira e de emissões de gases de efeito estufa, contribuindo, desta forma, para a minimização do aquecimento global. Com essa transição energética a Companhia contribui para a redução dos gases de efeito estufa do escopo 2, ou seja, das emissões indiretas geradas pelo fornecedor de energia elétrica.

ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A Senior respeita a liberdade individual, tratando com dignidade seus colaboradores, com igualdade de oportunidades de crescimento profissional e pessoal. A gestão de pessoas é

1.16 Outras informações relevantes

exercida por meio de uma política transparente de admissão, demissão, treinamento, promoção e carreira, disponibilizando um programa de capacitação continuada. Há o cuidado em relação à privacidade e confidencialidade das informações pessoais dos colaboradores, garantidas pela LGPD, e, assegura um ambiente de trabalho adequado e saudável, respeitando a legislação trabalhista vigente e as convenções coletivas sindicais da categoria.

A Wiipo é a Fintech do Grupo Senior, uma plataforma digital que reúne diversos serviços financeiros e benefícios corporativos integrados fáceis de contratar, trazendo agilidade, flexibilidade, autonomia e tecnologia de ponta. Com ela, os colaboradores têm acesso às informações do holerite, vale alimentação e refeição, cultura e lazer, educação através de diversas parcerias.

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Inovação e Infraestrutura

A Companhia tem como base empreendedorismo e inovação, que se refletem em sua busca constante pela digitalização e transformação de seus clientes. A estratégia de inovação e crescimento da Senior é dividida em três pilares: Management, Financial e Platform. A Senior busca transformar e evoluir seu legado, democratizando o uso da tecnologia na gestão dos negócios, oferecendo soluções de gestão que permitam uma governança mais alinhada com os desafios do futuro. A empresa acredita que suas soluções de gestão criam um ativo valioso que podem ajudar as empresas e seus funcionários a terem acesso a serviços financeiros mais justos e eficientes, oferecendo soluções B2C, B2B e B2B2C. A Companhia investe em soluções de plataformas, construindo o Senior X e o X-platform, além de desenvolver iniciativas de inovação mais aberta, permitindo que parceiros e clientes se conectem de forma segura às suas soluções, o Connect. A plataforma Senior X Store permite a conexão dos clientes entre si, complementando as soluções da Senior.

Ainda sobre o empreendedorismo, a Companhia manteve a parceria com o Sebrae de Santa Catarina como mantenedora do programa STARTUP SC, visando impulsionar três iniciativas internas: Wiipo, Colabbe e X-Platform. Foram realizadas 31 edições do evento STARTUP WEEKEND em 24 cidades catarinenses: Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Campos Novos, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Garopaba, Itá, Itapema, Joaçaba, Joinville, Lages, Maravilha, Palhoça, Rio do Sul, São Bento do Sul, São José, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê, atingindo 2.697 participantes. O Programa STARTUP SC selecionou 50 startups e durante 7 meses, 208 pessoas receberam capacitação empreendedora em 68 workshops realizados. O evento STARTUP SUMMIT 2023, teve 9.860 participantes presenciais e 27.900 online e contou com 1000 startups de todo o país na área de exposição, gerando cerca de 300 leads para a plataforma Senior.

Realizou parceria com IEL com recursos do IPT para bolsistas do Programa Inova Talentos onde a Companhia contratou três bolsistas desse Programa. A Senior é associada à ACATE- Associação Catarinense de Tecnologia.

O Evento Seniortec criado pela Senior Sistemas, é conhecido por trazer grandes nomes da tecnologia, reunindo devs, analistas e profissionais do ecossistema de TI de uma forma geral em busca de conhecimento, integração e inovação. Em sua 15ª edição, o Seniortec Experience 2023 foi realizado no Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, Santa Catarina, teve 10 horas de duração, com uma intensa programação de palestras com especialistas de empresas como Itaú, Oracle,

1.16 Outras informações relevantes

Banco PAN, AWS, EITI Soluções, Livelu, IBM, Alura e um Painel de Tendências Tecnológicas, feito exclusivo por mulheres, valorizando a participação feminina no mundo da tecnologia. O evento teve cerca de 2000 participantes (presencial e online). Nos intervalos do evento, são feitas apresentações musicais pela SeniorBand, formada por colaboradores da empresa.

ODS 10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Lançado em 2023 o produto Censo de Diversidade e Inclusão que consiste em uma ferramenta para empresas que estão comprometidas em criar ambientes de trabalho mais diversos, inclusivos e produtivos. A ferramenta coleta, analisa e interpreta dados demográficos e estatísticas sobre os colaboradores, permitindo uma compreensão aprofundada da composição da força de trabalho em termos de sexo, etnia, pessoas com deficiências e outros aspectos importantes, os quais são apresentados pelo dashboard. Além disso, permite o monitoramento contínuo das iniciativas da empresa em relação a diversidade e inclusão, de forma mensal e com comparativos com os meses anteriores. O Censo de Diversidade e Inclusão gera um relatório de forma quantitativa e exportável, atendendo os requisitos da B3 sobre diversidade e inclusão em empresas de capital aberto.

Promove um ambiente mais justo e igualitário e permite o monitoramento da diversidade nas equipes, melhorias de clima e produtividade, além de proporcionar sentimento de pertencimento dos colaboradores e visão histórica de dados.

O produto está sendo pilotado na base de produção da Senior e em nove clientes.

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A Praça Fritz Muller foi adotada pela Senior Sistemas através Programa Cidade Jardim, instituído pela Lei 8415, de 03 de maio de 2017, o qual consiste na parceria público privada, por meio da adoção de espaços públicos para recuperação e manutenção de praças, canteiros, rotatórias, logradouros, largos e terrenos públicos na cidade, cumprindo com seu papel de empresa cidadã e cuidando do patrimônio público a cultural da cidade, oportunizando à comunidade um local para atividade física e lazer.

b) Prêmios 2023

A Companhia foi certificada pelo instituto Great Place to Work (GPTW) em três rankings: ficou na 58ª. posição entre as melhores empresas de grande porte no Brasil (1.000 a 9.999 funcionários), em 12º. lugar entre as grandes empresas de tecnologia de informação e em 4º. lugar entre as melhores empresas em Santa Catarina. No ranking Brasil recebeu também o “Destaque Saúde Emocional”.

A Premiação HDI 2023 ocorreu no dia 20 de setembro, em São Paulo, onde o Grupo Senior recebeu o Troféu HDI de Melhor Caso de Uso de Tecnologia, em razão da criação do “Botão do Pânico”, uma inovação que possibilita acionar imediatamente a equipe de Suporte em situações de emergência, priorizando respostas rápidas e eficazes para resolver problemas críticos do cliente. O HDI Brasil promove anualmente a premiação, em 7 categorias, dos melhores profissionais e das melhores equipes de suporte a cliente do país.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1 - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.8 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os comentários dos Diretores da Companhia têm como objetivo fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. Os comentários constituem uma opinião sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com os dados apresentados, sendo que a Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras e necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Liquidez Corrente (em R\$ milhares, exceto indicador de liquidez)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Ativo circulante	361.741	236.969	189.792
Passivo circulante	153.866	130.483	98.583
Liquidez Corrente ¹	2,35	1,82	1,93

(1) O índice de liquidez corrente corresponde a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, o Ativo Circulante da Companhia era de R\$ 361.741 mil, sendo superior em R\$ 207.875 mil em relação ao Passivo Circulante, que foi de R\$ 153.866 mil, representando um Índice de Liquidez Corrente de 2,35. Em 31 de dezembro de 2022, o Ativo Circulante era de R\$ 236.969 mil, e superava o Passivo Circulante de R\$ 130.483 mil em um montante de R\$ 106.486 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,82. Em 31 de dezembro de 2021, o Ativo Circulante era de R\$ 189.792 mil, e superava o Passivo Circulante de R\$ 98.583 mil em um montante de R\$ 91.209 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,93.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Endividamento Geral (em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Passivo circulante	153.866	130.483	98.583
Passivo não circulante	79.798	86.398	70.513
Ativo total	683.189	557.415	419.695
Endividamento Geral (em %) ¹	34,2%	38,9%	40,3%

(1) O índice de endividamento geral corresponde a soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pela ativo total.

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, o índice de Endividamento Total (representado pela soma do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante dividido pelo Ativo Total) foi de 34,2%, 38,9% e 40,3%, respectivamente. Essa variação é reflexo principalmente: (i) do aumento do Ativo Total da Companhia, decorrente, principalmente, do crescimento do saldo de caixa e equivalentes que, em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$ 121.642 mil; em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 146.133 mil e em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 257.483 mil; (ii) do aumento do ativo não circulante que, em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$ 229.903 mil; em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 320.446 mil e em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 321.448 mil.

Esse aumento de caixa e equivalentes de caixa é resultado do aumento do lucro líquido da Companhia, que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 103.374 mil, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 134.670 mil e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 176.179 mil. O aumento de ativo não circulante é explicado majoritariamente pelo crescimento do ativo intangível, que em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 85.670 mil ou 46,6%, quando comparado à 31 de dezembro de 2021, devido principalmente pelas aquisições das empresas ocorridas no decorrer de 2022, e em 31 de dezembro de 2023 houve uma diminuição do ativo intangível de R\$ 2.884 mil ou 1,1%, quando comparado à 31 de dezembro de 2022, devido às amortizações e baixas do período terem sido maiores que os valores de aquisições, pois no ano de 2023 a Companhia não efetuou nenhuma aquisição de empresa.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante e passivo não circulante totalizava R\$ 216.881 mil, representando um aumento de R\$ 47.785 mil, em relação à 31 de dezembro de 2021, o que decorreu principalmente do aumento de participações societárias a pagar e salários e encargos sociais, compensado pela redução de empréstimos e financiamentos pagos em tal período. Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante e passivo não circulante totalizava R\$ 233.664 mil, representando um aumento de R\$ 16.783 mil, em relação à 31 de dezembro de 2022, o que decorreu principalmente do aumento de dividendos a pagar, compensado pela redução de participações societárias pagas no período.

A administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às necessidades das operações e está alinhada com as expectativas dos planos de negócios e investimentos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 250.599 mil, passando para R\$ 340.534 mil em 31 de dezembro de 2022. Este aumento de R\$ 89.935 mil decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado pela Companhia no exercício social encerrado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 134.670 mil, reduzido de (i) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos referentes a 2022 no montante de R\$ 34.131 mil mais dividendos adicionais com base nas reservas de lucros de R\$ 12.787 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 340.534 mil, passando para R\$ 449.525 mil em 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$ 108.991 mil decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 176.179 mil, reduzido de (i) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos referentes a 2023 no montante de R\$ 44.840 mil mais dividendos adicionais propostos referente 2022 de R\$ 25.956 mil.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	233.664	216.881	169.096
Capital próprio (patrimônio líquido)	449.525	340.534	250.599
Capital total (terceiros + próprio)	683.189	557.415	419.695
Parcela de capital de terceiros ¹	34,2%	38,9%	40,3%
Parcela de capital próprio ²	65,8%	61,1%	59,7%

(1) A parcela de capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(2) A parcela de capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

A Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada em relação à suas operações.

c) Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 índices de liquidez corrente (calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 2,35, 1,82, 1,93, respectivamente. Seu fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foi de, respectivamente, R\$ 232.742, R\$ 176.047 e R\$ 140.615 mil, conforme verificado em suas demonstrações de fluxos de caixa.

Considerando a estrutura de capital da Companhia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia possui plenas condições de honrar os compromissos financeiros de curto e de longo prazo, até a data deste Formulário de Referência, e caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar sua operação e os seus planos de investimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, e a utilização de empréstimos e financiamentos de terceiros, conforme descritos no item 2.1(f) abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia entende que a sua geração de caixa operacional continuará a ser a principal fonte de recurso para financiar as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia.

Na avaliação da Administração a geração de caixa da Companhia continuará a ser consistente com seu histórico e será suficiente para financiar as suas necessidades de capital de giro e investir em ativos não circulantes, podendo, adicionalmente, utilizar empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total de empréstimos e financiamentos, participações societárias a pagar e passivo de arrendamento (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 70.426 mil (R\$ 93.934 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 77.927 mil em 31 de dezembro de 2021), enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 257.483 mil (R\$ 146.133 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 121.642 mil em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de aplicação financeira era de R\$ 1 mil (R\$ 1.159 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 4.097 mil em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2023, 65,3% da dívida bruta representada pelo somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, participações societárias a pagar e passivo de arrendamento da Companhia tinha perfil de longo prazo, comparado a 65,2% em 31 de dezembro de 2022 e 65,9% em 31 de dezembro de 2021. Para mais informações sobre a Dívida Bruta, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

A Companhia acredita que o perfil da dívida é adequado face seus compromissos e geração de caixa, e que está preparada e tem a capacidade de obter novos recursos no mercado se necessário.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para as operações e investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não tinha saldo de empréstimos e financiamentos (em 31 de dezembro de 2022 não havia saldo registrado e R\$ 11.401 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir, a Companhia apresenta uma breve descrição dos empréstimos e financiamentos, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos					
Em milhares de R\$ (exceto se indicado de outra forma)					
Credores	% de encargos	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
			2023	2022	2021
FINAME	TJLP + 2,50% a.a. até 5,7% a.a.	set/22	-	-	-
BNDES	TLP + 1,55% a.a.	fev/22	-	-	11.401
Empréstimos e financiamentos totais			-	-	11.401
Passivo Circulante			-	-	11.401
Passivo Não Circulante			-	-	-

BNDES

O contrato firmado com o BNDES tem prazo de amortização de 48 meses, com carência de 24 meses. A finalidade do financiamento é para investimento em Pesquisa e Desenvolvimento. O contrato vigente com o BNDES em 31 de dezembro de 2021 está garantido por uma carta fiança junto ao Banco Itaú, no montante de R\$ 11.000 mil e não possui covenants. A Companhia liquidou em 04 de fevereiro de 2022 o empréstimo contratado com o BNDES.

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia informa que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas com instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Na data deste Formulário de Referência, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no Passivo Exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras, portanto não há restrições impostas à Companhia, seja com relação a limites de endividamento, à distribuição de dividendos, ou de outra natureza.

g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis e não tomados. Além disso, esclarece-se

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADO

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia deriva substancialmente da prestação de serviços de tecnologia, sendo composta por receitas de manutenção, cloud, licenças e serviços, consideradas receitas recorrentes pela Administração da Companhia e receita não recorrentes pela Administração da Companhia.

Os serviços de tecnologia prestados pela Companhia compreendem serviços relativos à venda de licenças de direito de uso de softwares desenvolvidos pela Companhia e por suas controladas, manutenção das soluções tecnológicas da Companhia, serviços de customização, implantação e consultoria e disponibilização de suas soluções em cloud. Em relação aos contratos que envolvem soluções em cloud e manutenção, adotam em sua quase totalidade o INPC como índice de reajuste inflacionário e tem duração média de 36 meses. Os produtos mais relevantes na composição da receita são as soluções HCM (gestão de pessoas), ERP (sistema de gestão empresarial) e Gestão de Logística - WMS TMS (gestão da cadeia logística).

Ademais, a tendência de expansão do mercado para soluções em cloud, migrando de um modelo mais tradicional com infraestruturas proprietárias, se consolidou, influenciando de forma positiva nossas receitas recorrentes, ainda que tal resultado tenha sido parcialmente compensado pela diminuição de nossas receitas não recorrentes. A Companhia considera como receitas recorrentes: (i) as receitas de licença e cloud, que se referem a contratos nos quais o cliente paga uma mensalidade pela disponibilização do software. A licença pode ser instalada nos servidores do próprio cliente, que recebe uma chave de acesso para utilizar a ferramenta. O cliente pode optar por instalar a licença nos servidores contratados e mantidos pela Companhia (junto a fornecedores como Amazon Web Services – AWS e Oracle), assim os aplicativos em uso pelo cliente processam as informações em ambiente cloud. Os serviços de cloud também são pagos pelo cliente através de uma mensalidade; (ii) as receitas de manutenção, relacionadas a suporte e atualização tecnológica e reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos respectivos contratos. As receitas recorrentes brutas corresponderam à 75,8%, 71,6% e 67,2% da receita bruta dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente.

A Companhia considera como receitas não recorrentes: (i) receitas de licença quando a licença vendida aos clientes permite a disponibilização do software de forma permanente; e (ii) receitas de serviço, que compreendem serviços de implementação, incluindo customização dos softwares, treinamento e outros serviços (a exemplo de consultorias de negócios). As receitas de serviços de implantação e customização são reconhecidas ao longo do tempo à medida em que os serviços são prestados, segundo cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. As receitas de treinamentos e consultorias são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

Nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foi de R\$ 835.430, R\$ 718.188 e R\$582.475 mil, respectivamente. Tal aumento foi principalmente suportado pelo crescimento expressivo de nossos serviços em cloud, além do incremento de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vendas dentro da nossa base de clientes. Para mais informações sobre nossa receita e modelo de negócios, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

Custo dos Serviços Prestados

Conforme indicado na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, o custo dos serviços é composto principalmente por salários e encargos (despesas de pessoal relativos a serviços de suporte), serviços de terceiros (consultores de implantação, customização e consultoria), custos dos softwares (utilização de servidores contratados e mantidos pela companhia para habilitar a disponibilização de soluções em cloud) depreciação e amortização, que totalizaram 95,2%, 94,7% e 93,8% do total dos custos, respectivamente.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas correspondem a despesas com pessoal das áreas comerciais da Companhia, despesas com participações sobre as vendas para os canais e despesas de marketing, as quais, em sua grande maioria, correspondem a campanhas e anúncios para a divulgação da marca.

Pesquisa e Desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas de produtos existentes são capitalizados quando atendidos os critérios indicados na nota explicativa nº 2, das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 a exemplo de (i) demonstração de viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que este seja disponibilizado para venda, (ii) intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo, (iii) ser possível demonstrar a forma pela qual o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, (iv) estarem disponíveis os recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível, e (v) a Companhia possuir capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativa são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são as despesas com pessoal e de manutenção.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas e despesas operacionais incluem principalmente itens não recorrentes, atípicos e não relacionados à atividade principal da Companhia. São consideradas receitas não-recorrentes os créditos tributários, créditos judiciais, receita de venda de imobilizados e intangível e indenização recebida de sinistro. São consideradas despesas não recorrentes as perdas de ações judiciais, despesas referentes ao plano baseado em ações entre outros.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As despesas financeiras são compostas principalmente por despesas bancárias e de cobrança, juros sobre financiamentos e empréstimos, juros sobre arrendamento, descontos concedidos, imposto

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

sobre operações financeiras e outras despesas financeiras. As receitas financeiras são compostas principalmente por rendimentos sobre aplicações, receita financeira de ajuste a valor presente, juros recebidos, descontos recebidos e outras receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia enquadra-se na tributação sobre o lucro real e apura o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os quais, em conjunto, correspondem a aproximadamente até 34% do resultado tributável. A alíquota efetiva da Companhia é composta por imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.

As informações financeiras apresentadas e as variações relevantes analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas de IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

Demonstrações de Resultados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	835.430	100%	718.188	100%	16,3%
Custo dos serviços prestados	(278.248)	(33,3%)	(248.367)	(34,6%)	12,0%
Lucro bruto	557.182	66,7%	469.821	65,4%	18,6%
Receitas (despesas) operacionais	(343.900)	(41,2%)	(304.321)	(42,4%)	13,0%
Despesas com vendas	(126.105)	(15,1%)	(112.364)	(15,6%)	12,2%
Pesquisa e desenvolvimento	(116.621)	(14,0%)	(95.163)	(13,3%)	22,5%
Despesas gerais e administrativas	(101.696)	(12,2%)	(92.327)	(12,9%)	10,1%
Equivalência patrimonial	102	0,0%	259	0,0%	(60,6%)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas	420	0,1%	(4.726)	(0,7%)	(108,9%)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	213.282	25,5%	165.500	23,0%	28,9%
Despesas financeiras	(15.066)	(1,8%)	(11.891)	(1,7%)	26,7%
Receitas financeiras	32.471	3,9%	22.911	3,2%	41,7%
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	230.687	27,6%	176.520	24,6%	30,7%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social corrente	(46.624)	(5,6%)	(34.348)	(4,8%)	35,7%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.884)	(0,9%)	(7.502)	(1,0%)	5,1%
Lucro líquido do exercício	176.179	21,1%	134.670	18,8%	30,8%

Receita Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida da Companhia aumentou em 16,3% ou R\$ 117.242 mil, passando de R\$ 718.188 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 835.430 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%) ¹	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%) ¹	AH (%)
Receita Recorrente	716.982	75,8%	580.081	71,6%	23,6%
Manutenção	290.729	30,7%	259.397	32,0%	12,1%
Cloud	365.102	38,6%	268.774	33,2%	35,8%
Licenças	41.734	4,4%	38.455	4,7%	8,5%
Serviços	19.417	2,1%	13.455	1,7%	44,3%
Receita Não Recorrente	228.490	24,2%	229.642	28,4%	(0,5%)
Serviços	177.139	18,7%	174.371	21,5%	1,6%
Licenças	42.823	4,5%	44.385	5,5%	(3,5%)
Outras	8.528	0,9%	10.886	1,3%	(21,7%)
Receita bruta total	945.472	100,0%	809.723	100%	16,8%
Deduções sobre vendas	(110.042)	(11,6%)	(91.535)	(11,3%)	20,2%
Total receita líquida	835.430	88,4%	718.188	88,7%	16,3%

(1) Percentuais foram calculados em relação à receita bruta total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 as receitas recorrentes apresentaram um crescimento de R\$ 136.901 mil ou 23,6% em relação ao exercício anterior, representando 75,8% da receita bruta total. Esse crescimento das receitas deu-se principalmente na linha de receita de cloud, derivado da consolidação da tendência de migração do mercado para soluções dessa natureza e em linha com a estratégia da Companhia, com aumento de R\$ 96.328 mil ou 35,8%. A receita de manutenção também apresentou um crescimento de R\$ 31.332 mil ou 12,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A receita não recorrente bruta diminuiu R\$ 1.152 milhões ou 0,5%, no ano contra ano, crescimento abaixo da inflação, consequência da desaceleração da receita de licenças, da estratégia de novos produtos em *cloud based* e da migração para *cloud*, que levam a redução do investimento inicial dos clientes em serviços.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 278.248 mil, representando um aumento de R\$ 29.881 mil ou 12,00% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizava R\$ 248.367 mil. Esse crescimento se deu principalmente (i) pelo aumento de despesas com

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

peçoal de R\$ 24.407 mil ou 21,2%, em decorrência de aumento de peçoal, correção salarial; e (ii) pelo aumento de custos com Cloud em R\$ 8.378 mil ou 22,3% decorrente principalmente maior volume em receitas de cloud.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 557.182 mil comparado com R\$ 469.821 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 87.361 mil ou 18,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da participação de receita recorrente na receita total da companhia, que compensou parcialmente os impactos de crescimento de custos citados anteriormente.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 343.900 mil comparado a R\$ 304.321 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 39.579 mil ou 13,0%. Esta variação é atribuída substancialmente à:

Despesas com Vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as despesas com vendas aumentaram R\$ 13.741 mil ou 12,2%, passando de R\$ 112.364 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 126.105, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando 15,1% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, frente a 15,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O crescimento deu-se principalmente pelo: (i) aumento de despesas com peçoal de R\$ 7.884 mil em decorrência de correção salarial e de aumento de quadro de colaboradores; (ii) aumento de despesas com marketing e viagens de R\$ 2.504 mil relativos à eventos como Summit, Senior Experience, Conarh e outros e (iii) aumento de despesas com perdas e devoluções de clientes.

Pesquisa e Desenvolvimento – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 as despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R\$ 21.458 mil ou 22,5%, passando de R\$ 95.163 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 116.621 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando 14,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, frente a 13,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento decorre de investimentos em tecnologia e inovação para fortalecer nosso portfólio de produtos de Gestão para construir a Senior do Futuro: somos o primeiro e único fornecedor de software no Brasil com soluções de Gestão desenvolvidas em uma plataforma de tecnologia totalmente nova, a nossa Plataforma SeniorX, e atualmente já ofertamos soluções com os novos produtos ERP X e HCM X. Além disso, o aumento também é justificado pela ampliação do quadro de colaboradores, reajuste salarial, aumento de benefícios e retenção de talentos ao longo do ano.

Os projetos que atendem ao critério de capitalização de acordo com o CPC 04 (IAS 38) são classificados como ativos intangíveis, e, portanto, não são lançados na rubrica de pesquisa e desenvolvimento do resultado.

Despesas Gerais e Administrativas – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$ 9.369 mil ou 10,1%, passando de R\$ 92.327 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

101.696 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando 12,2% da receita líquida. O crescimento no ano deu-se principalmente pelo aumento de despesas com pessoal, tecnologia e gastos com depreciações e amortizações.

Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as outras (despesas) receitas operacionais líquidas da Companhia passaram a representar uma receita líquida de R\$ 420, comparado com uma despesa líquida de R\$ 4.726 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de despesa de R\$ 5.146 mil. Essa variação decorre principalmente (i) pelo resultado positivo da venda de uma participação societária detida pela Controlada Senior Participações no montante de R\$ 11.255 mil (ii) pela baixa de despesas antecipadas com a finalidade do IPO, tendo em vista o decurso de prazo, no montante de R\$ 5.373 mil e (iii) maior reconhecimento de despesa dos planos baseados em ações no montante de R\$ 5.900 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, por ter mais um ciclo vigente.

Resultado Financeiro

Despesas Financeiras - As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, totalizaram R\$ 15.066 mil, tendo um aumento de 26,7% ou de R\$ 3.175 mil quando comparado com às despesas financeiras de R\$ 11.891 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento está relacionado aos juros sobre o saldo de contas a pagar de aquisições das empresas (crescimento de aquisições no período) bem como juros sobre arrendamento.

Receitas Financeiras – As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, totalizaram R\$ 32.471 mil, tendo um aumento de 41,7% ou de R\$ 9.560 mil quando comparado com as receitas financeiras de R\$ 22.911 mil verificadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento de rendimentos de aplicações financeiras em R\$ 6.586 mil maior saldo de aplicações ao longo dos meses de 2023 em relação à 2022, e aumento da receita de AVP (ajuste a valor presente) devido ao aumento da receita base e da taxa CDI.

Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 54.508 mil comparado com R\$ 41.850 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 12.658 mil ou 40,8%. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, que cresceu em R\$ 54.167 mil ou 30,7% em linha com o crescimento do lucro da Companhia. Adicionalmente, são aplicadas exclusões ao imposto de renda e contribuição social, sendo os principais valores referente aos gastos com pesquisa e desenvolvimento (Lei do Bem) e valores pagos a título de juros sobre capital próprio (JSCP) no montante de R\$ 17.830 mil e R\$ 7.608 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, respectivamente, frente à R\$ 13.116 mil e R\$ 5.482 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 176.179 mil comparado com R\$ 134.670 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 41.509 mil ou 30,8%, explicado pelos fatores acima descritos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	718.188	100%	582.475	100%	23,3%
Custo dos serviços prestados	(248.367)	(34,6%)	(204.161)	(35,1%)	21,7%
Lucro bruto	469.821	65,4%	378.314	64,9%	24,2%
Receitas (despesas) operacionais	(304.321)	(42,4%)	(241.092)	(41,4%)	26,2%
Despesas com vendas	(112.364)	(15,6%)	(90.884)	(15,6%)	23,6%
Pesquisa e desenvolvimento	(95.163)	(13,3%)	(73.317)	(12,6%)	29,8%
Despesas gerais e administrativas	(92.327)	(12,9%)	(74.981)	(12,9%)	23,1%
Equivalência patrimonial	259	0,0%	88	0,0%	194,3%
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas	(4.726)	(0,7%)	(1.998)	(0,3%)	136,5%
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	165.500	23,0%	137.222	23,6%	20,6%
Despesas financeiras	(11.891)	(1,7%)	(7.170)	(1,2%)	65,8%
Receitas financeiras	22.911	3,2%	8.480	1,5%	170,2%
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	176.520	24,6%	138.532	23,8%	27,4%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(34.348)	(4,8%)	(30.128)	(5,2%)	14,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.502)	(1,0%)	(5.030)	(0,9%)	49,1%
Lucro líquido do exercício	134.670	18,8%	103.374	17,7%	30,3%

Receita Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida da Companhia aumentou em 23,3% ou R\$ 135.713 mil, passando de R\$ 582.475 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 718.188 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%) ¹	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%) ¹	AH (%)
Receita Recorrente	580.081	71,6%	441.402	67,2%	31,4%
Manutenção	259.397	32,0%	225.959	34,4%	14,8%
Cloud	268.774	33,2%	170.809	26,0%	57,4%
Licenças	38.455	4,7%	35.390	5,4%	8,7%
Serviços	13.455	1,7%	9.244	1,4%	45,6%
Receita Não Recorrente	229.642	28,4%	215.780	32,8%	6,4%
Serviços	174.371	21,5%	166.781	25,4%	4,6%
Licenças	44.385	5,5%	42.769	6,5%	3,8%
Outras	10.886	1,3%	6.230	0,9%	74,7%
Receita bruta total	809.723	100%	657.182	100%	23,2%
Deduções sobre vendas	(91.535)	(11,3%)	(74.707)	(11,4%)	22,5%
Total receita líquida	718.188	88,7%	582.475	88,6%	23,3%

¹ Percentuais foram calculados em relação à receita bruta total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 as receitas recorrentes apresentaram um crescimento de R\$ 138.679 mil ou 31,4% em relação ao exercício anterior, representando 71,6% da receita bruta total. Esse crescimento das receitas deu-se principalmente na linha de receita de cloud, derivado da consolidação da tendência de migração do mercado para soluções dessa natureza e em linha com a estratégia da Companhia, com aumento de R\$ 97.965 mil ou 57,4%. A receita de manutenção também apresentou um crescimento de R\$ 33.438 mil ou 14,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A receita não recorrente bruta cresceu R\$ 13,9 milhões ou 6,4%, no ano contra ano, crescimento abaixo da inflação, consequência da desaceleração da receita de licenças, da estratégia de novos produtos em *cloud based* e da migração para *cloud*, que levam a redução do investimento inicial dos clientes em serviços.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 248.367 mil, representando um aumento de R\$ 44.206 mil ou 21,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizava R\$ 204.161 mil. Esse crescimento se deu principalmente (i) pelo aumento de despesas com pessoal de R\$ 18.464 mil ou 19,2%, em decorrência de aumento de pessoal, correção salarial; e (ii) pelo aumento de custos com Cloud em R\$ 12.410 mil ou 46,4% decorrente principalmente maior volume em receitas de cloud.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 469.821 mil comparado com R\$ 378.314 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 91.507 mil ou 24,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da participação de receita recorrente na receita total da companhia, que compensou parcialmente os impactos de crescimento de custos citados anteriormente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 304.321 mil comparado a R\$ 241.092 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 63.229 mil ou 26,2%. Esta variação é atribuída substancialmente à:

Despesas com Vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas com vendas aumentaram R\$ 21.480 mil ou 23,6%, passando de R\$ 90.884 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 112.364, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando 15,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, frente a 15,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O crescimento deu-se principalmente pelo: (i) aumento de despesas com pessoal de R\$ 15.856 mil em decorrência de correção salarial e de aumento de quadro de colaboradores; (ii) aumento de despesas de participações sobre as vendas pagas aos canais de distribuição de R\$ 2.795 mil reflexo do crescimento das vendas de canais para novos clientes e migração de clientes do modelo *on-premises* para cloud e (iii) aumento de despesas com marketing e viagens de R\$ 2.476 mil relativos à viagens e ao retorno de eventos presenciais.

Pesquisa e Desenvolvimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 as despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R\$ 21.846 mil ou 29,8%, passando de R\$ 73.317 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 95.163 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando 13,3% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, frente a 12,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento ocorreu na linha de despesas com pessoal devido correção salarial e aumento do quadro de colaboradores, além de investimento em retenção de talentos, o que representa o contínuo investimento da companhia em inovação e fortalecimento do portfólio de produtos. Em 2022, a Companhia investiu em arquitetura de dados e ferramentas para uso de Data Lake, desenvolveu ferramentas de inovação para clientes de construção, desenvolveu pesquisa para ofertas que conectam o ERP com bancos (ERP Banking), desenvolveu ofertas de Analytics do ERP e integrou o HCM Senior Brasil com o Nômina da Novasoft Colombia, entre outras. Os projetos que atendem ao critério de capitalização de acordo com o CPC 04 (IAS 38) são classificados como ativos intangíveis, e, portanto, não são lançados na rubrica de pesquisa e desenvolvimento do resultado.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$ 17.346 mil ou 23,1%, passando de R\$ 74.981 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 92.327 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando 12,9% da receita líquida. Esse aumento deve-se principalmente ao: (i) aumento de despesas com pessoal e remuneração da administração de R\$ 12.974 mil em decorrência de correção salarial e aumento de quadro de colaboradores e (ii) aumento de despesas com amortização de R\$ 4.552 mil referente aos ativos intangíveis relativos às aquisições (que cresceram em 2021 e 2022) e ao direito de uso (ativo de arrendamento) - IFRS 16;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as outras (despesas) receitas operacionais líquidas da Companhia passaram a representar uma despesa líquida de R\$ 4.726 mil, comparado com uma despesa líquida de R\$ 1.998 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de despesa de R\$ 2.728 mil. Essa variação decorre principalmente de (i) maior reconhecimento de despesa dos planos baseados em ações no montante de R\$ 1.877 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, por ter mais um ciclo vigente; e (ii) maior valor de doações para projetos culturais e para o fundos no montante de R\$ 276 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Resultado Financeiro

Despesas Financeiras - As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 11.891 mil, tendo um aumento de 65,8% ou de R\$ 4.721 mil quando comparado com às despesas financeiras de R\$ 7.170 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento está relacionado aos juros sobre o contas a pagar de aquisições das empresas (crescimento de aquisições no período) bem como juros sobre arrendamento.

Receitas Financeiras – As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 22.911 mil, tendo um aumento de 170,2% ou de R\$ 14.431 mil quando comparado com as receitas financeiras de R\$ 8.480 mil verificadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento de rendimentos de aplicações financeiras em R\$ 10.687 mil impactado pelo aumento das taxas de juros e maior saldo de aplicações ao longo dos meses de 2022 em relação à 2021, e aumento da receita de AVP (ajuste a valor presente) devido ao aumento da taxa CDI.

Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 41.850 mil comparado com R\$ 35.158 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 6.692 mil ou 19,0%. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, que cresceu em R\$ 37.988 mil ou 27,4% em linha com o crescimento do lucro da Companhia. Adicionalmente, são aplicadas exclusões ao imposto de renda e contribuição social, sendo os principais valores referente aos gastos com pesquisa e desenvolvimento (Lei do Bem) e valores pagos a título de juros sobre capital próprio (JSCP) no montante de R\$ 13.116 mil e R\$ 5.482 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, respectivamente, frente à R\$ 8.759 mil e R\$ 3.125 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 134.670 mil comparado com R\$ 103.374 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 31.296 mil ou 30,3%, explicado pelos fatores acima descritos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanco Patrimonial

Principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2023	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	257.483	37,7%	146.133	26,2%	76,2%
Contas a receber	82.750	12,1%	63.553	11,4%	30,2%
Estoques	364	0,1%	434	0,1%	(16,1%)
Impostos a recuperar	6.779	1,0%	4.955	0,9%	36,8%
Adiantamentos	9.702	1,4%	10.310	1,8%	(5,9%)
Aplicações financeiras	1	0,0%	1.159	0,2%	(99,9%)
Outros ativos	4.662	0,7%	10.425	1,9%	(55,3%)
Total do ativo circulante	361.741	52,9%	236.969	42,5%	52,7%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	1.295	0,2%	2.188	0,4%	(40,8%)
Empréstimos concedidos a controladas e coligadas	77	0,0%	-	-	n.a
Depósitos judiciais	2.678	0,4%	-	-	n.a
Outros ativos	23	0,0%	42	0,0%	(45,2%)
Investimentos	4.062	0,6%	1.700	0,3%	138,9%
Imobilizado	23.587	3,5%	22.321	4,0%	5,7%
Intangível	266.665	39,0%	269.549	48,4%	(1,1%)
Ativo de direito de uso	23.061	3,4%	24.646	4,4%	(6,4%)
Total do ativo não circulante	321.448	47,1%	320.446	57,5%	0,3%
TOTAL DO ATIVO	683.189	100,0%	557.415	100%	22,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2023	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE					
Participações societárias a pagar	20.197	3,0%	29.192	5,2%	30,8%
Passivos de arrendamento	5.136	0,8%	3.534	0,6%	45,3%
Fornecedores	8.119	1,2%	7.489	1,3%	8,4%
Salários e encargos sociais	75.314	11,0%	66.553	11,9%	13,2%
Obrigações tributárias	15.615	2,3%	12.374	2,2%	26,2%
Juros s/ capital próprio e dividendos	22.464	3,3%	1.999	0,4%	1023,8
Outras contas a pagar	7.021	1,0%	9.342	1,7%	(24,8%)
Total do passivo circulante	153.866	22,5%	130.483	23,4%	17,9%
NÃO CIRCULANTE					
Passivos de arrendamento	21.084	3,1%	23.350	4,2%	(9,7%)
Participações societárias a pagar	24.009	3,5%	37.858	6,8%	26,1%
Outras contas a pagar	1.556	0,2%	116	0,0%	1250,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.011	1,2%	7.889	1,4%	1,5%
Passivo fiscal diferido	24.989	3,7%	17.185	3,1%	45,4%
Provisão de investimento	139	0,0%	-	0,0%	n.a.
Total do passivo não circulante	79.798	11,7%	86.398	15,5%	(7,6%)
Total do patrimônio líquido	449.525	65,1%	340.534	61,1%	32,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	683.189	100,0%	557.415	100%	22,6%

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 257.483 mil, apresentando um aumento de 76,2% em relação a 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 146.133 mil. Essa aumento decorreu, principalmente, pela geração de caixa líquido originado das atividades operacionais da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, na ordem de R\$232.742 mil, o qual foi parcialmente utilizado para atividades de investimento no valor de R\$ 62.818 mil, e R\$ 58.574 mil foram utilizados na atividade de financiamento (principalmente, pelo pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos em 2023 no montante de R\$ 50.383 mil), apresentado, assim, uma variação líquida de R\$ 111.350 mil, do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de contas a receber era de R\$ 82.750 mil, apresentando um aumento de 30,2% em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 63.553 mil. Esse aumento decorreu, principalmente pelo aumento de receita em 2023 quando comparado com 2022.

Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de aplicações financeiras era de R\$ 1 mil, apresentando uma redução de 99,9% em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 1.159 mil. Essa redução decorreu pelo pagamento da aquisição da empresa Novasoft S.A.S.

Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de outros ativos era composto por contratos de prestação de serviço que são executados pelo período de doze meses, a parcela da prestação de serviço que exceda o fim do exercício é mantida no ativo circulante para posterior apropriação no resultado. Adicionalmente, os custos relativos aos trabalhos para a oferta de distribuição de ações, que a Companhia permanece aguardando momento oportuno, foram reconhecidos como despesa no resultado no montante de R\$ 5.373 mil tendo em vista o decurso de prazo.

Total do Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante era de R\$ 361.741 mil, representando 52,9% do ativo total, o que representou um aumento de 52,% se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2022. Essa alteração se deve, principalmente pelo aumento de contas a receber, parcialmente compensado pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

Ativo Não Circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imobilizado era de R\$ 23.587 mil, representando um aumento de R\$ 1.266 mil, ou 5,7% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2022 que era de R\$ 22.321 mil. Esse aumento é justificado principalmente por (i) aquisições no montante de R\$ 8.047 mil referentes principalmente equipamento de processamento de dados no montante de R\$ 5.653 mil (ii) baixas líquidas no montante de R\$ 589 mil e (iii) depreciação no montante de R\$ 6.192 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de intangível era de R\$ 266.665 mil, representando uma redução de R\$ 2.884 mil, ou -1,1% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2022 que era de R\$ 269.549 mil. Essa redução em 2023 é justificado principalmente por (i) adições no montante total de R\$ 23.457 mil, representado principalmente por software desenvolvido internamente, parcialmente compensado por (ii) baixas líquidas no montante de R\$ 2.618 mil e (iii) amortizações no montante de R\$ 23.723 mil.

Ativo de Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativo de direito de uso era de R\$ 23.061 mil, representando uma redução de R\$ 1.585 mil, ou 6,4% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2022, que era de R\$ 24.646 mil. Essa redução se deu pela (i) adição de novos contratos no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

montante de R\$ 3.961 mil e remensuração de R\$ 77 mil; parcialmente compensado pela (ii) amortização no montante de R\$ 5.607 mil; e (iii) baixas líquidas por encerramento de contratos e mensuração no montante de R\$ 16 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Total do Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo não circulante era de R\$ 321.448 mil, representando 47,1% do ativo total, o que representou um aumento de 0,3% se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2022. Essa alteração se deve, pelos fatores acima descritos em relação ao imobilizado, intangível e ativo de direito de uso.

Passivo Circulante

Participações Societárias a Pagar (Circulante e Não Circulante)

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de participações societárias a pagar no passivo circulante era de R\$ 20.197 mil e no passivo não circulante R\$ 24.009 mil, totalizando R\$ 44.206 mil, representando uma redução de R\$ 22.844 mil em relação a 31 de dezembro de 2022, cujo saldo no passivo circulante era de R\$ 29.192 mil e no passivo não circulante R\$ 37.858 mil, totalizando R\$ 67.050 mil. Essa diminuição decorreu, principalmente, de novos compromissos assumidos no montante de R\$ 4.431 mil, provisão de juros de R\$ 7.196 mil e pagamento das obrigações assumidas com os vendedores das empresas adquiridas pela Companhia, de acordo com o vencimento das parcelas, sendo R\$ 30.409 mil referente a pagamento de principal em caixa e R\$ 4.062 mil referente a pagamento de juros.

Salários e Encargos Sociais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de salários e encargos sociais era de R\$ 75.314 mil, apresentando um aumento de R\$ 8.761 mil ou 13,2% em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 66.553 mil. Esse aumento decorreu, substancialmente, em virtude de correção salarial conforme convenção coletiva e aumento de quadro de colaboradores.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de juros sobre capital próprio e dividendos era de R\$ 22.464 mil, e representava o saldo complementar para dividendos mínimos obrigatórios do período.

Passivo de Arrendamento (Circulante e Não Circulante)

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de passivo de arrendamento no passivo circulante era de R\$ 5.136 mil e no passivo não circulante R\$ 21.084 mil, totalizando R\$ 26.220 mil apresentando uma diminuição de R\$ 664 mil ou 9,7% em relação a 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 26.884 mil. Essa redução decorreu, principalmente, de novos compromissos assumidos no montante de R\$ 3.961 mil, remensuração de R\$ 77 mil, baixas de R\$ 50 mil, provisão de juros de R\$ 3.439 mil e pagamento das obrigações assumidas pela Companhia, de acordo com o vencimento das parcelas, sendo R\$ 8.191 mil.

Total do Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante era de R\$ 153.866 mil, representando 22,5% do passivo total, um aumento de 17,9% se comparado a 31 de dezembro de 2022. Esse aumento se deve, principalmente pelo: (i) aumento de dividendos a pagar pela provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, parcialmente compensado pela (ii) redução de participações societárias a pagar principalmente pelos pagamentos das aquisições efetuadas em exercícios anteriores de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

acordo com o prazo estabelecido, e (iii) aumento de salários e encargos sociais decorrentes das provisões de férias e provisões para participação nos resultados.

Total do Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo não circulante era de R\$ 79.798 mil, representando 11,7% do passivo total, uma redução de R\$ 6.600 mil ou 7,6% se comparado a 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi resultado, principalmente de: (i) redução de participações societárias a pagar pela reclassificação para o circulante e conseqüente pagamento, sendo que não houve valores relevantes de novas aquisições no período; compensado pelo (ii) aumento de passivo fiscal diferido pelo aumento do ágio em ativo fiscal diferido.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o total do patrimônio líquido era R\$ 449.525 mil, apresentando um aumento de 32,0% em relação a 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 340.534 mil. O aumento de R\$ 108.991 mil desta conta decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 176.179 mil, parcialmente compensado pelos dividendos e juros sobre capital próprio destinados em tal exercício no montante total de R\$ 70.796 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço patrimonial

Principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Ativo

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	146.133	26,2%	121.642	29,0%	20,1%
Contas a receber	63.553	11,4%	51.646	12,3%	23,1%
Estoques	434	0,1%	826	0,2%	(47,5%)
Impostos a recuperar	4.955	0,9%	2.945	0,7%	68,3%
Adiantamentos	10.310	1,8%	6.172	1,5%	67,0%
Aplicações financeiras	1.159	0,2%	4.097	1,0%	(71,7%)
Outros ativos	10.425	1,9%	2.464	0,6%	323,1%
Total do ativo circulante	236.969	42,5%	189.792	45,2%	24,9%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	2.188	0,4%	1.219	0,3%	79,5%
Outros ativos	42	0,0%	22	0,0%	90,9%
Investimentos	1.700	0,3%	649	0,2%	161,9%
Imobilizado	22.321	4,0%	19.258	4,6%	15,9%
Intangível	269.549	48,4%	183.879	43,8%	46,6%
Ativo de direito de uso	24.646	4,4%	24.876	5,9%	(0,9%)
Total do ativo não circulante	320.446	57,5%	229.903	54,8%	39,4%
TOTAL DO ATIVO	557.415	100%	419.695	100%	32,8%

Passivo e Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	11.401	2,7%	(100%)
Participações societárias a pagar	29.192	5,2%	10.784	2,6%	170,7%
Passivos de arrendamento	3.534	0,6%	4.412	1,1%	(19,9%)
Fornecedores	7.489	1,3%	4.528	1,1%	65,4%
Salários e encargos sociais	66.553	11,9%	54.040	12,9%	23,2%
Obrigações tributárias	12.374	2,2%	8.104	1,9%	52,7%
Juros s/ capital próprio e dividendos	1.999	0,4%	2.554	0,6%	(21,7%)
Outras contas a pagar	9.342	1,7%	2.760	0,7%	238,5%
Total do passivo circulante	130.483	23,4%	98.583	23,5%	32,4%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

NÃO CIRCULANTE					
Passivos de arrendamento	23.350	4,2%	21.309	5,1%	9,6%
Participações societárias a pagar	37.858	6,8%	30.021	7,2%	26,1%
Outras contas a pagar	116	0,0%	530	0,1%	(78,1%)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.889	1,4%	8.540	2,0%	(7,6%)
Provisão para passivo a descoberto em investida	-	0,0%	430	0,1%	(100%)
Passivo fiscal diferido	17.185	3,1%	9.683	2,3%	77,5%
Total do passivo não circulante	86.398	15,5%	70.513	16,8%	22,5%
Total do patrimônio líquido	340.534	61,1%	250.599	59,7%	35,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	557.415	100%	419.695	100%	32,8%

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 146.133 mil, apresentando um aumento de 20,1% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 121.642 mil. Essa aumento decorreu, principalmente, pela geração de caixa líquido originado das atividades operacionais da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, na ordem de R\$176.047 mil, o qual foi parcialmente utilizado para atividades de investimento no valor de R\$ 85.977 mil, e R\$ 65.579 mil foram utilizados na atividade de financiamento (principalmente, pelo pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos em 2022 no montante de R\$ 47.473 mil), apresentado, assim, uma variação líquida de R\$ 24.491 mil, do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber era de R\$ 63.553 mil, apresentando um aumento de 23,1% em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$ 51.646 mil. Esse aumento decorreu, principalmente pelo aumento de receita em 2022 quando comparado com 2021.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de aplicações financeiras era de R\$ 1.159 mil, apresentando uma redução de 71,7% em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$ 4.097 mil. Essa redução decorreu pelo pagamento da aquisição da empresa Novasoft S.A.S.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de outros ativos era composto por contratos de prestação de serviço que são executados pelo período de doze meses, a parcela da prestação de serviço que exceda o fim do exercício é mantida no ativo circulante para posterior apropriação no resultado. Adicionalmente, os custos relativos aos trabalhos para a oferta de distribuição de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ações, que a Companhia permanece aguardando momento oportuno, estão ativados nesse grupo e tem o saldo de R\$ 5.960 mil.

Total do Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$ 236.969 mil, representando 42,5% do ativo total, o que representou um aumento de 24,9% se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2021. Essa alteração se deve, principalmente pelo aumento de contas a receber, parcialmente compensado pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

Ativo Não Circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de imobilizado era de R\$ 22.321 mil, representando um aumento de R\$ 3.063 mil, ou 15,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2021 que era de R\$ 19.258 mil. Esse aumento é justificado principalmente por (i) aquisições no montante de R\$ 8.641 mil referente principalmente equipamento de processamento de dados no montante de R\$ 7.054 mil (ii) baixas líquidas no montante de R\$ 253 mil e (iii) depreciação no montante de R\$ 5.325 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de intangível era de R\$ 269.549 mil, representando um aumento de R\$ 85.670 mil, ou 46,6% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2021 que era de R\$ 183.879 mil. Esse aumento em 2022 é justificado principalmente por (i) aquisições e saldos advindos de combinação de negócios no montante total de R\$ 108.215 mil, representado principalmente por intangíveis referentes aquisições de empresas (software, ágio, marca e carteira de clientes), parcialmente compensado por (ii) baixas líquidas no montante de R\$ 353 mil e (iii) amortizações no montante de R\$ 22.192 mil.

Ativo de Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativo de direito de uso era de R\$ 24.646 mil, representando uma redução de R\$ 230 mil, ou 0,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 24.876 mil. Essa redução se deu pela (i) adição de novos contratos no montante de R\$ 3.290 mil e remensuração de R\$ 1.775 mil; parcialmente compensado pela (ii) amortização no montante de R\$ 4.933 mil; e (iii) baixas líquidas por encerramento de contratos e mensuração no montante de R\$ 362 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Total do Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 320.446 mil, representando 57,5% do ativo total, o que representou um aumento de 39,4% se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2021. Essa alteração se deve, principalmente pelo aumento do imobilizado e intangível decorrente de aquisições e investimentos na operação.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2022, não havia saldo de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, representando uma redução de R\$ 11.401 mil em relação ao saldo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021, que totalizava R\$ 11.401 mil. Essa redução decorreu do pagamento em fevereiro de 2022 do contrato firmado com o BNDES.

Participações Societárias a pagar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de participações societárias a pagar no passivo circulante era de R\$ 29.192 mil e no passivo não circulante R\$ 37.858 mil, totalizando R\$ 67.050 mil, representando um aumento de R\$ 26.245 mil em relação a 31 de dezembro de 2021, cujo saldo no passivo circulante era de R\$ 10.784 mil e no passivo não circulante R\$ 30.021 mil, totalizando R\$ 40.805 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, de novos compromissos assumidos no montante de R\$ 88.700 mil, provisão de juros de R\$ 3.953 mil e pagamento das obrigações assumidas com os vendedores das empresas adquiridas pela Companhia, de acordo com o vencimento das parcelas, sendo R\$ 62.747 mil referente a pagamento de principal em caixa e R\$ 3.661 mil referente a pagamento de juros.

Salários e Encargos Sociais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de salários e encargos sociais era de R\$ 66.553 mil, apresentando um aumento de R\$ 12.513 mil ou 23,2% em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$ 54.040 mil. Esse aumento decorreu, substancialmente, em virtude de correção salarial conforme convenção coletiva e aumento de quadro de colaboradores.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de juros sobre capital próprio e dividendos era de R\$ 1.999 mil, e representava o saldo complementar para dividendos mínimos obrigatórios do período.

Passivo de Arrendamento (Circulante e Não Circulante)

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de passivo de arrendamento no passivo circulante era de R\$ 3.534 mil e no passivo não circulante R\$ 23.350 mil, totalizando R\$ 26.884 mil apresentando um aumento de R\$ 1.163 mil ou 4,5% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 25.721 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, de novos compromissos assumidos no montante de R\$ 3.290 mil, remensuração de R\$ 1.775 mil, baixas de R\$ 158 mil, provisão de juros de R\$ 3.363 mil e pagamento das obrigações assumidas pela Companhia, de acordo com o vencimento das parcelas, sendo R\$ 7.106 mil.

Total do Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante era de R\$ 130.483 mil, representando 23,4% do passivo total, um aumento de 32,4% se comparado a 31 de dezembro de 2021. Esse aumento se deve, principalmente pelo: (i) aumento de salários e encargos pela maior provisão de participação nos lucros e resultados, parcialmente compensado pela (ii) aumento de participações societárias a pagar principalmente pelos novos contratos assumidos, e (iii) redução de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar pelo pagamento.

Total do Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 86.398 mil, representando 15,5% do passivo total, um aumento de R\$ 15.885 mil ou 22,5% se comparado a 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi resultado, principalmente de: (i) aumento de passivo de arrendamento devido adição de novos contratos; (ii) aumento de participações societárias a pagar pelos novos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

compromissos assumidos pela aquisição das empresas; (iii) aumento de passivo fiscal diferido pelo aumento do ágio em ativo fiscal diferido.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o total do patrimônio líquido era R\$ 340.534 mil, apresentando um aumento de 35,9% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 250.599 mil. O aumento de R\$ 89.935 mil desta conta decorreu, principalmente, do lucro líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 134.670 mil, parcialmente compensado pelos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos em tal exercício no montante total de R\$ 60.087 mil.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Comparações entre os fluxos de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	AH (%)
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais	232.742	209,0%	176.047	718,8%	32,2%
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(62.818)	(56,4%)	(85.977)	(351,1%)	(26,9%)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(58.574)	(52,6%)	(65.579)	(267,8%)	(10,7%)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	111.350	100%	24.491	100%	354,7%

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais totalizou R\$ 232.742 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação a R\$ 176.047 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, gerando um aumento de R\$ 56.695 mil ou 32,2%.

Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento do lucro antes dos impostos em R\$ 54.167 mil ou 30,7%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os ajustes ao lucro antes do imposto sobre a renda foram superiores ao exercício anterior em R\$ 15.696 mil, substancialmente devido ao (i) aumento dos custos e despesas com depreciações e amortizações de R\$ 3.072 mil, (ii) do aumento de juros de arrendamento, financiamento e aquisições de investimento de R\$ 3.082 mil e (iii) do aumento de provisão para perdas, contingências e pagamento baseado em ações de R\$ 6.970 mil. As variações nos saldos de ativos e passivos, reduziram a geração de caixa de atividades operacionais em R\$ 13.168 mil, devido principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 12.108 mil de saldo de contas a receber menor que em 2022 (efeito negativo); (ii) aumento nos valores pagos de imposto de renda e contribuição social de R\$ 11.966 mil (efeito negativo) e (vi) redução em outros ativos de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 15.819 mil (efeito positivo) devido principalmente baixa das despesas ativadas do Projeto Rocket.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa líquido aplicado (saída de caixa) nas atividades de investimento foi de R\$ 62.818 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 85.977 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução (saída de caixa) de R\$ 23.159 mil ou de (26,9%) decorreu, principalmente, do menor desembolso incorrido pela Companhia em 2023 para pagamento das empresas adquiridas em períodos anteriores e não ter ocorrido nenhuma aquisição de empresa no ano de 2023.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (saída de caixa) foi de R\$ 58.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 65.579 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa diminuição de saída de caixa de R\$ 7.005 mil ou de (10,7%) ocorreu principalmente em função de menor pagamento de empréstimos e financiamentos ocorrido dentro do exercício de 2023 versus 2022, representando uma redução de R\$ 11.000 mil quando comparado ao exercício social anterior.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Comparações entre os fluxos de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (%)
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais	176.047	718,8%	140.615	(964,1%)	25,2%
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(85.977)	(351,1%)	(78.941)	541,2%	8,9%
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(65.579)	(267,8%)	(76.259)	522,9%	(14,0%)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.491	100%	(14.585)	100%	267,9%

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais totalizou R\$ 176.047 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação a R\$ 140.615 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, gerando um aumento de R\$ 35.432 mil ou 25,2%.

Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento do lucro antes dos impostos em R\$ 37.988 mil ou 27,4%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os ajustes ao lucro antes do imposto sobre a renda foram superiores ao exercício anterior em R\$ 10.536 mil,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

substancialmente devido ao (i) aumento dos custos e despesas com depreciações e amortizações de R\$ 7.641 mil e (ii) do aumento de juros de arrendamento, financiamento e aquisições de investimento de R\$ 2.838 mil. As variações nos saldos de ativos e passivos, reduziram a geração de caixa de atividades operacionais em R\$ 13.092 mil, devido (i) aumento de R\$ 3.248 mil de saldo de contas a receber menor que em 2021 (efeito positivo); (ii) aumento nos saldos impostos a recuperar de R\$5.129 mil (efeito negativo); (iii) aumento do saldo de outras contas a receber de R\$ 11.023 mil devido despesas ativadas do projeto Rocket e demais despesas antecipadas de software e seguros (efeito negativo); (iv) aumento do saldo de obrigações sociais e trabalhistas de R\$ 7.372 mil (efeito negativo), (v) redução nos valores pagos de imposto de renda e contribuição social de R\$ 2.306 mil (efeito positivo) e (vi) redução em outras passivos de R\$ 2.866 mil (efeito positivo).

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa líquido aplicado (saída de caixa) nas atividades de investimento foi de R\$ 85.977 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 78.941 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento (saída de caixa) de R\$ 7.036 mil ou de 8,9% decorreu, principalmente, do desembolso incorrido pela Companhia em 2022 para pagamento das empresas adquiridas em períodos anteriores e parcelas a vista e iniciais das empresas adquiridas em 2022.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (saída de caixa) foi de R\$ 65.579 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 76.259 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa diminuição de R\$ 10.680 mil ou de 14,0% ocorreu principalmente em função de menor pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos ocorrido dentro do exercício de 2022 versus 2021, representando uma redução de R\$ 21.413 mil quando comparado ao exercício social anterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados Operacional e Financeiro

a) Resultados das operações da companhia

A Companhia acredita que o perfil da dívida é adequado face seus compromissos e geração de caixa, e que está preparada e tem a capacidade de obter novos recursos no mercado se necessário.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta pelas receitas recorrentes e não recorrentes associadas à venda de licenças de direito de uso de softwares desenvolvidos pela Companhia e por suas controladas, manutenção das soluções tecnológicas da Companhia, serviços de customização implantação e consultoria e disponibilização de suas soluções em cloud. O detalhamento sobre a classificação das receitas entre recorrentes e não recorrentes pela Companhia é como segue:

Receitas Recorrentes

Receita de Licenciamento/Cloud: refere-se a licença vendida ao cliente que permite a disponibilização do software para seu uso de forma temporária. A licença vendida com disponibilização de forma temporária (i) pode ser instalada no servidor do cliente, o qual passa a pagar uma mensalidade para que sua chave de acesso continue a ter validade, ou (ii) pode ser instalada nos servidores contratados e mantidos pela Companhia, assim os aplicativos em uso pelo cliente passam a rodar em ambiente Cloud, onde o cliente paga uma mensalidade para ter acesso ao servidor virtual.

Receitas de Manutenções: são receitas relacionadas a suporte e atualização tecnológica. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.

Receitas Não Recorrentes

Receita de Licenciamento: refere-se a licença vendida ao cliente que permite a disponibilização do software para seu uso permanente.

Receitas de Serviço: compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento e outros serviços, bem como consultorias de negócios. As receitas de serviços de implantação e personalização são reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. As receitas de treinamentos e consultorias são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

As receitas recorrentes possuem como base valores e datas mensais de pagamento, conforme aplicável, preestabelecidos em contratos firmados com seus clientes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A origem das receitas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 decorrem da atividade de tecnologia da Companhia, e estão apresentadas conforme abaixo:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Receita Recorrente	716.982	580.081	441.402
Manutenção	290.729	259.397	225.959
Cloud	365.102	268.774	170.809
Licenças	41.734	38.455	35.390
Serviços	19.417	13.455	9.244
Receita Não Recorrente	228.490	229.642	215.780
Serviços	177.139	174.371	166.781
Licenças	42.823	44.385	42.769
Outras	8.528	10.886	6.230
Receita bruta total	945.472	809.723	657.182
Deduções sobre vendas	(110.042)	(91.535)	(74.707)
Total receita líquida	835.430	718.188	582.475

ii. Fatores que Afetaram Materialmente os Resultados Operacionais

Aquisições: No ano de 2022, a Companhia adquiriu a empresa Globaltec S/. a receita líquida dessa empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 representou 1,1% do total da receita. No ano de 2021, a Companhia adquiriu as empresas Novasoft S.A.S, Alcis Log Ltda., GKO Sistemas Logísticos Ltda., GKO Informática Ltda, Convenix e M. Cavallin. A receita líquida dessas empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 representou 5,8% do total da receita líquida do exercício. Em 2020 não houve aquisições de empresas que impactasse no resultado.

Além dos fatores acima mencionados, não existem fatores externos que influenciaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. Para uma análise detalhada das principais variações ocorridas nos resultados, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de manutenção e cloud da Companhia, em sua maioria são indexadas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), sendo reajustadas anualmente no “aniversário” de cada contrato com os clientes.

Com relação aos índices econômicos que afetam os negócios da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o INPC fechou o acumulado de 12 meses em 3,70% enquanto o IGP-M ficou em (3,18%) no acumulado de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respectivamente, esses índices fecharam em: INPC 5,93% e 5,45% e INPC 10,16% e 17,78%, respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Mesmo considerando a variação dos índices econômicos, os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2023, 2022 e 2021 são decorrentes de alterações em volumes de vendas, com crescimento na receita recorrente, 31,4% de 2021 para 2022 e 23,6% de 2022 para 2023.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

As operações da Companhia podem ser afetadas por fatores que incluem taxa de inflação, a variação do preço de insumos e produtos, taxa de câmbio e de juros. O impacto dessas mudanças nos resultados da Companhia não tem se apresentado significativo ao longo do tempo, devido a pulverização da base de clientes.

Os custos e despesas operacionais relativos principalmente a despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios), estão atrelados à variação do INPC, cujo impacto é parcialmente compensado pela correção das receitas recorrentes que em sua maioria são indexadas pelo mesmo índice INPC.

A maioria dos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. Os custos de serviços prestados relativos à plataforma Cloud, podem ser impactados pela variação da taxa de câmbio, no entanto, a Companhia ao avaliar esse impacto e pode decidir transferir esse aumento de custos aos seus clientes, quando considerado apropriado. Caso a Companhia não seja capaz de repassar esse aumento, os resultados podem ser impactados negativamente, e, eventualmente, serem absorvidos pelos clientes.

Em relação ao resultado financeiro, a Companhia possui políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos e contas a pagar de aquisições estão atrelados ao TJLP e CDI. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita financeira da Companhia com rendimento sobre aplicações financeiras representou 41,1% de sua receita financeira (70,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 63,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a despesa financeira da Companhia com juros sobre financiamentos e participações societárias a pagar representou 65,0% de sua despesa financeira (57,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 71,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

A tabela abaixo demonstra os principais fatores macroeconômicos brasileiros:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Inflação (IGP-M) (%) ²	(3,2%)	5,5%	17,8%
Inflação (IPCA) (%) ³	4,6%	5,8%	10,1%
CDI Médio ¹ (%)	13,1%	12,4%	4,4%
TJLP (%) ⁴	6,5%	7,2%	5,3%
Taxa SELIC Média (%) ⁵	13,0%	12,3%	4,8%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	(7,2%)	(6,3%)	7,3%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 ⁷	4,8413	5,2177	5,5699
---	--------	--------	--------

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV e IBGE.

(1) Fonte: Banco Central

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de Preços ao Consumidor

(4) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(5) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(6) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(7) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Mudanças nas Práticas Contábeis / Opiniões Modificadas e Ênfases

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as mudanças das práticas contábeis e sobre as ressalvas e ênfases existentes nos relatórios do auditor independente nos últimos três exercícios sociais:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não aplicável, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2023, 2022 e 2021.

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Diretoria da Companhia afirma que não há ressalvas presentes no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. A Diretoria da Companhia esclarece que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 possui o seguinte parágrafo de ênfase:

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.29, devido ao aprimoramento de certas divulgações em notas explicativas e em decorrência de correção de erros, os valores correspondentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos Relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Mindsight Desenvolvimento de Software S.A.

Em 29 de novembro de 2023 houve a alienação da participação existente na empresa Mindsight Desenvolvimento de Software S.A.
Globaltec S.A.

Em 05 de outubro de 2022, a Companhia concretizou a aquisição de 100% do capital da empresa Globaltec S.A., pelo valor de R\$ 88.700 mil, como parte da estratégia de consolidação como líder no segmento de Construção.

NovaSoft SAS

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia concretizou a aquisição de 74,9% do capital da empresa Novasoft SAS, com sede em Bogotá - Colômbia, pelo valor de R\$ 17.260 mil, como parte da estratégia de internacionalização e expansão para a América Latina.

Alcis Log Ltda

Em 1º de janeiro de 2021, a Companhia concretizou a aquisição de 100% do capital social da Alcis Log Ltda, pelo valor de R\$ 10.568 mil. A empresa Alcis Log Ltda. atua no segmento de software para logística (WMS).

GKO Sistemas Logísticos Ltda e GKO Informática Ltda

Em 13 de abril de 2021, a Companhia concretizou a aquisição de 100% do capital social da GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda., pelo valor de R\$ 27.000 mil. A GKO Informática e a GKO Sistemas atuam no mercado de softwares de gestão de logística e armazenagem.

Convenix

Em 17 de junho de 2021, a controlada da Companhia, Senior Sistemas de Pagamentos Ltda. concretizou a aquisição de 100% do capital social da Convenix Benefícios Corporativos Ltda., pelo valor de R\$ 2.700 mil. A empresa Convenix atua no segmento de benefícios financeiros.

M. Cavallin

Em 16 de agosto de 2021, a controlada da Companhia, Zero One Tecnologia da Informação Ltda. concretizou a aquisição de 100% do capital social da M. Cavallin Marketplace Ltda., pelo valor de R\$ 700 mil. A empresa atua no segmento de ERP voltado a indústria da construção civil.

Em 30 de setembro de 2021, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação das empresas Alcis Log Ltda, GKO Sistemas Logísticos Ltda. e GKO Informática Ltda pela Companhia.

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial de ativos da Companhia, cujo acervo cindido foi avaliado em R\$ 26.718 mil. A cisão teve como objetivo transferir os bens imóveis da Companhia para uma empresa de administração de ativos imobiliários controlada pelos atuais acionistas da Companhia. Em outubro de 2021, a Companhia acordou o aluguel do imóvel da sua sede administrativa no valor mensal de R\$ 320 mil, pelo prazo contratual de 120 meses. Esse contrato foi celebrado com a Senior Imóveis Ltda., atual proprietária do imóvel, após a referida cisão (citada na nota 17.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021), a administração da Companhia tomou as devidas diligências quanto a celebração do contrato, num ambiente de transações entre partes relacionadas, prevalecendo as condições usuais e praticadas no mercado, entre empresas independentes. Para mais informações sobre este contrato, vide item 16 deste Formulário de Referência.

Fora o evento descrito acima, os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições Não Contábeis

a) Valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 (“ICVM 527”), consistindo no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas (receitas) financeiras líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada como o EBITDA dividido pela receita líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não representam os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela ICVM 527 não seja adotado por outras companhias, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia poderão não ser comparáveis ao EBITDA e a Margem EBITDA divulgados por outras companhias. Além disso, empresas estrangeiras não estão sujeitas à ICVM 527 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2022	2021
EBITDA	248.804	197.950	162.031
Margem EBITDA	29,80%	27,60%	27,80%

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Bruta é representada pelo somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e participações societárias a pagar (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde à Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado

2.5 Medições não contábeis

padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia nas datas indicadas:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Dívida Bruta	70.426	93.934	77.927
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(187.058)	(53.358)	(47.812)

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta as conciliações referentes ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados pela Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Lucro líquido do exercício	176.179	134.670	103.374
(+/-) Despesas (receitas) financeiras líquidas	(17.405)	(11.020)	(1.310)
(+) Depreciação e amortização	35.522	32.450	24.809
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	54.508	41.850	35.158
EBITDA	248.804	197.950	162.031
Receita líquida	835.430	718.188	582.475
Margem EBITDA	29,8%	27,6%	27,8%

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A tabela abaixo apresenta as conciliações referentes à Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) apresentados pela Companhia nas datas indicadas:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em		
	2023	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (circulante)	-	-	11.401
Passivo de arrendamento (circulante)	5.136	3.534	4.412
Participações societárias a pagar (circulante)	19.327	29.192	10.784
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	-	-	-
Passivo de arrendamento (não circulante)	21.084	23.350	21.309
Participações societárias a pagar (não circulante)	24.879	37.858	30.021
Dívida Bruta	70.426	93.934	77.927
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(257.483)	(146.133)	(121.642)
(-) Aplicação financeira	(1)	(1.159)	(4.097)
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(187.058)	(53.358)	(47.812)

2.5 Medições não contábeis

c) Motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA, como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita serem medidas práticas para medir desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que correspondem, conforme aplicável, a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia reforça que o EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como alternativas e/ou substitutos ao lucro líquido, aos fluxos de caixa ou como medidas de desempenho operacional ou de liquidez, nem como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar o resultado financeiro, os impostos sobre o lucro, despesas de depreciação e amortização. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia utiliza a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) como indicadores gerenciais (não contábeis) para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis com medidas semelhantes utilizadas por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos Subsequentes as DFs

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram autorizadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 29 de fevereiro de 2024.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Em 02 de janeiro de 2024 a Companhia assumiu o controle de 100% do capital social da empresa Ilog Tecnologia Ltda. O valor negociado pela aquisição totalizou o montante de R\$ 41,7 milhões, a ser pago uma parcela a vista e o restante em 36 parcelas.

A Ilog desenvolve soluções de gestão de aprendizagem e educação corporativa, ajudando empresas de médio e grande porte na disseminação de conhecimento e melhoria de performance. Com mais de 20 anos de mercado, a empresa possui 3 milhões de usuários em sua plataforma, soma 250 clientes nacionais e multinacionais.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos Resultados

	2023	2022	2021
a. Regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por acionistas titulares de ações com direito a voto representativas de mais da metade do capital social.		
a.i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, será proposto à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que do total de lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 174.665 mil seja retido como segue (i) R\$ 8.733 mil destinados à constituição de reserva legal; e (ii) R\$ 78.595 mil destinados à reserva de lucros (Reserva estatutária para investimentos).	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, será proposto à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que do total de lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 133.527 mil seja retido como segue (i) R\$ 6.676 mil destinados à constituição de reserva legal; e (ii) R\$ 66.764 mil destinados à reserva de lucros (Reserva estatutária para investimentos).	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, será proposto à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que do total de lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 101.894 mil seja retido como segue (i) R\$ 5.095 mil destinados à constituição de reserva legal; e (ii) R\$ 50.947 mil destinados à reserva de lucros (Reserva estatutária para investimentos).
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os percentuais das retenções em relação ao lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores são como segue (i) 5 % destinados à constituição de reserva legal (reserva constituída até o limite de 20% do capital social); e (ii) 45,00% destinados à reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os percentuais das retenções em relação ao lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores são como segue (i) 5 % destinados à constituição de reserva legal (reserva constituída até o limite de 20% do capital social); e (ii) 50,00% destinados à reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os percentuais das retenções em relação ao lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores são como segue (i) 5 % destinados à constituição de reserva legal (reserva constituída até o limite de 20% do capital social); e (ii) 50,00% destinados à reserva de lucros.

2.7 Destinação de resultados

b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê a seguinte destinação de resultados, após dedução dos prejuízos acumulados e provisão para tributos sobre o lucro: (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social, e (ii) o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser determinada pela Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia prevê que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi proposto à AGO a distribuição a título de dividendos 52,63% do lucro base de cálculo de dividendos (lucro líquido do exercício menos reserva legal).</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê a seguinte destinação de resultados, após dedução dos prejuízos acumulados e provisão para tributos sobre o lucro: (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social, e (ii) o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser determinada pela Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia prevê que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi proposto à AGO a distribuição a título de dividendos 47,37% do lucro base de cálculo de dividendos (lucro líquido do exercício menos reserva legal).</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê a seguinte destinação de resultados, após dedução dos prejuízos acumulados e provisão para tributos sobre o lucro: (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social, e (ii) o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser determinada pela Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia prevê que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi distribuído a título de dividendos 47,37% do lucro base de cálculo de dividendos (lucro líquido do exercício menos reserva legal).</p>
--	--	--	--

2.7 Destinação de resultados

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços de períodos intermediários, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços de períodos intermediários, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços de períodos intermediários, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Política de destinação de resultados	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.

2.7 Destinação de resultados

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens Relevantes Não Evidenciados nas DFs

a) **Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

i. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos,**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

ii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários sobre Itens Não Evidenciados

- a) **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

- b) **Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

- c) **Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de Negócios

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetua investimentos em ativo imobilizado intangível e em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, para buscar crescimento e expansão dos negócios. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as adições de ativo imobilizado e intangível totalizaram R\$ 31.504 mil, 31 de dezembro de 2022, as adições de ativo imobilizado e intangível (somado aos saldos advindos de combinação de negócios) totalizaram R\$ 116.856 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as adições de ativo imobilizado e intangível totalizaram R\$ 90.563 mil. As despesas com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 116.621 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 95.163 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 73.317 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a Companhia em 2022 iniciou processo de registro de oferta pública primária de ações ("Oferta"), processo esse que não se efetivou devido as condições de mercado, mas que a Companhia segue estruturando-se e aguardando momento oportuno para a Oferta. Em 2023, caso a Oferta seja efetivamente realizada, os recursos terão a seguinte destinação: (a) ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação; e (b) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas. A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua prática investimento, visando à preservação de seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez. Na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento e/ou dívida junto a instituições financeiras, os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios; e (ii) recursos de terceiros (empréstimos). Adicionalmente, a Companhia aguarda momento oportuno para registro de oferta pública primária de ações ("Oferta"), sendo que, caso a Oferta seja efetivamente realizada, os recursos terão a seguinte destinação: (i) ampliação da participação da Companhia nos seus mercados de atuação e (ii) para potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas, conforme citado no item 2.9 (a) (i) acima.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de seu fluxo de caixa. Para os investimentos a serem realizados, a Companhia buscará, em ocasião oportuna, a melhor estrutura de capital para financiamento dos investimentos.

2.10 Planos de negócios

i. **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos**

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes da Companhia em andamento ou previstos.

b) **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c) **Novos produtos e serviços**

iii. **Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

No último ano ampliamos os investimentos em nosso portfólio de produtos de Gestão para construir a Senior do Futuro: uma plataforma tecnológica totalmente nova – a Plataforma Senior X. Um avanço importante que possibilita a Senior prover a transformação digital dos clientes com maior velocidade de acordo com as novas tecnologias de mercado como Generative AI, Inteligência Artificial, BOTs, e ao mesmo tempo gerar ganhos em eficiência operacional frente aos concorrentes. Além disso a Companhia tem investido para entrar em novos mercados, buscar novos perfis de clientes, aproveitando as oportunidades de cloud, serviços financeiros e internacionalização. As principais iniciativas em desenvolvimento (i) estão voltadas à potencializar a exploração dos dados dos nossos sistemas com soluções inteligentes que agreguem valor, contribuam na tomada de decisão e reforcem o reconhecimento da marca Senior no mercado; (ii) permanecer investindo em APIs, alavancando o ecossistema através de nossa plataforma; (iii) utilizar a inteligência artificial para ampliar a competitividade das soluções Senior, gerando valor para o cliente e (iv) continuidade de desenvolvimento da plataforma financeira com Wiipo, gerando oportunidades de ofertas para pessoa física e soluções para pessoa jurídica através da Joint Venture com o BTG Pactual.

iv. **Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

As despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram de R\$ 116.621 mil, R\$ 95.163 mil e R\$ 73.317 mil, respectivamente. Os investimentos que atenderam ao critério de capitalização previsto no CPC 04 são contabilizados no ativo intangível e representaram o montante de R\$ 17.977, R\$ 16.643 mil e R\$ 15.824 mil respectivamente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

v. **Projetos em desenvolvimento já divulgados**

A Companhia cria e desenvolve soluções de software (SaaS) que entregam eficiência e permitem uma gestão assertiva e estratégica. Oferecemos soluções para Gestão Empresarial ERP, Logística, Gestão de Pessoas, Relacionamento com Clientes, Varejo e Supermercados, e Gestão de Acesso e Segurança. Os principais projetos desenvolvidos nos últimos anos foram: (i) plataforma tecnológica Senior X com o novo ERP X e HCM X, (ii) Inteligência Artificial e

2.10 Planos de negócios

Analytics acoplada nas soluções (iii) plataforma de fretes (iv) produtos financeiros para pessoa jurídica através do ERP Senior.

vi. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos totais dispendidos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços é igual ao gasto de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços descritos no item 2.10(c)(ii).

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As informações relacionadas às questões ASG estão apresentadas no item 1.9 deste formulário de referência.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros Fatores que Influenciaram de Maneira Relevante o Desempenho Operacional

Não há outros fatores que influenciaram o desempenho operacional de maneira relevante para serem comentados.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções Divulgadas e Premissas

A Companhia não fornece projeções quantitativas a respeito de seu desempenho financeiro futuro (earnings guidance), conforme lhe é facultado pelo artigo 21 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022.

3.1 – As Projeções Devem Identificar:

a) Objeto da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c) Premissas da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Acompanhamento das Projeções

- a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas**

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

- b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

- c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos como prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1 – Descrição dos Fatores de Risco

O investimento em ações da Companhia envolve, intrinsecamente, a exposição a determinados riscos. Os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações especificadas neste Formulário de Referência, os riscos citados as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia.

Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, podendo o preço de mercado das ações de emissão da Companhia sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Além disso, riscos adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera menos relevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa a Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um “efeito adverso” ou um “efeito negativo” para a Companhia, “afetará adversamente” a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção “4. Fatores de Risco”.

Os fatores de risco apresentados nesta seção “4. Fatores de Risco” estão expostos em ordem decrescente de relevância (ou seja, do mais relevante para o menos relevante), dentro de cada subitem (4.1."a" a 4.1."m").

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

a) Riscos relacionados à Companhia

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de acompanhar a evolução tecnológica de seu setor, modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica, aperfeiçoar os produtos, serviços e softwares já existentes, desenvolver novos produtos e serviços e promover a integração de novos produtos e serviços adquiridos, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

O mercado de sistemas de softwares, principal mercado em que a Companhia atua, em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de

4.1 Descrição dos fatores de risco

equipamentos de computação, desenvolvimento da infraestrutura de comunicações, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos.

A Companhia não pode garantir que será capaz de prever e desenvolver melhorias, de acompanhar a evolução tecnológica e a atualização da legislação, de aperfeiçoar e incrementar seus softwares e serviços oferecidos atualmente em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado ou ter a capacidade de integrar os novos produtos e serviços adquiridos aos seus atuais produtos. Os softwares da Companhia poderão se tornar obsoletos em comparação com os oferecidos pelos concorrentes, de modo que os clientes da Companhia poderão deixar de subscrever pelo uso do software e contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Ainda, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia são de rápida evolução. Dessa forma, os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não permitir a competição de maneira eficiente nos mercados em que atua. A eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções, bem como o atraso ou não adoção de novas tecnologias, inclusive aquelas consideradas disruptivas, poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, conseqüentemente, em seus resultados financeiros.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia poderá não obter o sucesso esperado em suas estratégias de negócios e inovações, bem como poderá falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na gestão de ciclo de vida dos produtos existentes, o que poderá afetar adversamente seus resultados, a sua competitividade e o valor das ações de sua emissão.

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas estratégias de novos negócios e inovações depende de uma série de fatores, tais como: (a) condições políticas e econômicas nacionais; (b) manutenção de leis e regulamentos existentes; (c) dos custos de operação; (d) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica; e (e) criação de novos produtos, baseada na capacidade de detectar e incorporar tecnologias mais modernas.

A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas estratégias e inovações, inclusive em razão de seu planejamento acabar por não prever de forma adequada e/ou suficiente os recursos a serem destinados para inovação, diante de alterações nas circunstâncias acima e, portanto, não pode garantir que continuará mantendo os seus resultados em linha com os resultados de exercícios anteriores.

Também como consequência a Companhia poderá estar sujeita à insuficiência de mecanismos de captura de oportunidades em novos produtos e/ou melhoria dos produtos já existentes,

4.1 Descrição dos fatores de risco

assim como insuficiência de agilidade para aproveitá-las; sujeita à concorrência com empresas emergentes e/ou startups no setor de tecnologia; sujeita a equívoco/falha na construção anual do roadmap de produtos; sujeita a estruturar arquitetura tecnológica em desacordo com o exigido para novos produtos e/ou mercado.

Não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter um portfólio de softwares que atenda completamente às necessidades de seus clientes, assim como não é possível garantir que novos produtos, incluindo aqueles provenientes das empresas adquiridas, atingirão os resultados e retornos esperados.

Caso a Companhia invista em novos produtos que não tragam o retorno financeiro esperado, mantenha produtos com baixa rentabilidade no portfólio ou deixe de investir os recursos necessários no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e novas tecnologias, a sua competitividade e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software, que é altamente competitivo, o que poderá causar efeito adverso relevante sobre seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa.

A Companhia concorre em mercados caracterizados pela alta competitividade, pelas agilidades nas evoluções tecnológicas, pelas mudanças das necessidades dos clientes, pelos padrões adotados pelo setor de atuação e frequentes introduções de novos produtos e serviços. Além disso, a Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de softwares e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de softwares de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de softwares que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria, assim como startups voltadas a tecnologia.

Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses ou se novos players surgirem no mercado.

Ademais, especificamente quanto ao software de Gestão Empresarial (ERP), alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas (adicionalmente ao mercado de empresas de grande porte), o que pode causar efeito adverso relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, o que poderá resultar em danos adversos e significativos à sua reputação e a seus resultados operacionais.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação, bem como exigem uma

4.1 Descrição dos fatores de risco

estrutura tecnológica altamente complexa e dependem da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de software, data centers, internet, telecomunicações e de terceiros. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais eletrônicos, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques cibernéticos, problemas de telecomunicações, vírus, worms, ransomware e outros softwares mal intencionados, ausência de avaliação dos requisitos de segurança da informação na contratação de fornecedores, ausência ou insuficiência de testes de vulnerabilidade em seus sistemas, entre outros fatores.

Eventuais incidentes de segurança da informação podem causar uma interrupção nos negócios da Companhia e resultar em desempenho reduzido e aumento de custos operacionais, o que pode ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Ainda, incidentes de segurança podem resultar em apropriação indevida de informações exclusivas ou confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, já que uma violação bem-sucedida aos seus sistemas, softwares ou hardwares, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada. Além disso, uma vez que tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, a Companhia poderá não conseguir desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes em tempo hábil para evitar danos a seus produtos e à prestação de seus serviços.

Com relação aos clientes da modalidade SaaS (cloud), caso não possam acessar os sistemas da Companhia em razão de ataque cibernético, suas operações poderão ser paralisadas, gerando efeitos negativos também para a Companhia, tanto financeiros quanto reputacionais.

Qualquer incidente de segurança no ambiente computacional que resulte em acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, malware, phishing, ransomware e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia podem sujeitá-la a litígios significativos, multas regulatórias e outras penalidades expressivas, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Ainda, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com

4.1 Descrição dos fatores de risco

a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, poderá exigir investimentos financeiros significativos. Ademais, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo.

Destaca-se ainda, que referidos incidentes de segurança cibernética podem não estar segurados, serem seguráveis ou estarem cobertos pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros podem resultar em prejuízos o que poderá impactar negativamente a sua situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e/ou dados pessoais armazenados e tratados pela Companhia, inclusive quanto à não realização de testes de vulnerabilidade e invasão de seus sistemas, poderá prejudicar a reputação da Companhia e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia. Ademais, a Companhia não pode garantir que seu Plano de Respostas a Incidentes (descrito no item 5.5 deste Formulário de Referência) será efetivo no momento da materialização do risco, visto que o mesmo foi instituído recentemente.

Para informações sobre o gerenciamento de riscos relacionados a ataques cibernéticos, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia.

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas (em especial em cargos de tecnologia) e depende da qualificação dos seus profissionais para obter sucesso em seu negócio, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações, produtos e serviços. Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave, bem como conhecimento estratégico, poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, reconhecidamente escassos no cenário atual, considerando a alta demanda do mercado para esses profissionais e a competição mais globalizada por esses talentos, bem como escassez dos conhecimentos necessários para desenvolvimento do negócio.

A Companhia pode não ser capaz ou pode falhar em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se seus clientes ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual ou autoral sem autorização e/ou de forma inadequada, poderá afetar negativamente os negócios e a reputação da Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger os seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas, nomes de domínio, segredos comerciais, software e know-how.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia acredita que os ativos de propriedade intelectual detidos por ela e suas controladas são valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente.

Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o valor das marcas da Companhia, bem como ocasionar um declínio nos negócios da Companhia.

A Companhia não garante que as eventuais medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade da Companhia. Ainda, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais. Ainda, caso algum de seus ativos de propriedade intelectual sejam questionados judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso, a Companhia pode vir a ser proibida de continuar a explorá-la.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de direitos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que terceiros contestem e obtenham êxito na invalidação de quaisquer direitos de propriedade intelectual detidos pela Companhia ou a ela licenciados. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e fazer valer os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar que seus clientes, parceiros e fornecedores utilizarão sua propriedade intelectual de forma adequada, tomando medidas para protegê-la. O uso inadequado da propriedade intelectual da Companhia, ou ainda o uso sem autorização, pode resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

Além disso, a Companhia utiliza software de código aberto (open source software) em conexão com alguns de seus softwares. Empresas que incorporam software de código aberto em seus produtos têm, de tempos em tempos, enfrentado reclamações desafiando a propriedade de software de código aberto e/ou o cumprimento dos termos da licença. Como resultado, a Companhia pode estar sujeita a processos por partes que reclamam a propriedade do que acreditam ser software proprietário ou não conformidade com os termos da licença do software de código aberto. Algumas licenças de software de código aberto exigem que os usuários que distribuem ou utilizam esse software como parte de seu software revelem publicamente todo ou parte do código fonte a tal software e/ou disponibilizem qualquer trabalho derivado do software de código aberto em termos desfavoráveis ou sem custo. Qualquer exigência de

4.1 Descrição dos fatores de risco

divulgar o código-fonte proprietário da Companhia ou pagar danos por quebra de contrato pode ter um efeito adverso material em nossos negócios, condição financeira e resultados de operações.

Se a Companhia não conseguir proteger seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros. Logo, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode resultar em um efeito adverso em seus resultados operacionais.

As receitas da Companhia dependem substancialmente das receitas relativas a serviços e mensalidades geradas pelos softwares de ERP (Enterprise Resource Planning) e de HCM (Human Capital Management), o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais, fluxos de caixa e liquidez da Companhia.

As receitas da Companhia dependem substancialmente do licenciamento dos softwares de ERP e de HCM, e de serviços a eles relacionados, sendo que a maior parcela da receita da Companhia provém de mensalidades pela utilização de seus softwares (que correspondem à receita bruta de manutenção do uso dos softwares), as quais compõem parte significativa da receita bruta operacional da Companhia.

Caso a Companhia tenha queda da receita quanto aos valores relativos as suas mensalidades, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda de softwares de ERP e HCM, e serviços a eles relacionados, os resultados operacionais, fluxos de caixa e liquidez da Companhia poderão ser prejudicados de maneira adversa.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de sua estratégia de crescimento (orgânico e inorgânico), o que poderá afetar negativamente seus planos para aumentar sua receita e rentabilidade.

O setor de tecnologia da informação é influenciado por diversos fatores, como condições econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores. Alguns aspectos de estratégia de crescimento orgânico (por meio da expansão de seus negócios) e inorgânico (por meio de potenciais aquisições que podem ser avaliadas pela Companhia) também podem resultar no aumento dos gastos operacionais da Companhia, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e tecnologia, que pode não ser compensado por um aumento equivalente da receita da Companhia, tendo como resultado a diminuição de suas margens operacionais.

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependem, portanto, do sucesso na implementação de diversos elementos de sua estratégia de crescimento, que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a capacidade da Companhia de: (i) proteger sua marca e cultura, (ii) consolidar e ampliar sua participação no mercado nacional e internacional, (iii) alavancar as vendas de seus produtos e serviços e aumentar a rentabilidade de suas operações, (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos e serviços para sua base de clientes, e (v) iniciar e fortalecer operações em novos mercados.

A falha da implementação de suas estratégias poderá acarretar desvantagens competitivas à Companhia, bem como impactar adversamente os seus negócios.

A Companhia pode não concretizar operações de M&A essenciais à consolidação dos pilares de sua estratégia de negócios e o plano de crescimento inorgânico e/ou poderá estar exposta

4.1 Descrição dos fatores de risco

a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis em momento anterior a conclusão da aquisição, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

As operações de Fusões e Aquisições são elementos essenciais a estratégia de expansão de negócios e mercado, e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas como no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos e processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros. Outras empresas do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que pode aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de a Companhia ter sucesso na implementação de tal estratégia.

Ademais, outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia poderão existir. Esses fatores podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas

4.1 Descrição dos fatores de risco

judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, inclusive para financiar sua estratégia de crescimento. Tal financiamento poderá estar indisponível ou apenas estar disponível em termos e condições desfavoráveis para a Companhia.

Com relação à sua estratégia de crescimento, a Companhia pode precisar de montantes significativos de capital para financiar seus projetos futuros, bem como as despesas que são incorridas para manutenção de suas operações.

Se os fluxos de caixa advindos das operações da Companhia não forem suficientes para atender às suas necessidades de capital e financiar suas iniciativas e estratégias de crescimento, a Companhia poderá ser obrigada a captar recursos adicionais, inclusive por meio de financiamentos, ofertas públicas de valores mobiliários, incluindo ações de emissão da Companhia e títulos (incluindo valores mobiliários) conversíveis em tais ações, bem como por meio de associações a parceiros estratégicos que atendam adequadamente às necessidades da Companhia e sua visão de mercado.

Financiamentos futuros, poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que conseguirá ter acesso a capital adicional. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinanciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

A Companhia pode precisar de receitas adicionais no futuro, sendo que esta captação de recursos poderá se dar por meio de emissão de valores mobiliários referenciados em ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias e resultar em diluição do valor econômico do investimento dos investidores e da participação do investidor no capital social da Companhia.

Caso a Companhia tenha necessidade, no futuro, de captar recursos para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, os detentores das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão sofrer pela alteração no preço das ações ordinárias, e imediata e substancial diluição de seus investimentos. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de

4.1 Descrição dos fatores de risco

sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores em seu capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia pode não conseguir gerenciar adequadamente o crescimento de suas operações, o que poderá afetar adversamente os seus resultados.

A Companhia não pode ter certeza de que estima, qualitativa ou quantitativamente, de forma correta, os custos e riscos associados com a sua expansão, ou que os seus sistemas, procedimentos, processos de negócios e controles gerenciais serão suficientes para suportar a rápida expansão de suas operações, incluindo a expansão para novos mercados e verticais. A Companhia não pode assegurar que os sistemas atuais e planejados, procedimentos e controles, pessoal e relacionamento com terceiros serão adequados para apoiar as operações futuras. Além disso, a Companhia pode e poderá entrar em novas linhas e modelos de negócios, que podem envolver complexidades associadas a novos produtos, serviços e regulamentos, o que pode colocar pressão sobre a administração da Companhia, recursos operacionais e financeiros no futuro. Se a Companhia não for capaz de gerenciar com sucesso a expansão, os resultados de suas operações podem ser adversamente afetados.

O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução ao valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, o balanço patrimonial da Companhia incluía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 266.665 mil, o que representava 39,0% do total do ativo da Companhia naquela data. Tais ativos consistem principalmente em ativos intangíveis de ágio e outros intangíveis identificados nas operações de combinações de negócio (CPC 15), além de intangível gerado internamente (CPC 04)

Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil, e os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment de ágio são realizadas pela Companhia anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos intangíveis que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Companhia efetua a avaliação de impairment com base em premissas, baseadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos seus ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas da própria Companhia, como por exemplo, estimativas de previsibilidade de receita, custos, despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa além da definição de estrutura de capital para mensuração do custo médio ponderado do capital (taxa de desconto). Os fluxos de caixa futuros são descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital, que leva em conta fatores como: risco país, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento.

Além do risco inerente das estimativas de receitas, custos e despesas da própria Companhia não se materializarem no futuro, seja por erro humano, omissão profissional ou por efeitos externos adversos, a taxa de desconto também pode sofrer impactos derivados das mudanças dos fundamentos econômicos do cenário global, alterando o balizamento das expectativas de risco dos agentes econômicos. Movimentos de alta nas taxas de inflação, juros e risco país podem reduzir consideravelmente o valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por impairment no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

Uma redução no valor recuperável (impairment) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a atrasos e/ou falhas na implementação das atualizações de natureza legal, erros e/ou mau funcionamento de seus softwares que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos, podendo afetar adversamente sua reputação, seus resultados e sua condição financeira.

A Companhia entende que alguns de seus softwares, em especial naqueles em que exista maior impacto em relação às atualizações realizadas em razão de alguma alteração legislativa que impacte nas regras dos processos do sistema, tais como ERP e HCM, podem sofrer atrasos ou conter falhas na implementação de tais atualizações cuja identificação não tenha sido apurada, tenha sido identificada, mas não implementada dentro do prazo legal, ou cuja implementação seja de complexa ou impossível execução.

A existência de defeitos, erros e mau funcionamento, ou ainda eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los, podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de contratos e/ou propostas comerciais; (ii) despesas adicionais relativas a indenizações de prejuízos diretos e/ou indiretos causados aos clientes; (iii) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (iv) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (v) possíveis ações indenizatórias; e (vi) relevantes problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais erros e/ou mau funcionamento de seus softwares, aliados com a impossibilidade de corrigi-los, podem afetar adversamente a reputação, os resultados e a condição financeira da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de fintechs e novos mercados, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia considera ser parte importante de sua estratégia a sua entrada em novos mercados, incluindo o mercado de fintechs (no qual ingressou por meio do lançamento da Wiipo em 2020). O sucesso da Companhia nesses segmentos dependerá de sua capacidade de firmar parcerias comerciais estratégicas, se atualizar e adequar em relação as práticas regulatórias e de

4.1 Descrição dos fatores de risco

mercado, assim como em sua capacidade de escalar essas operações com seus clientes e terceiros. A Companhia poderá ter dificuldades para executar a operação de forma sustentável, dada a dependência de parceiros para estruturação e funding.

A Companhia poderá não dispor de força de vendas suficiente e com conhecimento técnico desses novos produtos e ofertas, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados. Além disso, eventuais alterações legislativas podem dificultar e/ou demandar adequações operacionais e conceituais em novos modelos de negócios pela Companhia, particularmente no que se refere ao tratamento de dados e regulamentações específicas de determinados segmentos.

Ademais, poderá apresentar falhas no cumprimento de controles relacionados ao programas de compliance, antifraude, prevenção a subornos e lavagem de dinheiro, conforme fator de risco acima de forma detalhada.

Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar e expandir os pilares de fintechs e outros novos mercados conforme planejado, os investimentos realizados nesses segmentos poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia.

A utilização de terceiros na prestação de serviços de implantação de softwares da Companhia e eventuais decisões desfavoráveis em ações relacionadas a este tipo de terceirização de serviço, podem afetar negativamente a Companhia e implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza da contratação de terceiros (pessoas jurídicas – “PJ”) para atuação em projetos de implantação nos clientes.

A terceirização de atividades-fim é autorizada pela legislação trabalhista brasileira, especificamente pela Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017 ("Lei 13.429"). De acordo com a Lei 13.429, a sociedade contratante de um prestador de serviços terceirizado é subsidiariamente responsável pelo pagamento das verbas e indenizações trabalhistas não pagas por tal prestador de serviços a seu empregado.

Adicionalmente, em 30 de agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em processo com repercussão geral, a legalidade de terceirização de qualquer atividade, mesmo anteriormente à Lei 13.429, mantendo a responsabilidade subsidiária da sociedade contratante pelo pagamento das verbas e indenizações trabalhistas não pagas pelo prestador de serviços a seu empregado.

No entanto, caso verifiquem a existência de subordinação ou relacionamento direto entre a Companhia e os terceiros que atuam em seus projetos de implantação no cliente, os tribunais trabalhistas poderão reconhecer a existência de vínculo empregatício direto entre a Companhia e tais trabalhadores, passando a Companhia a ser diretamente responsável pelo pagamento das respectivas verbas e indenizações trabalhistas (por exemplo, férias, 13º salário, INSS, FGTS e demais verbas trabalhistas e reflexos aplicáveis), o que pode resultar em contingências que podem impactar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

Além disso, a Companhia pode ser objeto de fiscalização e/ou investigação pelas autoridades trabalhistas quanto à contratação de prestadores de serviço. Se verificada irregularidade, pode ser lavrado auto de infração em face da Companhia pela Superintendência Regional do Trabalho,

4.1 Descrição dos fatores de risco

com imposição de multa, e/ou ser proposto Termo de Ajustamento de Conduta ou ajuizada Ação Civil Pública em face da Companhia pelo Ministério Público do Trabalho.

Companhia figura como parte passiva em 01 (um) processo judicial trabalhista tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício por consultor de implantação que, em 31 de dezembro de 2023, totalizava o valor de R\$ 595.947,32 mil, estando todo esse valor provisionado. Um resultado adverso em tais procedimentos pode afetar adversamente seus resultados operacionais e reputação.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que novas leis, regulamentos ou políticas governamentais que proíbam, restrinjam ou tornem mais difícil a terceirização de serviços pela Companhia, não serão implementados no futuro.

Caso a Companhia tenha de celebrar contratos de trabalho com os terceiros que atuam em seus projetos de implantação no cliente, por meio de pessoas jurídicas ou outros colaboradores que atualmente prestam serviços por meio de prestadores de serviços terceirizados, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser material e adversamente afetados.

Ainda, a utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, independentemente de ser assegurado à Companhia o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

As políticas e o código de conduta da Companhia, bem como os seus procedimentos internos, podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que atuam no interesse e benefício da Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 11.129, de 12 de julho de 2022 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos ilícitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção perpetradas por seus controladores, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciados, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Além disso, a Companhia está sujeita às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, que incluem, mas não se limitam à Lei n.º 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), à Lei n.º 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), à Lei n.º 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), ao Decreto-Lei n.º 2.848/1940 (“Código Penal”), à Lei n.º 8.137/1990 (“Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária”), ao Decreto n.º 3.698/2000 (“Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária, Lei de Licitações e Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE”) e a Lei nº 12.529/2012 (“Lei de Defesa da Concorrência”, em conjunto com a Lei de Improbidade Administrativa, com a Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, com a Lei Anticorrupção, com o Código Penal, com a Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária e com a Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária, Lei de Licitações e Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, “Legislação Anticorrupção”).

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio (incluindo canais de distribuição) e terceiros que agem no interesse e benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção que a Companhia está sujeita.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção; (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia; (iii) gerir os riscos de compliance/integridade mapeados, bem como identificar novos riscos; ou (iv) qualquer outro comportamento que não seja coerente com seus princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, conforme alterada (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), as pessoas jurídicas que se dedicam à venda de bens de alto valor estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros e apresentação de relatórios de operações financeiras às autoridades competentes, entre outros. Atualmente a Companhia não conta com um programa estruturado para o combate à lavagem de dinheiro e está sujeita às seguintes sanções, na hipótese de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: (i) advertências; (ii) multa monetária variável (a) não superior ao dobro do valor da operação em questão ou ao dobro do lucro auferido ou que seria presumivelmente auferido com a realização da operação ou (b) no valor total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (iii) a revogação ou suspensão de seus alvarás de funcionamento e (iv) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de usuários, contrapartes, acionistas ou administradores, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus usuários, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

Caso seus colaboradores ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas internas, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em sanções que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita à Constituição Federal, à Lei nº 10.406/02 (Código Civil), à Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e), à Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), ao Decreto nº 8.771/16 e à recente Lei nº 13.709/2018, que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”), sendo essas as principais leis que regulam as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem vir a ser tratados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para o tratamento de dados dos titulares. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza atividades de tratamento. Para concretizar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a segurança da informação e proteção de dados pessoais, a Companhia vem

4.1 Descrição dos fatores de risco

implementando um sistema de gestão e adotando uma estrutura de governança de segurança da informação, o que pode gerar custos ainda não previstos. Em virtude dos últimos acontecimentos relacionados a incidentes envolvendo dados pessoais no Brasil e no mundo, os valores das apólices de seguro cibernético contratadas pela Companhia podem vir a ser majorados, também implicando em custos extraordinários para a Companhia.

Ademais, as medidas de segurança adotadas em nossas redes e plataformas internas podem não funcionar como esperado ou podem não ser suficientes para proteger nossas redes internas e plataformas contra certos ataques.

Desde agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, e por não estar em total conformidade com a lei, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma gradativa, isolada ou cumulativamente, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação.

Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Ademais, a Companhia deverá observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, mas não pode garantir o cumprimento integral dos requisitos de segurança, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades de tratamento, o que poderá afetar negativamente a reputação; imagem e os resultados da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais ou administrativos, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações e seu modelo de negócio, afetando adversamente seus resultados, suas operações e sua reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia é, e pode vir a ser, parte no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões desfavoráveis à Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública.

A Companhia e seus administradores são e poderão ser, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas, coligadas, investidas, representantes, colaboradores e controladores da Companhia, parte em processos administrativos, judiciais e arbitrais e/ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que os provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos serão feitos e/ou mantidos. O envolvimento da Companhia e de seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar dano à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar a continuidade ou a rentabilidade de linhas de serviços já estabelecidas pela Companhia, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados e, por conseguinte, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação.

No caso de eventuais processos envolvendo matérias administrativas relativas a contratações com o Poder Público, eventual decisão desfavorável poderá impor sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Se impostas, tais sanções podem afetar adversamente as condições financeiras da Companhia e sua imagem.

Decisões condenatórias ou a celebração de acordos que afetem a reputação da Companhia, suas controladas e/ou seus respectivos administradores e acionistas, ou contrárias aos seus interesses, que impeçam a realização de seus negócios como inicialmente planejados, ou decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia e de suas controladas que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento ou provisionamento suficiente, podem causar um efeito adverso relevante na situação financeira, na reputação e nos negócios da Companhia, incluindo pagamentos substanciais de valores em disputa, afastamento de seus administradores, aumento da carga tributária, perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou acesso a quaisquer financiamentos e recursos da administração pública.

Ademais, a Companhia pode estar sujeita a contingências ocasionadas por aquisições de outras empresas, tanto em razão da assunção de passivo, quanto do próprio processo de aquisição. Estas contingências potenciais podem não ser previstas com a antecedência necessária. Dessa forma, caso existam contingências advindas das aquisições que podem vir a ser realizadas como parte da estratégia de crescimento da Companhia, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Para mais informações acerca das ações judiciais e processos administrativos, veja os itens 4.3 a 4.7, 12.5/6 e 15.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos seus canais de distribuição e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento por parte de seus canais, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de canais de distribuição não exclusivos, que comercializam e implementam softwares da Companhia. Os canais de distribuição contribuem de forma relevante para as receitas relativas as vendas e, por tal motivo, a Companhia entende que seus negócios e resultados podem ser afetados diretamente pela performance destes terceiros.

Os canais de distribuição participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação dos softwares diretamente aos clientes da Companhia. A perda de canais de distribuições pode prejudicar o relacionamento da Companhia com os clientes, o que poderá afetar negativamente novas vendas, prestação dos serviços aos que já são clientes e, como consequência, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Caso os canais de distribuição da Companhia não atuem em cumprimento da legislação aplicável às transações que realiza e sejam responsabilizados por tais descumprimentos, a Companhia poderá ser também implicada, e afetada, tanto no âmbito financeiro, quanto no âmbito reputacional.

A qualidade e agilidade na prestação dos serviços por parte dos canais de distribuição pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pela Companhia, inclusive no que se refere ao nível de especialização adequado para vender determinados produtos segmentados, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, conseqüentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelos terceiros, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

Os requisitos e procedimentos a serem observados pela Companhia após sua abertura de capital, incluindo as exigências impostas pela CVM e pela B3 e boas práticas do mercado de capitais, exigirão a aplicação de recursos significativos e atenção da administração.

Após a conclusão da oferta pública inicial das ações de sua emissão, a Companhia estará sujeita a determinadas regras de divulgação de informações de acordo com a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas no Brasil, incluindo regras e regulamentos expedidos pela CVM e pela B3 e as boas práticas do mercado de capitais. Tais regras, regulamentos e práticas poderão aumentar os custos da Companhia com conformidade legal,

4.1 Descrição dos fatores de risco

contábil e financeira e tornar algumas atividades mais demoradas e custosas. A título exemplificativo, tais regras e regulamentos podem tornar mais difícil e mais custosa a obtenção ou renovação de seguro de responsabilidade dos membros da administração da Companhia, e a Companhia pode ser obrigada a aceitar limites e cobertura de apólices reduzidos ou incorrer em custos substanciais para manter a cobertura igual ou semelhante.

Novas regras e regulamentos relacionados à divulgação de informações, relatórios, controles financeiros, compliance e governança corporativa, que podem ser adotados e/ou recomendados pela CVM, B3 ou outros órgãos reguladores ou autorreguladores, podem resultar em um aumento significativo nos custos da Companhia, o que poderia afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Essas novas obrigações também exigirão atenção substancial da administração da Companhia e poderão diluir a atenção dos membros da administração da Companhia em seus negócios. Esses aumentos de custos e o desvio da atenção da administração podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior, interrupção de certas atividades e ataques cibernéticos), danos não segurados ou danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices vigentes na data deste Formulário de Referência. Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não segurados, para os quais a Companhia não tenha cobertura contratada ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não garante que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações e alvarás necessários ao funcionamento de suas filiais poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais filiais e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro.

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de

4.1 Descrição dos fatores de risco

inspeção do corpo de bombeiros para a operação de suas filiais. Se a Companhia não obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de suas filiais. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento das filiais, poderá ter um efeito reputacional negativo relevante. Além disso, se a Companhia não obtiver ou renovar registros, licenças, autorizações ou alvarás em tempo hábil com relação a suas filiais, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos adicionais no caso de acidente ou evento semelhante em tal filial específica, enquanto registros, licenças, autorizações ou alvarás ou a renovação de algum destes estiver pendente. Em caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações, finanças e a imagem da Companhia.

b) riscos relacionados seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, o que pode impactar adversamente os negócios da Companhia. A Companhia adota o sistema de chapas para eleição dos membros do Conselho de Administração, de modo que os acionistas minoritários poderão não conseguir indicar candidatos de forma individual para ocupar cargos no Conselho de Administração.

Os acionistas controladores da Companhia detêm a maioria do capital votante e, após a conclusão da oferta, continuarão adeter o poder de, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo exercer o controle geral sobre a administração, determinar as políticas da Companhia e aprovar operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia).

Adicionalmente, considerando a adoção, pela Companhia, do sistema de chapas para eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas minoritários poderão não conseguir indicar candidatos de forma individual para ocupar cargos no Conselho de Administração da Companhia, devendo, caso haja interesse em indicar candidatos para concorrer à eleição geral do Conselho de Administração, apresentar chapa alternativa ou requisitar a adoção do processo de voto múltiplo, ou, ainda, solicitar o procedimento de votação em separado, na forma da lei e regulamentação aplicável.

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c) riscos relacionados às controladas e coligadas

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades, bem como da consequente capacidade destas sociedades em disponibilizar caixa para a Companhia na forma de pagamentos de juros sobre capital próprio, repagamento de dívida, dividendos, entre outros. Sendo assim, o resultado não satisfatório das referidas sociedades, bem como a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios poderão afetar negativamente o resultado das operações da Companhia.

Além disso, restrições legais e contratuais podem limitar a capacidade da Companhia de obter caixa de suas subsidiárias e controladas. Se essa limitação se verificar, isso poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento de regulamentações setoriais específicas e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à referida regulamentação, bem como aplicação de multas e outros tipos de sanções em hipótese de não adequação ou descumprimento.

Conforme já mencionado, a Senior Instituição de Pagamento Ltda. ("Wiipo Benefícios"), empresa que tem como única sócia a Senior Serviços de Pagamentos Ltda., é empresa do grupo que atua no fornecimento de benefícios corporativos. A Wiipo Benefícios está diretamente vinculada à Senior Serviços de Pagamentos Ltda., empresa que atua como intermediadora de produtos financeiros ("Wiipo").

Considerando o volume de recursos transacionados e operações realizadas, a Wiipo e a Wiipo Benefícios, apesar de se enquadrarem como instituição de pagamentos, ainda não estão diretamente sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), uma vez que ainda não atingiram a volumetria indicada para requerer sua autorização de funcionamento perante tal órgão. Em relação aos prazos e volumetrias, o Banco Central do Brasil, por meio da Resolução DC/BACEN nº 257 de 16/11/2022, alterou os valores de volumetria mínima estabelecidos para realização de pedidos de autorização de funcionamento, atribuindo a diferentes períodos, a depender do volume de transações realizadas, e prorrogou para 31/03/2029 a obrigatoriedade de que todas as empresas que atuam em atividades de Instituição de Pagamento solicitem a referida autorização, ainda que não atingidas as volumetrias mínimas indicadas na Resolução. Os principais riscos relacionados à regulação do setor são a emissão de novas leis, as Resoluções emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo BACEN, regulamentos e alterações tributárias que vierem a ser editados para alterar a regulamentação do setor de meios de pagamento no Brasil, o que poderia impor à Companhia o cumprimento e atendimento de regulamentações setoriais específicas, aumentando os seus custos de compliance.

Além disso, a identificação do acionista controlador é relevante para o BACEN e foco de dois pilares fundamentais do regime de supervisão: (i) viabilidade e sustentabilidade do empreendimento; e (ii) responsabilidade patrimonial. Como acionista controladora de Wiipo e Wiipo Benefícios, em uma situação de crise, a Companhia poderá vir a responder com seu patrimônio por dívidas contraídas por tais instituições e/ou prejuízos causados a terceiros, caso o BACEN decreta algum dos regimes especiais previstos no artigo 13 da Lei nº 12.865/13 (intervenção extrajudicial, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial

4.1 Descrição dos fatores de risco

temporária – RAET). A partir da decretação de quaisquer dos regimes especiais acima, os bens do acionista controlador e dos administradores da instituição objeto da medida (i) se tornam indisponíveis até a apuração definitiva do passivo; e (ii) caso o patrimônio da instituição não seja suficiente para cobrir os valores apurados, os bens do seu acionista controlador e dos administradores poderiam ser afetados, de forma solidária, para abatimento do passivo.

Por fim, a Wiipo e a Wiipo Benefícios estão sujeitas às normas externas e regulamentações específicas nos segmentos em que atuam, especialmente, mas não se limitando, ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador). É possível a ocorrência de eventuais descumprimentos regulatórios ou nos reportes que possam implicar multas ou sanções. Ainda, a Wiipo e a Wiipo Benefícios podem não ser capazes de detectar e de se adaptarem integralmente a alterações regulatórias relevantes, não possuindo tempo hábil ou capacidade para realizarem todas as adequações necessárias nos seus processos, bem como eventualmente cometer falhas em reportes ou descumprir leis, inclusive as relacionadas às funções de empresa pública, o que poderá acarretar, inclusive, na impossibilidade de continuidade do negócio, caso não haja a aderência regulatória necessária.

O não cumprimento a tais regulamentações também poderiam sujeitar a Companhia a multas e sanções, bem como a alteração das leis e regulamentos existentes podem impor um aumento dos custos para as operações das controladas da Companhia, o que poderá afetar negativamente as operações e situação financeira da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, são aplicáveis às sociedades controladas da Companhia, aqueles riscos já mencionados neste Formulário de Referência no item (a) acima.

d) riscos relacionados aos administradores da Companhia

Salvo pelos riscos descritos no item (b) acima, a Companhia entende não estar exposta a riscos cuja origem sejam seus administradores.

e) riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A Companhia depende de prestadores de serviços de tecnologia da informação, infraestrutura e de telecomunicações para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá adversamente impactar seus negócios e sua situação financeira.

Os sistemas de telecomunicações e de tecnologia da informação da Companhia são parte fundamental das infraestruturas de SaaS, cloud e on-premise. A Companhia depende deles para a prestação desses serviços e, portanto, eles constituem elemento fundamental para a sua estratégia de negócios, e para que sua infraestrutura e outras infraestruturas que utiliza para hospedar suas soluções sejam seguras, não sofram falhas de sistema e sejam percebidas pelos seus clientes e parceiros como seguras e confiáveis.

As operações e, conseqüentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou software que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A existência de fornecedores de serviços essenciais às operações da Companhia pode gerar um grau de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente a qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço por tais fornecedores. Caso tais fornecedores ou prestadores de serviços apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometa o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente e de forma relevante em suas operações, seus resultados, sua reputação junto aos clientes e ao mercado e em seu percentual de retenção de clientes.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

Os fornecedores da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode gerar um impacto negativo relevante na Companhia.

Os negócios dos fornecedores da Companhia incluem o armazenamento e o tratamento de dados pessoais de clientes, inclusive de informações financeiras. Partes não autorizadas podem conseguir obter acesso aos seus sistemas de informação por diferentes formas, dentre eles, por meio de ataques de hackers aos sistemas de informação ou por meio da indução de seus empregados, clientes, parceiros ou outros usuários de seus sistemas. Assim, tais partes não autorizadas podem, indiretamente, obter acesso a dados pessoais dos clientes da Companhia.

Qualquer violação dos sistemas de segurança dos fornecedores da Companhia poderá ter um efeito negativo sobre a reputação e a marca da Companhia, o que poderá afetar adversamente a prestação dos serviços pela Companhia e, conseqüentemente, o seu negócio. Os ataques cibernéticos aos fornecedores da Companhia podem também resultar na paralisação dos sistemas operacionais da Companhia ou na indisponibilidade temporária ou permanente dos seus serviços, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de prover serviços aos seus clientes e, por conseguinte, impactar adversamente seus resultados operacionais.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo a apropriação indevida, perda ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais, bem como qualquer falha ou não cumprimento de leis, políticas ou padrões da indústria sobre privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores, pode prejudicar as operações e a reputação da Companhia, bem como pode resultar em violação às normas de sigilo bancário, ao direito de privacidade, segurança de dados e outras normas aplicáveis, e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas, além de danos causados por publicidade negativa e perda de confiança dos clientes, impactando adversamente os negócios da Companhia.

Em razão do exercício de atividades de tratamento de dados pessoais, na hipótese de haver danos patrimoniais ou morais aos titulares, a Companhia será obrigada a repará-los. Além disso, a Companhia pode assumir a posição de controladora de dados pessoais perante terceiros, inclusive perante seus fornecedores que atuam na qualidade de operadores de dados e, portanto, tratam os dados conforme instruções da Companhia. Nos casos em que a Companhia for controladora dos dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser solidariamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

responsável às violações causadas por seus operadores no âmbito do tratamento de dados pessoais acordados.

A Companhia pode vir a ser responsabilizada por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços, bem como pode ter sua imagem associada a práticas irregulares efetuadas por fornecedores que mantenham relação comercial com a Companhia.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser considerada solidariamente responsável por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem lhe causar efeitos materialmente adversos, inclusive à sua imagem.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares pelos fornecedores, tais como a falta de recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos respectivos trabalhadores, práticas de trabalho abusivas, utilização de trabalho infantil, trabalho em condições análogas às de trabalho escravo, ou mesmo resultados indesejados provocados por acidentes de trabalho, podem impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia e fazer com que a Companhia celebre termos de ajustamento de conduta, seja inserida em listas do Ministério do Trabalho e Emprego e, por consequência, afetar negativamente sua capacidade de obter financiamento, elegibilidade a benefícios fiscais, capacidade de contratar com o poder público, resultados financeiros e operacionais.

Vale ressaltar que a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas atividades da Companhia, incluindo as construções e reparo ou, ainda, a coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pelo terceiro contratado no exercício das atividades contratadas pela Companhia. Passivos ambientais existentes em imóveis utilizados pela Companhia ou fornecedores podem impactar nas suas operações, gerando impacto adverso nas atividades e reputação da Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos e não tenha sucesso em seu eventual direito de regresso contra o terceiro contratado, sua reputação e seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

f) riscos relacionados aos clientes da Companhia

Se a Companhia não identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas tendências do mercado e necessidade de seus clientes, pode ter seus negócios afetados de maneira adversa e material.

O sucesso dos resultados de operações da Companhia depende da sua capacidade de identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo, mas não se limitando, ao design, ao estilo, à qualidade e à tecnologia) e preferências de seus clientes. Se a Companhia não gerenciar seus produtos com precisão, não se mantiver atualizada com as tendências mais recentes ou não ajustar seus produtos com êxito às preferências dos clientes, pode ter seus negócios, resultados operacionais, condição financeira e imagem de suas marcas afetadas de maneira adversa e relevante.

Na hipótese de a Companhia não conseguir oferecer capacidade de atendimento e suporte de qualidade, sua imagem, reputação e negócios poderão ser afetados adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os clientes da Companhia contam com uma equipe de suporte para ajudá-los a implantar, utilizar e resolver problemas técnicos e operacionais relacionados a seus produtos e serviços. A manutenção de um serviço de suporte de qualidade é fundamental para a expansão dos negócios da Companhia e na busca de novos clientes. Conforme a Companhia vai expandindo suas operações é esperado que sua base de clientes aumente, trazendo desafios do ponto de vista de capacidade e agilidade de atendimento e suporte aos clientes. Dessa forma, a Companhia precisará investir na atual estrutura de suporte existente, o que pode aumentar significativamente seus custos e despesas operacionais. Adicionalmente, eventuais falhas em auxiliar os clientes da Companhia a resolver seus problemas técnicos e operacionais ou em prestar suporte eficiente, de qualidade e de forma condizente com a demanda decorrente de seu crescimento, poderão prejudicar sua imagem, reputação, a captação de novos clientes e a renovação e expansão do relacionamento com clientes existentes, afetando adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados, pela Companhia, em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, ou decidam não priorizar os produtos e serviços oferecidos pela Companhia, a imagem, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser afetados negativamente de forma relevante.

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais são fenômenos frequentes no setor de atuação da Companhia e afetam computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos e serviços oferecidos pela Companhia (ou da Internet de modo geral), particularmente no que diz respeito ao armazenamento seguro de dados pessoais, podem levar determinados clientes a buscar reduzir ou postergar contratações e/ou compras futuras junto à Companhia ou a contratação e/ou compra de produtos de concorrentes da Companhia.

Além disso, os clientes atuais e futuros da Companhia também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderá postergar a adoção de novos serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

g) riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais.

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto de mudanças setoriais ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial de seus negócios depende da demanda pelos softwares da Companhia e pelos serviços a eles relacionados, sendo que a Companhia não pode garantir que tal demanda continuará a ocorrer e nem que os níveis de demanda observados historicamente serão mantidos.

Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada

4.1 Descrição dos fatores de risco

negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016 e a crise econômica provocada pela pandemia do COVID-19 em 2020.

h) riscos relacionados à regulação dos setores em que a companhia atue

Se a Companhia não for capaz de liberar atualizações anuais ou periódicas em tempo hábil para refletir mudanças nas leis e regulamentos trabalhistas ou outras disposições regulamentares aplicáveis a seus produtos, a aceitação dos produtos da Companhia pelo mercado pode ser adversamente afetada.

Os produtos da Companhia são afetados por mudanças nas leis e regulamentos trabalhistas e geralmente devem ser atualizados anual ou periodicamente para manter sua precisão e competitividade.

O não cumprimento adequado da obrigação contratual de atualização legal do software pode acarretar em prejuízos financeiros aos clientes da Companhia, seja em decorrência de (i) interpretação não assertiva das leis tributárias e/ou fiscais e/ou trabalhistas configuradas pela Companhia em seus softwares e/ou (ii) pela ausência de atualização legal anual ou periódica dos softwares, o que acarretará em ações indenizatórias contrárias a Companhia.

A Companhia não pode garantir que poderá divulgar atualizações anuais ou periódicas de seus produtos em tempo hábil no futuro. Não o fazer poderia ter um efeito adverso material na aceitação de seus produtos pelo mercado, bem como pode sujeitar a Companhia a reclamações e responsabilização por falhas por parte de seus clientes. Além disso, mudanças significativas nas leis e regulamentos trabalhistas ou outras disposições regulamentares aplicáveis aos produtos da Companhia poderiam exigir investimento significativo para a modificações dos produtos, o que poderia resultar em custos inesperados significativos para a Companhia.

Caso a Companhia deixe de se beneficiar dos incentivos fiscais proporcionados pela Lei nº 11.196/2005 – Lei do Bem e do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, seus resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

A Companhia conta com os incentivos fiscais estabelecidos pela Lei Federal nº 11.196/2005 – Lei do Bem e pelo Programa de Alimentação do Trabalhador.

Dessa forma, com base na Lei do Bem, a Companhia usufrui do incentivo de dedução, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica (“P&D”) classificáveis como despesas operacionais pela legislação do IRPJ. Além disso, a Companhia também poderá excluir do lucro líquido o valor correspondente a 60% até 80% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com P&D, classificáveis como despesas pela legislação do IRPJ. A Lei do Bem considera como inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado.

Além disso, a Companhia é inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e, com isso, é beneficiária do incentivo fiscal instituído pela Lei nº 6.321/76, que, conforme alterações promovidas pela Lei nº 9.532/97, permite a dedução do Imposto de Renda devido com base no lucro real o valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto de Renda sobre a soma

4.1 Descrição dos fatores de risco

das despesas de custeio realizadas na execução do PAT. Essa dedução fica limitada a 4% do imposto sobre a renda devido. Cumpre ressaltar que, a partir de 11/12/2021, com a publicação do Decreto nº 10.854/2021, a Companhia apenas poderá realizar a dedução dos valores pagos a título de alimentação a trabalhadores que recebam até cinco salários-mínimos, e, ainda, a dedução individual fica limitada a valores pagos de no máximo um salário mínimo. Além disso, está em trâmite no Congresso o Projeto de Lei nº 2.337/2021, o qual propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda. Dentre as alterações propostas, consta o aumento do limite de dedução das despesas incorridas em programas de alimentação do trabalhador para fins da apuração do IRPJ para 7,5%.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, esses incentivos fiscais totalizaram R\$ 19.030 mil. A Companhia não pode assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos, seja em razão de alteração normativa e/ou revogação da mesma, seja pelo fato de a Companhia não estar apta ao aproveitamento integral de referidos benefícios. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso nos resultados da Companhia. Para informações adicionais sobre os incentivos fiscais, vide o item 2.2 deste Formulário de Referência.

Eventual elevação nos tributos incidentes sobre o setor de tecnologia no Brasil e em outros mercados em que a Companhia atua, pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Um eventual aumento da carga tributária no Brasil pode causar efeitos adversos na rentabilidade da Companhia. A majoração de tributos incidentes sobre seus negócios, em especial sobre o setor de tecnologia, normalmente resulta em uma majoração de preços para os clientes finais, podendo resultar em um menor uso de produtos e serviços tecnológicos afetando negativamente as receitas da Companhia. Uma receita menor pode resultar em menores margens de lucro sobre os serviços prestados ou produtos vendidos. A Companhia não pode assegurar que o Governo Federal, Estaduais ou Municipais não criarão tributos nem elevarão as alíquotas atuais dos tributos incidentes sobre as atividades da Companhia em suas respectivas esferas de competência. Caso os impostos aplicáveis às suas operações, receitas, produtos ou serviços aumentem sem que a Companhia consiga alterar sua estrutura de custos para evitar repassar esses aumentos de tributos aos clientes, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.

As autoridades tributárias têm frequentemente discutido e realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporários ou permanentes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais, o que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem alterar alíquotas vigentes, bem como aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em seus mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade

A Companhia se beneficia atualmente de determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil. Caso a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais

4.1 Descrição dos fatores de risco

interpretem controversamente as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Além disso, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa projetado.

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia; (ii) sobre as receitas financeiras; (iii) sobre a lucratividade bruta; e, principalmente, (iv) sobre os custos com pessoal da Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente a estratégia e competitividade da Companhia frente aos seus concorrentes.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extingiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com a possibilidade de tomada de créditos em determinadas condições, a qual foi apresentada por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020. E, ainda, o Projeto de Lei nº 2.337/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados em 01 de setembro de 2021, propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados, são imprevisíveis e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, ou em suas interpretações, que eventualmente poderão alterar sua carga tributária.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB.

i) riscos relacionados aos países estrangeiros onde a companhia atue

A Companhia atualmente possui operações na Colômbia, além de clientes faturados internacionalmente, mas atendidos através do Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes relacionados a países estrangeiros, uma vez que a representatividade das operações da Novasoft, controlada da Companhia sediada na Colômbia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de 3,6% do total da receita líquida da Companhia em tal período, não possuindo representatividade expressiva em relação aos ativos totais da Companhia. Para mais informações, vide item 1.7 deste Formulário de Referência.

j) riscos relacionados a questões social

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões sociais. Para mais informações, vide item 1.9 e 1.16 deste Formulário de Referência.

k) riscos relacionados a questões ambiental

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões ambientais. Para mais informações, vide item 1.9 e 1.16 deste Formulário de Referência.

l) riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição. Para mais informações, vide item 1.9 e 1.16 deste Formulário de Referência.

m) riscos relacionados a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R\$ 4,841 por US\$ 1,00, uma desvalorização de 7,2% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R\$ 5,217 por US\$ 1,00, uma valorização de 6,3% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R\$ 5,570 por US\$ 1,00, refletindo uma depreciação de 7,3% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2020. Após o início da pandemia de COVID-19, o real desvalorizou abruptamente em relação ao Dólar, refletindo baixas taxas de juros, um cenário econômico em acentuada deterioração e crise política. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as nossas atividades.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispõe da capacidade de prevê-la. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Indicação dos 5 (cinco) Principais Fatores de Risco

Abaixo os 05 (cinco) principais fatores de riscos da Companhia, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

- 1) O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de acompanhar a evolução tecnológica de seu setor, modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica, aperfeiçoar os produtos, serviços e softwares já existentes, desenvolver novos produtos e serviços e promover a integração de novos produtos e serviços adquiridos, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.
- 2) A Companhia poderá não obter o sucesso esperado em suas estratégias de negócios e inovações, bem como poderá falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na gestão de ciclo de vida dos produtos existentes, o que poderá afetar adversamente seus resultados, a sua competitividade e o valor das ações de sua emissão.
- 3) A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software, que é altamente competitivo, o que poderá causar efeito adverso relevante sobre seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa.
- 4) Se a Companhia não identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas tendências do mercado e necessidade de seus clientes pode ter seus negócios afetados de maneira adversa e material.
- 5) Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 – Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar as atividades da Companhia e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Dentre os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, podemos destacar:

Risco de Taxa de Juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e suas controladas possuem exposição (i) às aplicações financeiras expostas à variação do CDI; (ii) Garantia de investimentos expostas a variação de IPC, (iii) participações societárias a pagar, com juros à taxa CDI. Para mais informações a respeito do saldo de participações societárias a pagar vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

Conforme disposto no CPC 40/IFRS 7, que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade à mudança nas taxas de juros às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários distintos. Com base no boletim FOCUS de dezembro de 2023 foi extraída a projeção do indexador CDI e IPC para o ano de 2023 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta e a despesa financeira bruta, respectivamente, não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações e fluxo de vencimentos de contrato programado os próximos 12 meses.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

(Em milhares de R\$, exceto índices e percentuais)

		Consolidado					
Operação	Risco	31/12/2023	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	247.644	16.146	24.220	32.293	40.366	48.439
Contas a pagar de aquisições	CDI	(44.206)	(2.882)	(4.323)	(5.764)	(7.206)	(8.647)
Garantia de investimentos	IPC	1	-	-	-	-	-
		203.439	13.264	19.897	26.529	33.160	39.792
Exposição líquida		203.439	13.264	19.897	26.529	33.160	39.792
Indexador	CDI		6,52	9,78	13,04	16,30	19,56
	IPC		4,64	6,96	9,28	11,60	13,92

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Taxa de Câmbio

Risco de taxas de câmbio decorre da possibilidade de oscilações por conta de flutuações nas taxas de câmbio, principalmente o peso colombiano (COP), que aumentem os passivos decorrentes de participações societárias a pagar ou reduzam os ativos decorrentes da garantia de investimentos de participações societárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os saldos dos ativos eram R\$ 1 mil e os saldos passivos eram R\$ 222 mil, gerando uma exposição líquida de R\$ 221 mil (R\$ 101 mil em 31/12/2022):

	<u>2023</u>
Garantia de investimento - Fundo Accion	1
Participação societária a pagar	<u>(222)</u>
	<u>(221)</u>

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio informadas pelo Banco Central para o final do ano 2023, já considerados na contabilidade, e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Análise de sensibilidade de taxa de câmbio

(Em milhares de R\$, exceto índices e percentuais)

	Consolidado						
	Saldo em 2023 R\$	Saldo em 2023 COP	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos							
Garantia de investimentos	1	503	-	-	-	-	-
Passivos							
Participações societárias a pagar	(222)	(177.742)	111	55	-	(55)	(111)
Exposição líquida	(221)	(177.239)	111	55	-	(55)	(111)
Taxa COP (Peso Colombiano) para R\$			0,000625	0,000937	0,001249	0,001561	0,001874

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Processos Não Sigilosos Relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, comercial, cível e trabalhista. Nesta mesma data, a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo judicial ou administrativo de natureza ambiental.

Na opinião da administração da Companhia, são considerados relevantes no aspecto financeiro os processos judiciais e administrativos contenciosos que envolvam valores superiores a R\$ 4,5 milhões (os quais representam 1% do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023), ou que envolvam matérias que, caso decididas desfavoravelmente à Companhia, podem impactar adversamente suas operações ou imagem.

A análise do prognóstico do risco processual, assim como o cálculo dos valores a serem provisionados, refletem a melhor expectativa de perda nas ações judiciais, e foram realizadas pelos advogados externos da Companhia, responsáveis pela condução/gerenciamento desses processos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era parte, no polo passivo, de processos de natureza cível, trabalhista e tributária, com risco provável e possível, que totalizavam o valor de R\$29.686 mil, sendo R\$8.011 mil com risco provável, para o qual foi constituída provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em 31 de dezembro de 2023 conforme demonstrativo abaixo, e R\$21.675 mil com risco possível. Informações sobre processos relevantes constam nos itens 4.5 a 4.7 a seguir deste Formulário de Referência.

A Companhia apresentava as seguintes provisões para ações de natureza cível, trabalhista e tributária vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, até 31 de dezembro de 2023:

	Cíveis e Comerciais	Trabalhistas	Tributárias	Total
(R\$ milhões)	5.490	1.519	1.002	8.011

Cível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não eram parte de processos judiciais de natureza cível individualmente relevantes.

Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram parte de processos judiciais de natureza trabalhista, sendo os seguintes relevantes:

Ação Civil Pública nº 0000702-18.2019.5.12.0002	
a. Juízo	Tribunal Superior do Trabalho
b. Instância	3ª Instância
c. Data de instauração	13/09/2019
d. Partes do processo	Réu: Companhia Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) – Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado dos pedidos: R\$ 691.854,76 Indenização por dano moral coletivo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

<p>f. Principais fatos</p>	<p>A Ação Civil Pública é resultado de uma apuração promovida nos autos do Inquérito Civil nº 000392.2015.12.005/6, instaurado pelo Ministério Público do Trabalho em face da Companhia. A Companhia apresentou contestação e, em 05 de abril de 2021, foi proferida sentença que julgou a ação totalmente improcedente.</p> <p>Inconformado com a sentença prolatada, em 08 de abril de 2021 o MPT interpôs Recurso Ordinário. Em 14 de setembro de 2021, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – SC deu parcial provimento ao Recurso Ordinário do MPT (i) para condenar a Companhia a abster-se de contratar e manter trabalhadores pessoalmente subordinados por intermédio de pessoas jurídicas criadas ou utilizadas para tal fim, assegurando-se aos trabalhadores que já prestam serviços pessoais e subordinados à ré via pessoa jurídica, quando da cessação do ilícito, a anotação do contrato de emprego em CTPS, observada a irredutibilidade salarial, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento da obrigação e por trabalhador encontrado em situação irregular, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador; (ii) na obrigação de pagar indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), corrigido pela SELIC desde a citação, a ser destinada ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.</p> <p>Em 18/11/2021 a Companhia interpôs Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho, que não foi admitido em 08/12/2021. Diante disso, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento ao TST, ao qual foi negado seguimento, conforme despacho publicado em 24/05/2022. Contra referido despacho, houve apresentação de Agravo em 02/06/2022. Acórdão publicado em 06/10/2023, dando provimento ao Agravo para determinar o processamento do Agravo de Instrumento apenas quanto ao tema “JULGAMENTO ULTRA PETITA” e, via de consequência, ao Recurso de Revista, o qual foi provido para determinar que, na liquidação, sejam observados estritamente os valores indicados na inicial. Embargos de Declaração opostos pela Companhia em 16/10/2023, estando o processo concluso para voto/decisão desde 07/11/2023.</p> <p>Em 15/09/2023 a Companhia protocolou Reclamação Constitucional nº 62.292 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão monocrática publicada em 20/09/2023, julgando procedente o pedido para cassar o acórdão impugnado e julgar improcedente a ação civil pública 0000702-18.2019.5.12.0002. Agravo Regimental interposto pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 25/09/2023, ao qual fora negado provimento, por unanimidade, conforme acórdão publicado em</p>
-----------------------------------	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	19/10/2023. Embargos de Declaração opostos pela PGR em 31/10/2023, não conhecidos, por unanimidade, conforme acórdão publicado em 29/11/2023. Trânsito em julgado em 10/11/2023, certificado em 04/12/2023.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p>1ª Instância (sentença): Julgados improcedentes os pedidos, uma vez não preenchidos os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT, reconhecendo como válidos os contratos de prestação de serviços firmados.</p> <p>1ª Instância (sentença de ED): Conhecidos e acolhidos os embargos de declaração opostos pela Companhia, para sanar erro material.</p> <p>2ª Instância (acórdão): Conhecido e provido parcialmente o recurso ordinário interposto pelo MPT, “para condenar a ré: a) na obrigação de abster-se de contratar e manter trabalhadores pessoalmente subordinados por intermédio de pessoas jurídicas criadas ou utilizadas para tal fim, assegurando-se aos trabalhadores que já prestam serviços pessoais e subordinados à ré via pessoa jurídica, quando da cessação do ilícito, a anotação do contrato de emprego em CTPS, observada a irredutibilidade salarial, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento da obrigação e por trabalhador encontrado em situação irregular, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador; b) na obrigação de pagar indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), corrigido pela SELIC desde a citação, a ser destinada ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.”</p> <p>2ª Instância (acórdão de ED): Conhecidos e acolhidos parcialmente os embargos de declaração opostos pela Companhia, “para acrescentar fundamentos ao acórdão embargado, sem conferir efeito modificativo.”</p> <p>3ª Instância (acórdão de Agravo): Provido para determinar o processamento do Agravo de Instrumento apenas quanto ao tema “JULGAMENTO ULTRA PETITA” e, via de consequência ao Recurso de Revista, o qual foi provido para determinar que, na liquidação, sejam observados estritamente os valores indicados na inicial.</p>
h. Estágio do processo	Processo em trâmite perante o TST, concluso para voto/decisão desde 07/11/2023, em vista de Embargos de Declaração opostos pela Companhia.
i. Chance de perda	Provável: R\$ 0,00 Possível: R\$ 0,00 Remoto: R\$ 691.854,76
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia utiliza empresas terceirizadas na prestação de serviços de implantação de softwares aos clientes, e eventual decisão desfavorável neste processo poderia afetar negativamente a Companhia, dificultando este tipo de contratação e implicando na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do referido processo poderia causar prejuízos financeiros relevantes à Companhia.
---	---

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Valor Total Provisionado dos Processos Não Sigilosos Relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, não há nenhum valor provisionado referente ao processo descrito no item 4.4 acima.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos Sigilosos Relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não eram partes em nenhum processo sigiloso relevante.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Outras Contingências Relevantes

Termos de Ajustamento de Conduta Relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	
(i) Signatários	Mega Sistemas Corporativos S.A. (CNPJ nº 54.652.177/0001-00) e Ministério Público do Trabalho
(ii) Data da celebração	20/03/2018
(iii) Descrição dos fatos que levaram à celebração do Termo	Cumprimento de obrigações trabalhistas.
(iv) Obrigações assumidas	<p>1.1. Abster-se de prorrogar a jornada de trabalho além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal, sendo observadas as normas coletivas pactuadas dentro dos limites da lei;</p> <p>1.2. Conceder o período interjornada de 11 (onze) horas;</p> <p>1.3. Conceder descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, coincidente com o domingo (salvo necessidade imperiosa de serviço);</p> <p>1.4. Abster-se de efetuar descontos superiores a um mês de remuneração do empregado quando do pagamento da rescisão, salvo as excepcionalidades previstas pelo MTE;</p> <p>1.5. Não prorrogar a jornada normal de trabalho do empregado mantido sob regime de tempo parcial;</p> <p>1.6. Conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas.</p>
(v) Prazo, se houver	Não se aplica
(vi) Informações sobre as condutas que estão sendo adotadas para observância das obrigações assumidas no Termo	A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região.
(vii) Consequências em caso de descumprimento	O descumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta resultará na aplicação de multa à Companhia no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por empregado em cada situação irregular encontrada, atualizados conforme índice aplicado pela Justiça do Trabalho.

Demais procedimentos relevantes

Inquérito Policial nº 2280856-70.2020.020128 (Processo nº 1533801-76.2020.8.26.0050)	
a. Juízo	Foro Central Criminal de São Paulo – Departamento de Inquéritos Policiais 3 (DIPO 3)
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	11/11/2020
d. Partes do processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Representante: Telemática Sistemas Inteligentes Ltda. (“Telemática”)

4.7 Outras contingências relevantes

	Réus: Fábio Nikel (era Head de Produto Acesso e Segurança da Companhia, não sendo mais colaborador desde 09/2022), Rogério Dimas (Executivo de Vendas da Companhia), Elias Leite do Nascimento Júnior (Gerente de Vendas da Companhia) e Carlênio Bezerra Castelo Branco (Diretor Presidente da Companhia)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. Principais fatos	<p>Em 10 de novembro de 2020, a Telemática, empresa produtora de softwares e hardware (equipamentos) ligados à gestão de pessoas, apresentou notícia-crime requerendo a instauração de Inquérito Policial por fatos supostamente ocorridos no bojo do edital de pregão eletrônico NF 1836-19, realizado pela Itaipu Binacional ("Itaipu"), para a aquisição de relógios de ponto e respectivos acessórios. No referido processo competitivo, a noticiante não se sagrou vencedora e foi desclassificada por não atender ao requisito de homologação dos seus equipamentos com o sistema da Companhia, o qual já era utilizado pela Itaipu há diversos anos. Vale ressaltar que tal requisito estava previsto no edital do pregão eletrônico.</p> <p>A Telemática alegou, em síntese, que referido requisito restringia o caráter competitivo do certame, tendo beneficiado ilegalmente a empresa que, por fim, se sagrou vencedora do pregão eletrônico.</p> <p>Foi instaurado inquérito policial em virtude da notícia-crime apresentada pela Telemática contra os Réus (representantes e colaboradores da Companhia) para a apuração dos crimes de estelionato e organização criminosa. Atualmente, o inquérito policial se encontra em curso e ainda não houve apresentação de denúncia, apenas pedidos de dilação de prazo feitos pela Delegacia e de intimação do representante legal da Telemática, para depoimento.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	No curso do inquérito policial, não houve até o momento decisões de mérito de relevo.
h. Estágio do processo	Em fase de investigações.
i. Chance de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão desfavorável poderá acarretar riscos reputacionais à Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão desfavorável poderá acarretar riscos reputacionais à Companhia ou acarretar a instauração de outras ações, inclusive de natureza criminal, contra os Réus.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de abril de 2022, prevê as diretrizes, obrigações e responsáveis pela implementação, manutenção e direcionamento dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos, de compliance e auditoria interna e de governança da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia: na Rua São Paulo, nº 825, Bairro Victor Konder, CEP 89.012-001, Blumenau, Santa Catarina; e (ii) internet: site Companhia (<https://ri.senior.com.br>).

A Companhia adota ainda normativos complementares destinados ao gerenciamento de seus riscos, tal como o Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”) que é disponibilizado para todos os colaboradores, os quais tomam ciência do propósito, visão e valores da Companhia, bem como das diretrizes de comportamento e responsabilidade.

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades nas etapas de identificação, análise e avaliação, tratamento, e monitoramento dos riscos corporativos, que possam afetar o cumprimento do plano estratégico da Companhia.

O processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Companhia visa identificar e analisar os riscos que possam afetar a Companhia no cumprimento de seu plano estratégico, auxiliando os gestores, responsáveis por sua administração, a estabelecer planos de ação/controles para o tratamento, monitoramento e comunicação dos referidos riscos, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto, além de contribuir para o aprimoramento da governança corporativa da Companhia.

A gestão de riscos corporativos da Companhia está comprometida com a criação de valor, com o espírito de zelo do patrimônio, promovendo o suporte no processo de tomada de decisão, a fim de assegurar a continuidade do negócio.

Este processo está fundamentado na ISO 31000:2018 - Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos, em regras definidas pelo COSO ERP e boas práticas de governança corporativa, recomendadas pelo IBGC.

i. **Riscos para os quais se busca proteção**

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, busca-se proteção para os seguintes riscos: (i) Estratégicos; (ii) Financeiros; (iii) de Conformidade/Compliance; (iv) Operacionais; e (v) de Segurança da Informação.

Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).

Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

Riscos de Mercado: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e dos preços das ações, por exemplo;

Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;

Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

Riscos de Conformidade/Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas, perda financeira em razão de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos ou de reputação quando decorrentes de eventos que possam prejudicar a imagem da Companhia.

Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (marketing, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais).

Riscos de Segurança da Informação: são aqueles que decorrem de ataques cibernéticos ou violações efetuadas por agentes externos (empresas, pessoas que não são funcionários da Companhia) ou internos (pessoas pertencentes à organização), se prevalecendo das vulnerabilidades apresentadas no sistema, ou por uso de engenharia social, que pode resultar em indisponibilidades imprevisíveis.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita são identificados, analisados e quantificados, bem como tratados, reportados e monitorados mensalmente. O processo utilizado pela Companhia para gerenciamento dos riscos inerentes a sua atividade tem por finalidade a preservação de seu negócio e manutenção de sua reputação. A aplicação de controles gerenciais para mitigar os riscos é baseada em diversas etapas, quais sejam:

- identificação dos principais riscos, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;
- monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;

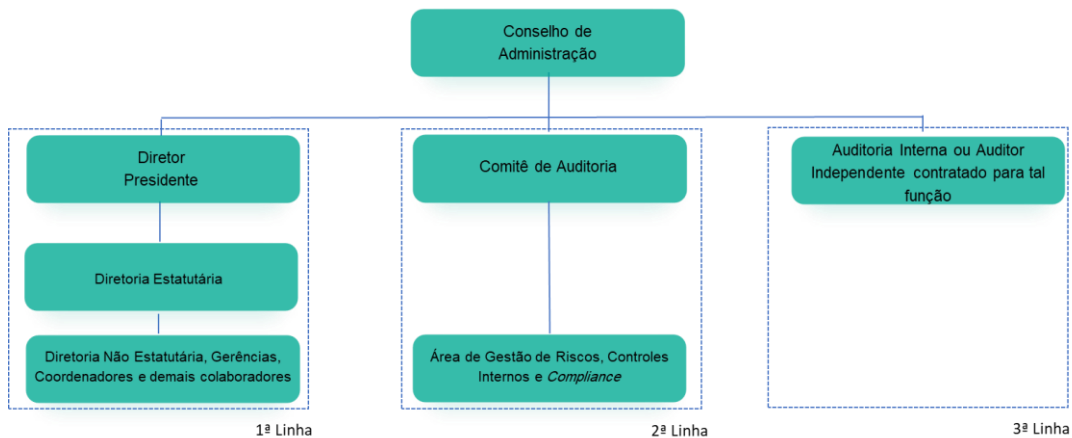
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;
- avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos parâmetros de probabilidade de ocorrência e impactos: financeiro, estratégico, operacional e de compliance adverso aos seus negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas da Companhia com o intuito de promover a mitigação dos riscos identificados;
- identificação de iniciativas e de controles já existentes para a mitigação dos riscos mapeados, e monitoramento dos planos de ações a serem implementados pelos Donos dos Riscos em relação a cada um dos riscos identificados; e
- difusão da Cultura de Riscos e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que em todo o processo de gestão de riscos as áreas envolvidas possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. A estrutura organizada responsável pela condução do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, em diferentes níveis da organização, abrange: (i) o Conselho de Administração, (ii) o Diretor Presidente, (iii) a Diretoria Estatutária, (iv) o Comitê de Auditoria, (v) a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, (vi) a Auditoria Interna e (vii) a Diretoria Não Estatutária, Gerências, Coordenações e demais Colaboradores da Companhia. Seu propósito é permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios da Companhia e a confiabilidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais da Companhia, em linha com os dispositivos legais e com as normas editadas pelos órgãos reguladores aplicáveis.

A Companhia apresenta as estruturas internas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, destacando abaixo a data de instalação de cada uma das estruturas:



Conselho de Administração: órgão em funcionamento desde 2011, responsável por:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e Compliance e suas revisões futuras;
- b) definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios;
- c) em conjunto com o Comitê de Auditoria, monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e compliance;
- d) aprovar anualmente a Matriz de Riscos tomando conhecimento das prioridades dos riscos e das respectivas ações mitigatórias e de gerenciamento;
- e) acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados da avaliação da estrutura operacional de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance; e
- f) manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, bem como do programa de compliance da Companhia, e aprovar eventuais sugestões de alterações, se necessário.

Diretoria Estatutária (incluindo o Diretor Presidente): Reporta-se ao Conselho de Administração. Existente e atuante desde 2008, responsável por:

- a) adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas pelo Conselho de Administração, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos;
- b) avaliar anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de compliance e prestar contas ao Conselho de Administração sobre referida avaliação;
- c) validar a Matriz de Riscos, reportando-a ao Conselho de Administração;
- d) manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de compliance da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Conselho de Administração; e
- e) manifestar-se sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados da avaliação da estrutura operacional de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso necessário.

Diretoria Não Estatutária, Gerências, Coordenações e Demais Colaboradores: Reportam-se à Diretoria Estatutária. São responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2022, e que entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado. Tem por objetivo:

- a) suprir o Conselho de Administração com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, inclusive com monitoramento e controle, acerca da qualidade das

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

demonstrações financeiras da Companhia, das informações trimestrais, dos controles internos, do processo de gerenciamento de riscos e do programa de compliance;

- b) acompanhar as atividades da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta é suficiente ao desempenho de suas funções;
- c) supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles, os planos de ação mitigatórios e seus indicadores, reportando-os ao Conselho de Administração;
- d) aprovar a Matriz de Riscos da Companhia, preparada pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, reportando-a à Diretoria para validação e, anualmente, ao Conselho de Administração;
- e) o coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance: área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria, sendo vedada a sua cumulação com atividades operacionais da Companhia. Existente e atuante desde 24 de janeiro de 2022, reportando-se atualmente a Diretoria Administrativa e Financeira. Responsável por:

- a) liderar o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos e assegurar que todas as etapas deste sejam cumpridas;
- b) reforçar e fomentar a comunicação acerca dos papéis e responsabilidades dos participantes do Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos (Colaboradores, Diretoria Executiva, CEO, Comitês, entre outros), além de disseminar a cultura de riscos na Companhia;
- c) apoiar as diversas áreas da Companhia na identificação, análise e avaliação dos riscos, além de propor e atualizar a metodologia referente ao processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos;
- d) consolidar e comunicar, aos Donos dos Riscos, CEO e órgãos de governança da Companhia, o portfólio dos riscos prioritários da Companhia
- e) auxiliar os gestores de processo na definição dos Planos de Ação necessários para tratamento dos Riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na implementação de referidas medidas mitigatórias;
- f) conjuntamente com a Administração, analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades;
- g) monitoramento quanto à implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia;
- h) verificar a eficácia dos planos de ação que visam o tratamento dos riscos e, se estes estão sendo cumpridos, bem como reportar o monitoramento/resultados ao CEO e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

órgãos de governança da Companhia;

- i) gerir o Programa de Ética e Compliance da Companhia com a missão de disseminar e promover a cultura de ética e integridade;
- j) fomentar, junto às áreas envolvidas, o tratamento dos riscos de integridade identificados por meio do Canal de Denúncia e demais ferramentas utilizadas por esta área.

Área de Auditoria Interna: Vinculada ao Conselho de Administração. Sua criação e atribuições foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2022, porém a efetiva entrada em vigor da referida está sujeita à contratação do auditor independente que irá exercer tal função (a qual ocorrerá até o momento de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado). Responsável por:

- a) verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia;
 - b) avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia;
 - c) prestar contas ao Conselho de Administração.
- c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que a sua estrutura operacional de gerenciamento de riscos e de controles internos apresenta certo grau de confiança e, com a implementação de todos os seus elementos, se encontrará preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos serão ajustados e adaptados à medida que a Companhia entender necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição Controles Internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como elaborar e revisar relatório anual da administração da Companhia, a ser submetido à aprovação em reunião da Diretoria.

A área de Contabilidade, coordenada pelo Diretor Administrativo e Financeiro, é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

O Diretor Administrativo e Financeiro é responsável também por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos com relação a aspectos contábeis e financeiros, seguindo as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

A partir da entrada em vigor do Contrato do Novo Mercado, a Companhia passará a contar no âmbito de tal processo com o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna. Para mais informações a respeito do funcionamento e atribuições das áreas envolvidas mencionadas, vide item 5.1 “b” “(iii)” acima.

c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Conselho de Administração monitora e controla a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e compliance.

Ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro é responsável por manifestar-se sobre as recomendações de aprimoramentos de controles internos realizadas pelos auditores independentes e recomendar ao CEO sugestões de aprimoramento, caso necessário. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente pelo Diretor Administrativo e Financeiro e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Essa estrutura permite que qualquer não conformidade observada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração da Companhia para adoção das ações corretivas.

Em relação à supervisão, a Companhia entende que um ambiente de controle efetivo é formado mediante a participação de todos os colaboradores, independentemente de função ou posição hierárquica. Adicionalmente, todos os gestores têm o papel de disseminar as regras, políticas, e

5.2 Descrição dos controles internos

normas da Companhia para seus colaboradores.

A partir da entrada em vigor do Contrato do Novo Mercado, a Companhia passará a contar no âmbito de tal processo com o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria, quando em funcionamento, passará a monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e compliance.

A Auditoria Interna, por sua vez, será responsável por verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia e avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia. Adicionalmente, será responsável pelo monitoramento periódico das deficiências de controles.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia no relatório circunstanciado apresentado pelos auditores independentes.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia no relatório circunstanciado apresentado pelos auditores independentes

5.3 Programa de integridade

5.3 – Programa de Integridade

a) Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

Em 6 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela aprovação da última versão do Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”), que estabelece, dentre outros, exemplos de atos que devem ser praticados no tocante à prevenção de fraudes e ilícitos contra a administração pública, cujas relações deverão ser sempre pautadas pela honestidade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes. Além do Código de Ética, questões de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública também são tratadas em nossas demais políticas, conforme descrito no item “i” a seguir. Práticas fraudulentas e ilícitas, apesar de não aceitáveis, em caso de ocorrência deverão ser imediatamente delatadas através do nosso canal de denúncias descrito no item (b) abaixo.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.senior.com.br>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos, aprovados em reunião realizada em 6 de abril de 2022, os membros do Conselho de Administração também já aprovaram as seguintes políticas e regimentos internos: (i) política de divulgação de atos ou fatos relevantes (“Política de Divulgação”); (ii) política de negociação de valores mobiliários (“Política de Negociação”); (iii) política de transações com partes relacionadas (“Política de Transações com Partes Relacionadas”); (iv) política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento (“Política de Remuneração”); (v) política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento (“Política de Indicação”); (vi) regimento interno do Conselho de Administração (“Regimento Interno do Conselho de Administração”); (vii) política de anticorrupção (“Política de Anticorrupção”), e (viii) regimento interno do Comitê de Auditoria (“Regimento Interno do Comitê de Auditoria”) (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como “Políticas de Governança Corporativa”).

As Políticas de Governança Corporativas estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os nossos valores, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos que identificamos, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.senior.com.br>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

A partir da entrada em vigor do Contrato do Novo Mercado, a Companhia passará a contar no âmbito de tal processo com o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria, quando em funcionamento, terá como atribuição, dentre outros, o monitoramento e controle, acerca do processo de gerenciamento de riscos e do programa

5.3 Programa de integridade

de compliance da Companhia, reportando ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas, bem como avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia, relacionadas aos termos de sua competência. Atividades sendo executados na presente data de divulgação deste Formulário de Referência pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

A área de Auditoria Interna, quando em funcionamento, terá como competência, dentre outros, avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia.

ii. A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A implementação, aplicação e monitoramento do funcionamento, cumprimento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos descritos no Código de Ética são de responsabilidade da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, e em conjunto com o Comitê de Riscos e Comitê de Pessoas da Companhia.

Estes departamentos atuam de forma contínua, com o objetivo de disseminar e consolidar uma cultura corporativa ética, bem como prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Ética, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como Leis Anticorrupção.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de abril de 2022. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da nossa Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.senior.com.br>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do nosso Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os fornecedores, clientes e parceiros da Companhia.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

5.3 Programa de integridade

As sanções encontram-se previstas no Código de Ética e incluem: (i) advertência verbal; (ii) advertência escrita; (iii) suspensão com ou sem perda de remuneração; (iv) dispensa com ou sem justa causa, ou, ainda, (vi) propositura de ações judiciais.

A aplicação de sanções devido a transgressões às normas do Código de Ética será apreciada caso a caso e deverá considerar: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Disponibilizamos canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de nossas políticas, códigos e regimentos internos. Nosso canal de denúncias é disponibilizado aos nossos colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: https://etica.resguarda.com/denunciasenior/main_pt.html.

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias está a cargo de empresa terceira denominada Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

A responsabilidade pela apuração de denúncias é da Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance. Casos denunciados, que possuem por escopo questões contábeis e fiscais, devem ser reportados também ao Comitê de Riscos da Companhia.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de nossos colaboradores e de terceiros.

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Não toleramos qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. Todas as informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O anonimato dos denunciante é garantido, sendo facultada a sua identificação.

Todas as denúncias recebidas são formalmente e imparcialmente investigadas, independentemente da função ou do nível hierárquico do investigado, sendo assegurado ao denunciante que este não será prejudicado por relatar suspeita de irregularidade. O esclarecimento de disposições constantes do Código de Ética, bem como realização de denúncias a violações de nossas políticas e normas e/ou auxiliar uma investigação, é uma conduta apreciada e incentivada pela Companhia, nos seguintes termos:

- Qualquer medida de represália contra denunciante que tenha feito a denúncia será punida;

5.3 Programa de integridade

- Qualquer suspeita de que alguém esteja sofrendo algum tipo de represália deve ser informada imediatamente por meio do Canal de Denúncia; e
- São exemplos de medidas de represálias: ameaças; negativa injustificada de promoção, sobretudo em épocas destinadas ao tratamento do assunto; assédio moral e/ou constrangimento; avaliação de desempenho ruim, não condizente com a realidade; redução, sem motivo plausível, de responsabilidades; rescisão sem justa causa; exclusão de reuniões e calls de sua responsabilidade; exclusão de eventos sociais do escritório; comportamento desrespeitoso.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, é responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do Código de Ética, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. O Comitê de Pessoas analisa e delibera sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia. Cabe ao Comitê de Pessoas decidir, por meio de processo formal, sobre as penalidades que serão aplicadas a cada fato objeto de denúncia.

Casos denunciados, que possuem por escopo questões contábeis e fiscais, deverão ser reportados também ao Comitê de Riscos da Companhia.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não há casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações Significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras Informações Relevantes

Riscos Adicionais

Adicionalmente aos riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3, a Companhia está exposta aos riscos de liquidez e de crédito, conforme descritos no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Gerenciamento de Riscos

i. Riscos Cibernéticos

A Companhia está em estágio avançado no seu processo de adequação às disposições da LGPD, e vem atuando fortemente na mitigação de eventuais riscos, sendo que adotou melhorias das medidas técnicas e administrativas já existentes, assim como novas implementações, criou e revisou políticas e processos, nomeou Encarregado de Dados e criou um Grupo de Trabalho para apoiá-lo nas atividades, assim como vem trabalhando intensamente na formação de uma sólida cultura corporativa, com treinamentos e conscientização das pessoas, e no monitoramento e na revisão dos processos e controles estabelecidos.

Adicionalmente, a Companhia possui coordenação específica para cyber security e para segurança da informação e governança, formadas por profissionais tecnicamente capacitados. No ano de 2021 a Companhia também instituiu o Grupo Estratégico de Segurança da Informação e Privacidade de Dados, a fim de (i) assegurar a aplicação das políticas relacionadas a Segurança da Informação, bem como de Proteção de Dados; (ii) implantar e monitorar práticas, estabelecer padrões e receber as infrações cometidas frente as políticas de segurança da informação; e (iii) ampliar o conhecimento sobre as melhores práticas de segurança da informação, compartilhar correções relativas a ataques e vulnerabilidades e trocar informações sobre novas tecnologias, produtos, ameaças e vulnerabilidades.

O Plano de Respostas a Incidentes da Companhia é norteado por dois frameworks: CIS v.8 e NIST. O processo consiste em (i) etapa de identificação do incidente e plano de contenção para que ele não cause impacto e /ou seu impacto seja mitigado, (ii) etapa de plano de resposta, (iii) etapa de comunicação às partes interessadas, (iv) etapa de análise do incidente, (v) etapa de mitigação e melhorias pós o incidente.

No intuito de mitigar o risco de invasões e ataques cibernéticos, a Companhia (i) realiza diariamente testes de intrusão e explorabilidade com sua equipe interna de Red Team, (ii) possui empresas terceirizadas especialistas contratadas para execução de testes de intrusão, (iii) tem contratado empresa especialista para execução do SOC (Security Operations Center) e atividades de Threat Intel, empresa de apoio para revisão de procedimentos e processos de segurança, análise e adequação de políticas, apoio na implementação dos princípios dos frameworks de segurança que a Companhia segue, além de contratação de consultoria para análise de risco independente sobre os processos de segurança e seus planos de detecção, contenção, proteção e recuperação, (iv) possui um consistente sistema de gestão de segurança de informação, validado pela certificação na ISO27001.

Testes: O pentest é executado por equipes internas (Red team) e equipes externas, feitas por empresas especializadas, que são alternadas a cada ano para que não haja uma visão privilegiada do ambiente ou vícios. O Red Team segue práticas de explorabilidade de

5.5 Outras informações relevantes

mercado e técnicas de intrusão simulando um atacante no ambiente. Do outro lado, temos o Blue Team que, ao detectar a ação do Red Team, trabalha em cima das ferramentas para evitar que o time consiga explorar e comprometer o ambiente. Já as equipes externas especializadas, contratadas para execução de pentest, seguem os padrões de mercado baseados nos três grandes tipos de pentest (black box, gray box e white box).

Gestão de vulnerabilidades: A Companhia possui um controle e gestão de suas vulnerabilidades, identificadas por meio dos testes de intrusão do time de red team, equipes especializadas terceiras por meio de pentest, ferramenta de análise de ameaças (SIEM), e pelas ferramentas de SAST e DAST das quais ela utiliza para proteção no ambiente. Todas as vulnerabilidades identificadas são classificadas utilizando framework's de mercado, como o MITRE ATT&CK®, CVSS, e são inseridas na esteira de correção, de forma direcionada ao time responsável. Elas são acompanhadas diariamente pelos times, reportadas semanalmente em status executivo e acompanhadas por comitês internos da Companhia.

Por meio de planos de comunicação e treinamentos periódicos acerca da segurança da informação, a Companhia trabalha intensamente na formação de uma sólida cultura corporativa, com treinamentos e conscientização das pessoas, e no monitoramento e na revisão dos processos e controles estabelecidos.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Agnaldo Montibeler						
469.631.709-91	Brasil	Sim	Não	19/11/2018		
Não	Agnaldo Montibeler		Física		469.631.709-91	
24.720	1,960	0	0,000	24.720	1,960	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Alencar Berwanger						
640.946.770-20	Brasil	Sim	Não	29/02/2024		
Não	Alencar Berwanger		Física		640.946.770-20	
10.797	0,856	0	0,000	10.797	0,856	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Alliance Administradora de Bens Ltda.						
08.621.737/0001-33	Brasil	Sim	Não	23/12/2019		
Não						
20.115	1,595	0	0,000	20.115	1,595	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Berwanger Administradora de Bens Ltda.						
08.578.447/0001-54	Brasil	Sim	Não	05/07/2022		
Não	Alencar Berwanger		Física		640.946.770-20	
12.028	0,954	0	0,000	12.028	0,954	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Cacio Packer						
890.071.409-06	Brasil	Sim	Não	23/03/2020		
Não	Cacio Packer		Física		890.071.409-06	
3.422	0,271	0	0,000	3.422	0,271	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Carlênio Bezerra Castelo Branco						
620.642.584-34	Brasil	Sim	Não	29/02/2024		
Não	Carlênio Bezerra Castelo Branco		Física		620.642.584-34	
2.673	0,212	0	0,000	2.673	0,212	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carlo Eduardo Spethmann Corrêa						
901.986.039-91	Brasil	Sim	Não	24/08/2023		
Não						
3.110	0,247	0	0,000	3.110	0,247	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Castelo Branco Administradora de Bens EIRELI						
20.366.869/0001-61	Brasil	Sim	Não	21/08/2023		
Não	Carlênio Bezerra Castelo Branco		Física	620.642.584-34		
2.424	0,192	0	0,000	2.424	0,192	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
EBC Administradora de Bens Ltda						
06.173.840/0001-32	Brasil	Sim	Sim	08/04/2024		
Não	Jorge José Cenci		Física	255.454.340-20		
333.400	26,436	0	0,000	333.400	26,436	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Eliege Montibeler						
516.555.199-72	Brasil	Sim	Não	30/10/2018		
Não	Eliege Montibeler		Física		516.555.199-72	
24.720	1,960	0	0,000	24.720	1,960	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
G3MPR Administradora de Bens Ltda.						
07.310.502/0001-68	Brasil	Sim	Sim	31/12/2021		
Não	Guido Heinzen		Física		432.915.119-72	
231.908	18,389	0	0,000	231.908	18,389	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Grade Administradora de Bens Ltda.						
08.871.921/0001-31	Brasil	Sim	Não	21/08/2023		
Não						
6.479	0,514	0	0,000	6.479	0,514	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Guido Heizen						
432.915.119-72	Brasil	Sim	Sim	09/05/2024		
Não	Guido Heizen		Física		432.915.119-72	
64.057	5,079	0	0,000	64.057	5,079	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Hevertom Fischer						
561.112.159-49	Brasil	Sim	Não	27/11/2023		
Não	Hevertom Fischer		Física		561.112.159-49	
2.250	0,178	0	0,000	2.250	0,178	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Juarez Santos Moyses						
222.932.309-10	Brasil	Sim	Não	22/12/2023		
Não	Juarez Santos Moyses		Física		222.932.309-10	
32.585	2,584	0	0,000	32.585	2,584	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mayara Montibeler Gottardo						
050.684.389-01	Brasil	Sim	Não	21/08/2023		
Não	Mayara Montibeler Gottardo		Física		050.684.389-01	
5.975	0,474	0	0,000	5.975	0,474	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Nesio Gilberto Roskowski						
418.840.009-91	Brasil	Sim	Sim	05/04/2024		
Não	Nesio Gilberto Roskowski		Física		418.840.009-91	
64.414	5,108	0	0,000	64.414	5,108	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NGR Administradora de Bens Ltda.						
08.629.001/0001-01	Brasil	Sim	Sim	21/08/2023		
Não	Nesio Gilberto Roskowski		Física		418.840.009-91	
269.468	21,367	0	0,000	269.468	21,367	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sapiens Administradora de Bens Ltda.						
09.071.219/0001-56	Brasil	Sim	Não	22/12/2023		
Não						
29.417	2,333	0	0,000	29.417	2,333	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Solaris Administradora de Bens Ltda.						
08.537.172/0001-00	Brasil	Sim	Não	27/11/2023		
Não						
32.400	2,569	0	0,000	32.400	2,569	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
22.300	1,768	0	0,000	22.300	1,768	
OUTROS						
62.489	4,955	0	0,000	62.489	4,955	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
1.261.151	100,000	0	0,000	1.261.151	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alliance Administradora de Bens Ltda.				08.621.737/0001-33	
Alicia Packer					
104.090.749-00	Brasil	Não	Não	04/10/2021	
Não					
1.100	15,714	0	0,000	1.100	15,714
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Aline Rassweiler de Souza					
028.016.609-57	Brasil	Não	Não	04/10/2021	
Não					
1.100	15,714	0	0,000	1.100	15,714
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Cacio Packer					
890.071.409-06	Brasil	Não	Sim	04/10/2021	
Não					
3.700	52,857	0	0,000	3.700	52,857
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alliance Administradora de Bens Ltda.				08.621.737/0001-33		
Vitor Packer						
141.733.069-46	Brasil	Não	Não	04/10/2021		
Não						
1.100	15,714	0	0,000	1.100	15,714	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.000	100,000	0	0,000	7.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Berwanger Administradora de Bens Ltda.				08.578.447/0001-54		
Alencar Berwanger						
640.946.770-20	Brasil	Não	Sim	26/11/2007		
Não	Alencar Berwanger		Física	640.946.770-20		
6.999	99,986	0	0,000	6.999	99,986	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sabrina Elisa Zange						
034.255.279-16	Brasil	Não	Não	26/11/2007		
Não	Alencar Berwanger		Física	640.946.770-20		
1	0,014	0	0,000	1	0,014	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Berwanger Administradora de Bens Ltda.				08.578.447/0001-54		
7.000	100,000	0	0,000	7.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Castelo Branco Administradora de Bens EIRELI				20.366.869/0001-61		
Carlênio Bezerra Castelo Branco						
620.642.584-34	Brasil	Não	Sim	07/08/2023		
Não						
848.438	100,000	0	0,000	848.438	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
848.438	100,000	0	0,000	848.438	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EBC Administradora de Bens Ltda				06.173.840/0001-32		
Eduardo de Bacco Cenci						
051.090.419-03	Brasil	Não	Não	10/09/2021		
Não						
4.229.675	99,000	0	0,000	4.229.675	99,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Jorge José Cenci						
255.454.340-20	Brasil	Não	Sim	10/09/2021		
Não						
42.725	1,000	0	0,000	42.725	1,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EBC Administradora de Bens Ltda				06.173.840/0001-32		
4.272.400	100,000	0	0,000	4.272.400	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
G3MPR Administradora de Bens Ltda.				07.310.502/0001-68		
Guído Heizen						
432.915.119-72	Brasil	Não	Sim	11/08/2016		
Não						
285.400	98,960	0	0,000	285.400	98,960	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Márcia Regina Cardoso						
601.560.159-00	Brasil	Não	Não	11/08/2016		
Não						
3.000	1,040	0	0,000	3.000	1,040	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
G3MPR Administradora de Bens Ltda.				07.310.502/0001-68		
288.400	100,000	0	0,000	288.400	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Grade Administradora de Bens Ltda.				08.871.921/0001-31		
José Elias Paludo						
446.354.519-68	Brasil	Não	Sim	03/02/2021		
Não						
7.400	100,000	0	0,000	7.400	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.400	100,000	0	0,000	7.400	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NGR Administradora de Bens Ltda.				08.629.001/0001-01	
Gabriel Felipe Roskowski					
047.957.039-65	Brasil	Não	Não	19/11/2021	
Não					
104.880	40,000	0	0,000	104.880	40,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Nesio Gilberto Roskowski					
418.840.009-91	Brasil	Não	Sim	19/11/2021	
Não					
52.440	20,000	0	0,000	52.440	20,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Vitória Costella Roskowski					
133.878.179-08	Brasil	Não	Não	19/11/2021	
Não					
104.880	40,000	0	0,000	104.880	40,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NGR Administradora de Bens Ltda.				08.629.001/0001-01		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
262.200	100,000	0	0,000	262.200	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sapiens Administradora de Bens Ltda.				09.071.219/0001-56		
Juarez Santos Moyses						
222.932.309-10	Brasil	Não	Sim	21/05/2021		
Não						
5.399	99,981	0	0,000	5.399	99,981	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Leonida Kriek						
461.633.529-04	Brasil	Não	Não	21/05/2021		
Não						
1	0,019	0	0,000	1	0,019	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sapiens Administradora de Bens Ltda.				09.071.219/0001-56		
5.400	100,000	0	0,000	5.400	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Solaris Administradora de Bens Ltda.				08.537.172/0001-00	
Evandro Mees dos Santos					
668.181.849-87	Brasil	Não	Sim	18/06/2007	
Não					
2	0,016	0	0,000	2	0,016
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Isadora Boing dos Santos					
075.228.119-45	Brasil	Não	Não	18/06/2007	
Não					
6.298	49,984	0	0,000	6.298	49,984
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Lilian Aparecida Boing					
551.037.239-72	Brasil	Não	Não	18/06/2007	
Não					
2	0,016	0	0,000	2	0,016
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Solaris Administradora de Bens Ltda.				08.537.172/0001-00		
Paula Boing dos Santos						
075.228.139-99	Brasil	Não	Não	18/06/2007		
Não						
6.298	49,984	0	0,000	6.298	49,984	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
12.600	100,000	0	0,000	12.600	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	23/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	77
Quantidade acionistas pessoa jurídica	25
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

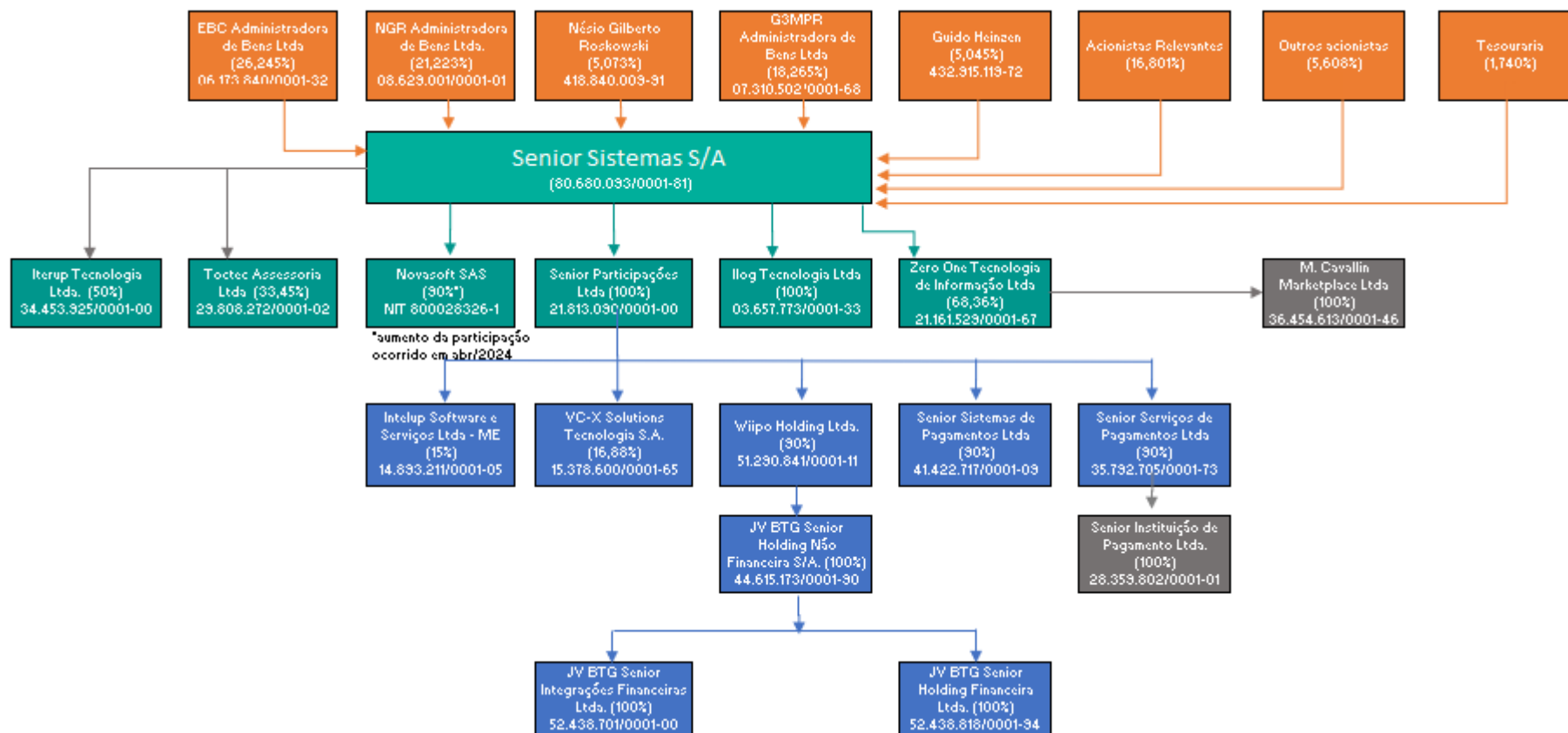
Quantidade ordinárias	62.489	4,955%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	62.489	4,955%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ILOG TECNOLOGIA LTDA	03.657.773/0001-33	100
ITERUP TECNOLOGIA LTDA.	34.453.925/0001-00	50
NOVASOFT SAS	00.000.000/0000-00	90
Senior Participações Ltda.	21.813.090/0001-00	100
TOCTEC ASSESSORIA LTDA.	29.808.272/0001-02	33,45
Zero One Tecnologia de Informação Ltda.	21.161.529/0001-67	68,36

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 – Organograma dos Acionistas e do Grupo Econômico



“Acionistas Relevantes” consistem em: Agnaldo Montibeler, Eliege Montibeler, Mayara Montibeler Gottardo, Alencar Berwanger, Berwanger Administradora de Bens Ltda., Cacio Packer, Alliance Administradora de Bens Ltda., Carlênio Bezerra Castelo Branco, Castelo Branco Administradora de Bens, Carlo Eduardo Spethmann Corrêa, Grade Administradora de Bens Ltda., Hevertom Fischer, Juarez Santos Moyses, Sapiens Administradora de Bens Ltda. e Solaris Administradora de Bens Ltda. Vide item 1.13 deste Formulário de Referência.

6.6 Outras informações relevantes

6.6 – Outras Informações Relevantes

Informações Adicionais ao Item 6.1/2

Quadro Acionário EBC Administradora de Bens Ltda.

Das 4.272.400 quotas da EBC Administradora de Bens Ltda., 4.214.675 de titularidade de Eduardo de Bacco Cenci encontram-se gravadas com usufruto vitalício a Jorge José Cenci, conforme quadro acionário consolidado:

Sócios	Quotas livres	Quotas gravadas	Total de quotas	Part. capital (%)
Jorge José Cenci	42.725	0	42.725	1%
Eduardo de Bacco Cenci	15.000	4.214.675	4.229.675	99%
Total	57.725	4.214.675	4.272.400	100%

Quadro Acionário NGR Administradora de Bens Ltda.

Das 262.200 quotas da NGR Administradora de Bens Ltda., 104.830 de titularidade de Gabriel Felipe Roskowski e 104.880 de titularidade de Vitória Costella Roskowski encontram-se gravadas com usufruto vitalício a Nesio Gilberto Roskowski, conforme quadro acionário consolidado:

Sócios	Quotas livres	Quotas gravadas	Total de quotas	Part. capital (%)
Nesio Gilberto Roskowski	52.440	0	52.440	20%
Vitória Costella Roskowski	0	104.880	104.880	40%
Gabriel Felipe Roskowski	50	104.830	104.880	40%
Total	52.490	209.710	262.200	100%

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 – Principais Características dos Órgãos de Administração e do Conselho Fiscal

- a) **Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Princípios Gerais de Indicação

A indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria deverá observar o disposto nos documentos, legislação e regulamentação de modo a refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses dos acionistas e do mercado em geral.

O processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com a missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Critérios para Indicação ao Conselho de Administração

Além dos requisitos dispostos no item acima, o candidato a membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, trajetória profissional reconhecida, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e de legislação societária. Poderá ser requerido conhecimento específico e experiência profissional em cargos estratégicos em empresas relacionadas com o segmento da Companhia, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

- i. ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou
- ii. tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser membros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege.

Quando, em decorrência da observância do percentual referido no item 4.4 acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Serão considerados membros independentes do Conselho de Administração aqueles assim qualificados em respeito aos critérios estabelecidos pelo Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, independentemente de sua indicação por acionistas controladores ou por acionistas minoritários.

O indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no §2º do artigo 16 do referido regulamento (e ressalvado o disposto no seu artigo 17, parágrafo único).

O Conselho de Administração deverá incluir, na proposta da administração referente à Assembleia em questão, sua manifestação contemplando:

- i. a aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração a esta Política; e
- ii. conforme o caso, as razões, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado e na declaração mencionada no item acima, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como conselheiro independente.

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada periodicamente, com o objetivo de assegurar a complementaridade, coerência e aderência das competências dos seus membros.

A proposta de indicação de reeleição dos membros do Conselho de Administração deverá considerar o desempenho do conselheiro durante o período de seu mandato, sua experiência, participação, contribuição e assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, a eficiência do órgão e a complementaridade de suas funções, bem como apontar eventuais pontos de melhoria em sua composição.

O Conselho de Administração deverá incluir, na Proposta da Administração referente a Assembleia Geral para eleição de Administradores, sua manifestação contemplando a aderência, de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração, a esta Política.

Critérios para Indicação aos Comitês

O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, estatutários ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A indicação de membros para composição dos Comitês deverá ser realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, observado as regras gerais e específicas aplicáveis previstas no regimento interno do respectivo Comitê.

A reeleição dos membros dos Comitês deverá levar em consideração o desempenho durante o período do seu mandato, bem como a experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

Critérios para Indicação à Diretoria

O Conselho de Administração deverá indicar para compor a Diretoria profissionais que detenham, dentre outras competências, experiência profissional na área correlata, a habilidade de conciliar de modo harmônico os interesses dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela legalidade, ética, respeito aos valores e à cultura da Companhia e responsabilidade socioambiental.

Na indicação dos membros da Diretoria deverão ser observados os seguintes requisitos:

- i. os processos de sucessão eventualmente em curso na Companhia;
- ii. boa reputação e aderência aos critérios de integridade (compliance);
- iii. experiência em liderança, preferencialmente no negócio ou em área correlata, incluindo experiência em cargo de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional;
- iv. fluência no idioma inglês e desejável a fluência em espanhol;
- v. desejável graduação, especialização ou pós graduação nas disciplinas relacionadas à sua área de atuação e em gestão de negócios;
- vi. experiência em cargos estratégicos, preferencialmente no segmento de atuação da Companhia ou empresas correlatas;
- vii. desejável experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos na área de atuação;
- viii. conhecimento específico dos temas da diretoria, gestão de negócios e visão estratégica.

Caso o candidato seja candidato interno, além de avaliados os requisitos listados no acima, deverão ser também consideradas as avaliações de desempenho e competências aplicáveis ao referido candidato.

A proposta de reeleição dos membros da Diretoria deverá ser baseada em suas respectivas avaliações anuais durante o período de seu mandato, seu contrato de gestão e seus indicadores de desempenho.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez durante a vigência do mandato da Administração, ou seja, ao menos 1 (uma) vez a cada 2 (dois) anos, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente.

Nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Comitê deverá realizar a sua autoavaliação de desempenho, tanto individual como coletivamente, e o Conselho de Administração realizará anualmente a avaliação de desempenho do Comitê.

Já a Diretoria, será avaliada anualmente, sendo atribuição do Presidente do Conselho de Administração assegurar a sua eficácia.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

i. periodicidade da avaliação e sua abrangência

A avaliação é realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato da Administração, ou seja, ao menos 1 (uma) vez a cada 2 (dois) anos e compreende a avaliação geral do órgão e a avaliação individual de cada um dos seus membros, compreendendo a avaliação do Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e a Diretoria serão avaliados anualmente.

ii. metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

Além da metodologia e periodicidade mencionadas no item anterior, o processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, do Diretor Presidente, do Comitê de Auditoria, seu coordenador e seus membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções e nossos valores e objetivos.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com as nossas políticas e estratégias.

iii. contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros dos comitês de assessoramento.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Nós utilizamos das práticas mencionadas abaixo para administração de conflitos de interesse, as quais estão previstas em nosso Código de Ética e Conduta, no Regimento Interno do Conselho de Administração e em nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todos aprovados em sede de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2022, os quais foram atualizados em 6 de abril de 2022, e cujo inteiro teor pode ser acessados no nosso site de relações com investidores (<https://ri.senior.com.br>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

De acordo com a nossa “Política de Transações com Partes Relacionadas” caso seja identificada uma matéria que envolva partes relacionadas, os nossos administradores ou colaboradores envolvidos devem manifestar imediatamente seu potencial conflito de interesses e abster-se de votar a respeito.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em função de conflito de interesses ou benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionado a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 7 (sete) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido ou pela Companhia.

d) Por órgão

i. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	Não se aplica
Diretoria	1	5	0	0	1	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	2	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal – Suplentes	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	2	9	0	0	3	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ii. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder	Não se aplica
Diretoria	0	5	0	1	0	0	1	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	2	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal – Suplentes	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	0	10	0	1	0	0	3	0

iii. Número total de membros, agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a este item 7.1.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Até a data de publicação deste Formulário de Referência a Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade. Contudo, conforme descrito no item 1.9 deste Formulário de Referência, esta ação será endereçada conforme a companhia avançar na jornada ASG.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Até a data de publicação deste Formulário de Referência a Companhia não realiza avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Contudo, conforme descrito no item 1.9 deste Formulário de Referência, esta ação será endereçada conforme a companhia avançar na jornada ASG.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	5	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	2
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	2	9	0	0	3

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	1	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	0	10	0	1	0	0	3

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 – Informações Relacionadas ao Conselho de Administração

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por até 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Mercado, um Diretor de Marketing e Produto, um Diretor de Serviços, um Diretor de Desenvolvimento, um Diretor de Novos Negócios, um Diretor de Pessoas e Organização, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Financeiro, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição e a cumulação de cargos. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada e à competência para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia.

Comitês

A Companhia conta com os seguintes comitês para assessoramento do Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria; e (ii) Comitê de Pessoas.

A composição dos Comitês da Companhia encontra-se devidamente descrita no item 7.4 deste Formulário de Referência.

Regimento Interno Próprio

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2022. O regimento citado acima pode ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.senior.com.br>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

A Diretoria e o Comitê de Pessoas, por sua vez, não possuem regimento interno.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 24 de janeiro de 2022. Cumpre esclarecer, contudo, que o Comitê de Auditoria entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O Comitê de Auditoria tem como atribuições: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como os nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, devendo ser composto por 3 membros indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Comitê de Auditoria, (i) ao menos um deles deve ser membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) um membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e o relacionamento com os auditores independentes. O nosso Comitê de Auditoria conta também com um coordenador indicado pelo Conselho de Administração.

As competências do Comitê de Auditoria estão previstas no seu regimento interno.

b) Avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade (i) do Comitê de Auditoria opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação, e (ii) do Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Compete ao Comitê de Auditoria auxiliar permanentemente o Conselho de Administração, monitorando a efetividade dos processos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e ao cumprimento da legislação tributária aplicável, analisando os relatórios e acompanhando/supervisionando os auditores externos e internos da Companhia, preservando sempre sua relação de independência para com a Companhia.

c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O canal de denúncia da Companhia atende eventos de desvios de conduta e de não aderência a normas e regulamentações vigentes. Neste sentido, a Companhia não possui canal instituído para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

Para mais informações em relação ao canal de denúncia, verificar o item 5.3, (b) deste Formulário.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome Alencar Berwanger **CPF:** 640.946.770-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 22/04/1972

Experiência Profissional: O Sr. Alencar Berwanger é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com pós graduação em Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral – INSEAD, Recursos Humanos pelo Instituto Nacional de Pós Graduação (INPG)/Fundação Getúlio Vargas, além de ter cursado Fusões e Aquisições pelo INSPER, Xponential Business Administration – XBA pela Startse University, Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral, Intelligent Organizations: Collaboration and the Future of Work pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), Building, Leading, and Sustaining the Innovative Organization pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Managing Technical Professionals and Organizations. Possui mais de 25 anos de experiência em gestão de equipes, processos de prospecção, aquisição e incorporação de novos negócios no Brasil e no exterior. Está na Senior Sistemas desde 1º de agosto de 1992 e atuou em diversos cargos de gestão na empresa, sendo Líder de Desenvolvimento, Gerente de Produto, Gerente da área de Produtos e Diretor de Marketing e Produto, em 20 de março de 2018 passou a ocupar a posição atual de Diretor de Novos Negócios e, atualmente, também é membro do Comitê de Fusões e Aquisições. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/12/2023	2 anos, até 12/12/2025	Diretor de Relações com Investidores		12/12/2023	Sim	24/01/2022

Nome Cacio Packer **CPF:** 890.071.409-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/08/1973

Experiência Profissional: Cacio Packer é graduado em Ciências da Computação pela FURB. Possui sólida formação acadêmica, com especializações em Inovação e Negócios pela Sustentare, Finanças pelo Insper, e é certificado como conselheiro de Inovação e Tecnologia pela Gonet. Além disso, está atualmente envolvido na formação de conselheiros de administração pelo IBGC. Com uma trajetória profissional que abrange mais de 30 anos no setor de Tecnologia da Informação, dos quais 21 anos foram dedicados à Senior Sistemas. Durante sua carreira na Senior Sistemas, ocupou diversos cargos de destaque, incluindo os de head de produto, de inovação e de startups. Atualmente, Cacio Packer é como investidor anjo, conselheiro e CEO na SCVentures, uma empresa de participações que se dedica ao investimento e gestão de portfólios de startups.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/02/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/03/2024	Sim	30/03/2024

Nome Carlênio Bezerra Castelo Branco **CPF:** 620.642.584-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 10/09/1970

Experiência Profissional: O Sr. Carlênio Bezerra Castelo Branco é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Católica de Pernambuco, com pós-graduação em Administração Financeira pela Universidade de Pernambuco e MBA em Gestão Empresarial pela Universidad Mayor do Chile. Possui mais de 20 anos de experiência em estratégia, gerenciamento de risco, finanças e planejamento corporativo. Desde 04 de junho de 2012, ocupa o cargo de Diretor Presidente e desde 24 de janeiro de 2022, o cargo de Diretor Financeiro, de membro do Comitê de Fusões e Aquisições e do Comitê de Pessoas na Senior Sistemas. Já teve passagem em cargos de gestão em outras empresas, atuando como Executive Commercial & Marketing Director e General Director GetNet Chile na empresa Get Brasil, Nacional Sales Manager na empresa Oi/Telemar e Sales Manager no Grupo Carlos Lyra, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/12/2023	2 anos, até 12/12/2025	Diretor Presidente / Superintendente		12/12/2023	Sim	24/01/2022

Nome Carlos Valle **CPF:** 003.851.689-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 07/05/1978

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Valle é graduado em Técnico em Sistemas da Informação pela Escola Técnica Tupy e Bacharel em Ciências da Computação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com pós-graduação e MBA em Business, Change Management e Marketing pela Universidade Castelo Branco (UCB), além de ter cursado Negociação – Changing the Game pela Harvard Business School, Platform Strategies no MIT Sloan School of Management e XBA - Xponential Business Administration pela Nova School of Business and Economics. Possui mais de 25 anos de experiência como executivo em empresas de desenvolvimento de software e possui expertise em varejo, manufatura e logística. Desde 18 de junho de 2018 ocupa o cargo de Diretor de Desenvolvimento na Senior Sistemas, bem como é membro do Comitê de Pessoas. Tem passagem em cargos de gestão em outras empresas, hoje é Vice-Presidente do Conselho de Administração da VC-X Solutions Tecnologia S/A. desde fevereiro de 2021, indicado pela Companhia em razão do Acordo de Acionistas celebrado entre os acionistas da VC-X, e Diretor para Assuntos de Tecnologia da Informação da ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau, desde maio de 2021, e já atuou como Diretor de Seg. Moda, Food e Varejo de Serviços na Linx, Diretor de Segmento Manufatura e Logística na TOTVS, Diretor de Produto e Serviços na Datasul Serviços e foi Sócio Diretor na Datasul Tecnologia, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/12/2023	2 anos, até 12/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Desenvolvimento	12/12/2023	Sim	24/01/2022

Nome Claudia de Souza Ferris **CPF:** 737.410.196-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharel em Ciências da Computação **Data de Nascimento:** 17/03/1969

Experiência Profissional: A Sra. Claudia Ferris é graduada em Ciência da Computação pela PUC/MG, Mestrada em Telecomunicações pelo ITA/SP, com MBA em General Management, pela Fundação Getúlio Vargas/SP, e pós-graduação em Digital Business pela Columbia/MIT, tem cursos profissionais realizados no MIT, Singularity, Wharton, Saint Paul, Kellogg e Universidade de Toronto. Carreira construída em mais de 30 anos de experiência em Multinacionais de Tecnologia, em destaque 21 anos na Microsoft em posições estratégicas como Vice-Presidente de Canais de Consumo Latam e Vice Presidente de Marketing e Operações no Canadá. Atuação relevante em ambientes B2B (Enterprise) e B2C (Consumer) e um sólido histórico de construção de negócios com crescimento exponencial e turnarounds. Nos últimos anos participando do ecossistema de inovação como investidora anjo, empreendedora, mentora e advisor. Participação no Bossa Nova Investimentos (Angel Investor and Fund Advisor), EqualWeb Brasil (Member Of The Board Of Advisors) BBX Brasil (Mentor and Investor), BiosisHub (Member Of The Board Of Advisors), sendo que sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Conselheira declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. A Conselheira também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2022	2 anos, até AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/03/2022	Sim	30/03/2022

Nome Guido Heinzen **CPF:** 432.915.119-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 26/01/1962

Experiência Profissional: O Sr. Guido Heinzen é graduado em Ciências da Computação pela FURB de Blumenau, com especialização em Recursos Humanos pelo INPG e especialização em Gestão pela FGV, com participação no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral e formação no Curso de Conselheiros de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Possui mais de 30 anos de experiência em estratégia, desenvolvimento, produtos e inovação e planejamento corporativo. Fundador da Senior, atuou na empresa desde o ano de 1988, sendo responsável por desenvolvimento e produto. No período de 2011 a 2012 ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e atualmente ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho da Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Entretanto, o Sr. Guido esclarece que é réu (i) nas ações penais nº 5006356-17.2021.8.24.0075 e 5005379-25.2021.8.24.0075, perante as 1ª e 2ª Varas Criminais da Comarca de Tubarão/SC, que versam sobre o não-pagamento de ICMS no âmbito da empresa Madeiral Indústria e Comércio de Portas EPP (a qual não é uma empresa do grupo da Senior) e (ii) na ação penal nº 5001813-10.2021.8.24.0159, perante a Vara única da Comarca de Armazém/SC, que versa sobre o não-pagamento de ICMS e suposta falsidade ideológica no âmbito da empresa Kleiner Schein Artesanatos em Madeira Eireli (a qual não é uma empresa do grupo da Senior). Caso sejam julgados de forma desfavorável, poderão ser aplicadas penas restritivas de direito. Esclarece-se que (i) o Sr. Guido não integra quadro societário das empresas envolvidas; (ii) os três processos se encontram em fase de instrução, não tendo havido decisões condenatórias em face do Sr. Guido; (iii) no âmbito tributário os valores em discussão não foram atribuídos como devidos pelo Sr. Guido e (iv) o pagamento dos montantes em discussão em tais processos promoveriam o arquivamento de tais processos. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2022	2 anos, até AGO 2024	Vice Presidente Cons. de Administração		30/03/2022	Sim	30/03/2022

Nome Hermínio Gastaldi **CPF:** 366.766.081-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 25/07/1964

Experiência Profissional: O Sr. Hermínio Gastaldi é graduado em Ciências da Computação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com MBA Gestão em Negócios pelo INPG Business School - São Paulo, Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral (FDC), MBA em Gestão Comercial pela Febracorp University, MBA em AI and Data Science for Leaders pela Universidade de Chicago e MBA em Xponential Business Administration pela StartSE University – Portugal. Possui mais de 30 anos de experiência em estratégia, gerenciamento de equipes de vendas e planejamento corporativo. Está na Senior Sistemas desde 26 de novembro de 1998 e atuou em diversos cargos de gestão na empresa, sendo Gerente de Negócios, Gerente de Contas, Gerente de Canais e Gerente Nacional de Canais e em 02 de maio de 2011 passou a ocupar a posição que ocupa atualmente, de Diretor de Mercado. O Diretor declara não possuímos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/12/2023	2 anos, até 12/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Mercado	12/12/2023	Sim	24/01/2022

Nome Jean Paul Vieira **CPF:** 684.152.579-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 03/06/1972

Experiência Profissional: O Sr. Jean Paul Vieira é graduado em Processamento de Dados pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral (FDC), MBA em Administração Global pela Universidade de Lisboa, Engenharia de Produção pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Gestão Comercial pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG). Possui mais de 28 anos de experiência na área de tecnologia da informação em gestão de pessoas, estratégia, planejamento e criação de novas soluções tecnológicas. Está na Senior Sistemas desde 21 de janeiro de 2015, quando iniciou como Diretor de Desenvolvimento, e em 17 de julho de 2018 passou a exercer o cargo de Diretor de Marketing e Produto, que ocupa atualmente. É membro suplente do Conselho de Administração da Novasoft SAS desde março de 2021, indicado pela Companhia em razão do Acordo de Acionistas celebrado entre os sócios da Novasoft. Possui experiência em cargos de gestão em outras empresas, atuando como Diretor de Produto na Linx, Diretor de Desenvolvimento na Datasul/TOTVS e Gerente de Desenvolvimento na Datasul, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/12/2023	2 anos, até 12/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Marketing e Produto	12/12/2023	Sim	24/01/2022

Nome Jorge José Cenci **CPF:** 255.454.340-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 04/04/1957

Experiência Profissional: O Sr. Jorge José Cenci, com formação em Administração de Empresas, participação em MBA (Curso de Formação Geral para Altos Executivos) pela Fundação Instituto de Administração – Banco do Brasil, e formação como Conselheiro de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral. Está há mais de 30 anos atuando com estratégia de negócios, gerenciamento de risco, finanças e planejamento corporativo. Atua na Senior Sistemas desde 1990, sendo que durante o período de 2003 a 2012 ocupou o cargo de Diretor Presidente, e a partir de 2012 está na posição de Presidente do Conselho de Administração da empresa. Além de sua vivência na Senior Sistemas também atuou como Presidente da Assespro-SC, membro da Câmara Brasil Alemanha, membro da ACIB e do Sindicato Patronal das empresas de tecnologia de Blumenau. Exerceu ainda o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Blumenau/SC no período de janeiro de 2013 a abril de 2015. De forma voluntária exerceu o cargo de Presidente do Conselho Curador do Hospital Santo Antônio de Blumenau, entidade sem fins lucrativos, no período de abril de 2019 a agosto de 2021. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2022	2 anos, até AGO 2024	Presidente do Conselho de Administração		30/03/2022	Sim	30/03/2022

Nome Jussara Aparecida de Almeida Dutra **CPF:** 503.719.919-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 12/10/1965

Experiência Profissional: A Sra. Jussara Aparecida de Almeida Dutra é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, com MBA – Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestrado Business Psychology pela University of Westminster (Londres-UK), Programa Desenvolvimento Dirigentes pela Fundação Dom Cabral (FDC) e Especialização Treinamento e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Possui mais de 25 anos de experiência com implementação de estratégias e processos nas áreas de Gestão de Pessoas, Universidade Corporativa, Gestão do Conhecimento e Gestão de Processos. Desde 1º de setembro de 2008 está na Senior Sistemas e durante a sua trajetória na empresa ocupou os cargos de Gerente de Gestão de Talentos, Gerente Desenvolvimento Humano e Organizacional e em 1º de maio de 2018 passou a exercer a posição de Diretora de Pessoas e Organização, bem como, atualmente, é membro do Comitê de Pessoas. Foi conselheira consultiva da Associação Brasileira de Recursos Humanos – Santa Catarina de 2019 a 2021, bem como sócia administradora do Instituto Crescitá Ltda até 2017. A Diretora declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Diretora declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. A Diretora também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/12/2023	2 anos, até 12/12/2025	Outros Diretores	Diretora de Pessoas e Organização	12/12/2023	Sim	24/01/2022

Nome Luis Augusto Lobão Mendes **CPF:** 718.525.496-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Professor **Data de Nascimento:** 30/11/1967

Experiência Profissional: O Sr. Luis Augusto Lobão Mendes é professor de estratégia, desenvolvimento organizacional e Governança Corporativa da HSM Educação Executiva e do Centro Universitário Una. Foi professor da Fundação Dom Cabral, no período de 2000 a 2014. Mestre em Engenharia de Produção (UFSC, 2000), Pós-graduado em Gestão pela Qualidade (CEFET) e Política Estratégica (ADESG). Engenheiro Mecânico (Universidade de Itaúna, 1992) com participação no programa Colloquium on Participant Cetered Learning (Harvard Bussines School). Examinador do Prêmio Nacional da Qualidade - FPNQ (1999, 2000, 2001, 2003), Examinador Relator 2004 e Examinador Sênior 2005. Diretor de planejamento da Partnership & Associados. Atualmente, também é membro do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. Vem participando da elaboração de planejamento estratégico e desdobramento de planos em mais de uma centena de empresas de médio e grande porte no Brasil e no exterior. Atuando nos setores público, privado e instituições sem fins lucrativos. Professor Convidado da Universidad Nacional del Litoral (Argentina), Universidad SanAndrés (Argentina) e Univerdad del Desarrollo - UDD (Chile) e Olin Business School (EUA), nas disciplinas de planejamento estratégico, controle de gestão e redesenho de processos, e na Escola de Gestão do Porto - EGP (Portugal), no Programa Parceiros para Excelência (PAEX), sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2022	2 anos, até AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/03/2022	Sim	30/03/2022

Nome Nesio Gilberto Roskowski **CPF:** 418.840.009-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 02/10/1961

Experiência Profissional: O Sr. Nesio Gilberto Roskowski é graduado em Ciências da Computação pela FURB, de Blumenau, com participação no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral e formação no Curso de Conselheiros de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Possui mais de 30 anos de experiência em tecnologia e desenvolvimento, foi idealizador da fintech Wiipo, atuando na estruturação do negócio. Na Senior Sistemas desde 1991, esteve à frente de temas de tecnologia e desenvolvimento, exerceu o cargo de Diretor de Desenvolvimento e Tecnologia de 2000 ao ano de 2010 e desde 2011 ocupa a posição de membro do Conselho de Administração na Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2022	2 anos, até AGO 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		30/03/2022	Sim	30/03/2022

Nome Rubens Abrahão Barhum **CPF:** 900.354.968-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 14/01/1956

Experiência Profissional: O Sr. Rubens Abrahão Barhum é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de São Paulo, e especialização em Administração Financeira pela FGV-SP e pelo IMD – Lausanne – Suíça. Atuou como gerente da Divisão de Controladoria e Planejamento Econômico-Financeiro da Bahia Sul Celulose, CFO da Bunge Alimentos, da Vicunha Têxtil e da Coimex Trading. Atua desde 2005 como consultor na Barhum Consultoria Empresarial Ltda da qual é sócio-fundador. Participa do conselho de administração da Papius Indústria de Papel e da Senior Sistemas, e participou também dos conselhos da Fibra Dupont, Agrency e Weg Cestari, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Atualmente, também é coordenador do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/03/2022	2 anos, até AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/03/2022	Sim	30/03/2022

Nome Whillian Duarte Brose **CPF:** 904.313.830-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 12/03/1978

Experiência Profissional: Whillian é graduado em Ciências da Computação, concluiu dois mestrados e está fazendo doutorado profissional em Management and Business, tem especialização em IT Management, Business Psychology e Data Science – BigData e Analytics. Sua trajetória profissional foi construída atuando em cargos estratégicos em empresas como Meta, Hewlett Packard, Hewlett Packard Enterprise, HCL e Stefanini. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Diretor também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/12/2023	2 anos, até 12/12/2023	Outros Diretores	Diretor de Serviços	12/12/2023	Sim	07/02/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome: Claudia de Souza Ferris **CPF:** 737.410.196-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bacharel em Ciências da Computação **Data de Nascimento:** 17/03/1969

Experiência Profissional:

A Sra. Claudia Ferris é graduada em Ciência da Computação pela PUC/MG, Mestrada em Telecomunicações pelo ITA/SP, com MBA em General Management, pela Fundação Getúlio Vargas/SP, e pós-graduação em Digital Bussiness pela Columbia/MIT, tem cursos profissionais realizados no MIT, Singularity, Wharton, Saint Paul, Kellog e Universidade de Toronto. Carreira construída em mais de 30 anos de experiência em Multinacionais de Tecnologia, em destaque 21 anos na Microsoft em posições estratégicas como Vice-Presidente de Canais de Consumo Latam e Vice Presidente de Marketing e Operações no Canadá. Atuação relevante em ambientes B2B (Enterprise) e B2C (Consumer) e um sólido histórico de construção de negócios com crescimento exponencial e turnarounds. Nos últimos anos participando do ecossistema de inovação como investidora anjo, empreendedora, mentora e advisor. Participação no Bossa Nova Investimentos (Angel Investor and Fund Advisor), EqualWeb Brasil (Member Of The Board Of Advisors) BBX Brasil (Mentor and Investor), BiosisHub (Member Of The Board Of Advisors), sendo que sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Conselheira declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. A Conselheira também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/02/2023	até 6 meses	Comitê		14/02/2023	Sim	14/02/2023

Nome: Guido Heinzen **CPF:** 432.915.119-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 26/01/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Guido Heinzen é graduado em Ciências da Computação pela FURB de Blumenau, com especialização em Recursos Humanos pelo INPG e especialização em Gestão pela FGV, com participação no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral e formação no Curso de Conselheiros de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Possui mais de 30 anos de experiência em estratégia, desenvolvimento, produtos e inovação e planejamento corporativo. Fundador da Senior, atuou na empresa desde o ano de 1988, sendo responsável por desenvolvimento e produto. No período de 2011 a 2012 ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e atualmente ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho da Senior Sistemas. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Entretanto, o Sr. Guido esclarece que é réu (i) nas ações penais nº 5006356-17.2021.8.24.0075 e 5005379-25.2021.8.24.0075, perante as 1ª e 2ª Varas Criminais da Comarca de Tubarão/SC, que versam sobre o não-pagamento de ICMS no âmbito da empresa Madeiral Indústria e Comércio de Portas EPP (a qual não é uma empresa do grupo da Senior) e (ii) na ação penal nº 5001813-10.2021.8.24.0159, perante a Vara única da Comarca de Armazém/SC, que versa sobre o não-pagamento de ICMS e suposta falsidade ideológica no âmbito da empresa Kleiner Schein Artesanatos em Madeira Eireli (a qual não é uma empresa do grupo da Senior). Caso sejam julgados de forma desfavorável, poderão ser aplicadas penas restritivas de direito. Esclarece-se que (i) o Sr. Guido não integra quadro societário das empresas envolvidas; (ii) os três processos se encontram em fase de instrução, não tendo havido decisões condenatórias em face do Sr. Guido; (iii) no âmbito tributário os valores em discussão não foram atribuídos como devidos pelo Sr. Guido e (iv) o pagamento dos montantes em discussão em tais processos promoveriam o arquivamento de tais processos. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/07/2022	até abril/2024	Comitê		12/07/2022	Sim	12/07/2022

Nome: Jorge José Cenci **CPF:** 255.454.340-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 04/04/1957

Experiência Profissional:

O Sr. Jorge José Cenci, com formação em Administração de Empresas, participação em MBA (Curso de Formação Geral para Altos Executivos) pela Fundação Instituto de Administração – Banco do Brasil, e formação como Conselheiro de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e no Programa Parceiros para Excelência - PAEX da Fundação Dom Cabral. Está há mais de 30 anos atuando com estratégia de negócios, gerenciamento de risco, finanças e planejamento corporativo. Atua na Senior Sistemas desde 1990, sendo que durante o período de 2003 a 2012 ocupou o cargo de Diretor Presidente, e a partir de 2012 está na posição de Presidente do Conselho de Administração da empresa. Além de sua vivência na Senior Sistemas também atuou como Presidente da Assespro-SC, membro da Câmara Brasil Alemanha, membro da ACIB e do Sindicato Patronal das empresas de tecnologia de Blumenau. Exerceu ainda o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Blumenau/SC no período de janeiro de 2013 a abril de 2015. De forma voluntária exerceu o cargo de Presidente do Conselho Curador do Hospital Santo Antônio de Blumenau, entidade sem fins lucrativos, no período de abril de 2019 a agosto de 2021. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara não ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/02/2023	até 6 meses	Comitê		14/02/2023	Sim	14/02/2023

Nome: Luis Augusto Lobão Mendes **CPF:** 718.525.496-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Professor **Data de Nascimento:** 30/11/1967

Experiência Profissional:

O Sr. Luis Augusto Lobão Mendes é professor de estratégia, desenvolvimento organizacional e Governança Corporativa da HSM Educação Executiva e do Centro Universitário Una. Foi professor da Fundação Dom Cabral, no período de 2000 a 2014. Mestre em Engenharia de Produção (UFSC, 2000), Pós-graduado em Gestão pela Qualidade (CEFET) e Política Estratégica (ADESG). Engenheiro Mecânico (Universidade de Itaúna, 1992) com participação no programa Colloquium on Participant Cetered Learning (Harvard Bussines School). Examinador do Prêmio Nacional da Qualidade - FPNQ (1999, 2000, 2001, 2003), Examinador Relator 2004 e Examinador Sênior 2005. Diretor de planejamento da Partnership & Associados. Atualmente, também é membro do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. Vem participando da elaboração de planejamento estratégico e desdobramento de planos em mais de uma centena de empresas de médio e grande porte no Brasil e no exterior. Atuando nos setores público, privado e instituições sem fins lucrativos. Professor Convidado da Universidad Nacional del Litoral (Argentina), Universidad SanAndrés (Argentina) e Univerdad del Desarrollo - UDD (Chile) e Olin Business School (EUA), nas disciplinas de planejamento estratégico, controle de gestão e redesenho de processos, e na Escola de Gestão do Porto - EGP (Portugal), no Programa Parceiros para Excelência (PAEX), sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/07/2022	até abril/2024	Comitê		12/07/2022	Sim	12/07/2022

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há existência de relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

Carlênio Bezerra Castelo Branco

620.642.584-34

Subordinação

Controlada Direta

Membro Titular do Conselho de Administração na Novasoft SAS.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

ILOG TECNOLOGIA LTDA

03.657.773/0001-33

Administrador não-sócio

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A empresa Ilog Tecnologia Ltda. é controlada pela Senior Sistemas S.A.

Administrador do Emissor

Carlênio Bezerra Castelo Branco

620.642.584-34

Subordinação

Controlada Indireta

Membro Titular do Conselho de Administração na Novasoft SAS.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

WIIPO HOLDING LTDA

51.290.841/0001-11

Administrador não-sócio

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A empresa Wiipo Holding Ltda. é controlada pela Senior Participações Ltda., controlada pela Senior Sistemas S.A.

Administrador do Emissor

Carlênio Bezerra Castelo Branco

620.642.584-34

Subordinação

Controlada Indireta

Membro Titular do Conselho de Administração na Novasoft SAS.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

JV BTG SENIOR HOLDING NÃO FINANCEIRA S/A.

44.615.173/0001-90

Diretor

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

A empresa JV BTG Senior Holding Não Financeira S/A. é controlada pela Wiipo Holding Ltda.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlênio Bezerra Castelo Branco	620.642.584-34	Subordinação	Controlada Direta
Membro Titular do Conselho de Administração na Novasoft SAS.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Novasoft SAS			
Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Colômbia	
<u>Observação</u>			
A empresa Novasoft SAS é controlada pela Senior Sistemas S.A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Novasoft SAS			
Membro Titular do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Colômbia	
<u>Observação</u>			
A empresa Novasoft SAS é controlada pela Senior Sistemas S.A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Zero One Tecnologia de Informação Ltda.	21.161.529/0001-67		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A empresa Zero One Tecnologia da Informação Ltda. é controlada pela Senior Sistemas S.A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JV BTG SENIOR HOLDING NÃO FINANCEIRA S/A.	44.615.173/0001-90		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A empresa JV BTG Senior Holding Não Financeira S/A. é controlada pela Wiipo Holding Ltda.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JV BTG SENIOR INTEGRAÇÕES FINANCEIRAS LTDA	52.438.701/0001-00		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A empresa JV BTG Senior Integrações Financeiras Ltda. é controlada pela JV BTG Senior Holding Não Financeira S/A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Alencar Berwanger	640.946.770-20	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JV BTG SENIOR HOLDING FINANCEIRA LTDA	52.438.818/0001-94		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A empresa JV BTG Senior Holding Financeira Ltda. é controlada pela JV BTG Senior Holding Não Financeira S/A.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jean Paul Vieira	684.152.579-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Marketing e Produto	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Novasoft SAS			
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Estrangeiro(a) - Colômbia	
<u>Observação</u>			
A empresa Novasoft SAS é controlada pela Senior Sistemas S.A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jorge José Cenci	255.454.340-20	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EBC Administradora de Bens Ltda	06.173.840/0001-32		
Sócio Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A empresa EBC Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Guido Heinzen	432.915.119-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
G3MPR Administradora de Bens Ltda.	07.310.502/0001-68		
Sócio Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A empresa G3MPR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Nesio Gilberto Roskowski	418.840.009-91	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NGR Administradora de Bens Ltda.	08.629.001/0001-01		
Sócio Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A empresa NGR Administradora de Bens Ltda. é uma das acionistas controladoras da Senior Sistemas S.A.			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 – Acordos/Seguros de Administradores

Nesta data a Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, quando responsabilizados por danos causados a terceiros, em consequência de atos culposos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das Perdas Indenizáveis. O seguro tem por objetivo o pagamento e/ou reembolso, a título de Indenização securitária nos termos da apólice, das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros, pela Segurado ou Tomador, sua Controlada e/ou Subsidiária, quando este antecipar valores correspondentes à indenização e perdas do Segurado, relativamente às garantias contratadas e especificadas na Apólice, observadas as exclusões e limitações aqui expressamente previstas.

As coberturas básicas da apólice são as seguintes:

Garantia A – Segurado: A Seguradora pagará as Perdas Indenizáveis de cada Segurado sempre que tal Segurado não tenha sido indenizado pela Sociedade por tal Perda Indenizável.

Garantia B – Tomador: Se o Tomador efetuar o pagamento de uma Perda Indenizável de um Segurado, coberta pela Apólice, a Seguradora reembolsará o Tomador por tal Perda Indenizável.

Garantia C – Cobertura à Sociedade: Indenizações Securitárias de cada Sociedade resultante de uma Reclamações de Valores Mobiliários, se tal Reclamação também for iniciada em conjunto e continuamente mantida contra um Segurado.

A apólice, com vigência até maio de 2025, foi contratada junto à HDI Global Seguros S/A., com limite máximo de garantia no valor de R\$ 15.000.000,00.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 – Outras Informações Relevantes

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais:

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas no exercício encerrado em 31/12/2023 e no exercício corrente até a data de arquivamento deste Formulário de Referência.

Data	14 de fevereiro de 2023
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	88,84%
Ordem do dia	Extraordinária: Deliberar sobre 1. Rerratificação da aprovação do Plano de Entrega de Ações Restritas da Companhia 2022, nos termos deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de dezembro de 2022; e 2. Incorporação GLOBALTEC – (a) Aprovação do “Protocolo de Intenção e Justificação de Incorporação” da empresa GLOBALTEC S/A., CNPJ 01.664.949/0001-59; (b) Aprovação da nomeação do perito para avaliar o patrimônio líquido da empresa Incorporada; (c) Aprovação do “Laudo de Avaliação de Incorporação da empresa Incorporada elaborado pelo perito; (d) A Incorporação da empresa GLOBALTEC S/A.

Data	18 de abril de 2023
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	88,16%
Ordem do dia	Extraordinária: Deliberar sobre 1. o aumento do capital social a partir das reservas de lucro. Ordinária: Deliberar sobre 1. as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2. a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e 3. a definição da remuneração global anual da administração referente ao exercício social de 2023.

Data	29 de fevereiro de 2024
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	87,49%
Ordem do dia	Extraordinária: Deliberar sobre 1. a eleição e reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia e a consignação da condição de seus membros independentes.

7.8 Outras informações relevantes

Data	23 de abril de 2024
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária
Instalação em segunda convocação	N/A
Quórum de instalação	85,16%
Ordem do dia	Extraordinária: Deliberar sobre 1. a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Ordinária: Deliberar sobre 1. as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2. a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e 3. a definição da remuneração global anual da administração referente ao exercício social de 2024.

Informações adicionais ao item 7.4

Cumpra esclarecer que o Comitê de Auditoria entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Dessa forma, com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Comitê de Auditoria da Companhia passará a ser composto pelos membros abaixo indicados, eleitos na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de janeiro de 2022.

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Rubens Abrahão Barhum	Comitê de Auditoria não Estatutário	Coordenador	Administrador de empresas	24/01/2022	2 anos	-
900.354.968-00	N/A	-	14/01/1956	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
Membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas						

7.8 Outras informações relevantes

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Luis Augusto Lobão Mendes	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	Professor	24/01/2022	2 anos	-
718.525.496-53	N/A	-	30/11/1967	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
Membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas						
Luiz Carlos Passetti	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	24/01/2022	2 anos	-
001.625.898-32	N/A	-	07/10/1958	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
N/A						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações						
Rubens Abrahão Barhum - CPF 900.354.968-00						
<p>O Sr. Rubens Abrahão Barhum é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de São Paulo, e especialização em Administração Financeira pela FGV-SP e pelo IMD – Lausanne – Suíça. Atuou como gerente da Divisão de Controladoria e Planejamento Econômico-Financeiro da Bahia Sul Celulose, CFO da Bunge Alimentos, da Vicunha Têxtil e da Coimex Trading. Atua desde 2005 como consultor na Barhum Consultoria Empresarial Ltda da qual é sócio-fundador. Participa do conselho de administração da Papyrus Indústria de Papel e da Senior Sistemas, e participou também dos conselhos da Fibra Dupont, Agrenco e Weg Cestari, sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Atualmente, também é coordenador do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. O Sr. Rubens Abrahão Barhum declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.</p>						

7.8 Outras informações relevantes

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Luís Augusto Lobão Mendes - CPF 718.525.496-53						
<p>O Sr. Luis Augusto Lobão Mendes é professor de estratégia, desenvolvimento organizacional e Governança Corporativa da HSM Educação Executiva e do Centro Universitário Una. Foi professor da Fundação Dom Cabral, no período de 2000 a 2014. Mestre em Engenharia de Produção (UFSC, 2000), Pós-graduado em Gestão pela Qualidade (CEFET) e Política Estratégica (ADESG). Engenheiro Mecânico (Universidade de Itaúna, 1992) com participação no programa Colloquium on Participant Cetered Learning (Harvard Bussines School). Examinador do Prêmio Nacional da Qualidade - FPNQ (1999, 2000, 2001, 2003), Examinador Relator 2004 e Examinador Sênior 2005. Diretor de planejamento da Partnership & Associados. Também é membro do Comitê de Auditoria da Senior Sistemas. Vem participando da elaboração de planejamento estratégico e desdobramento de planos em mais de uma centena de empresas de médio e grande porte no Brasil e no exterior. Atuando nos setores público, privado e instituições sem fins lucrativos. Professor Convidado da Universidad Nacional del Litoral (Argentina), Universidad SanAndrés (Argentina) e Univerdad del Desarrollo - UDD (Chile) e Olin Business School (EUA), nas disciplinas de planejamento estratégico, controle de gestão e redesenho de processos, e na Escola de Gestão do Porto - EGP (Portugal), no Programa Parceiros para Excelência (PAEX), sendo que tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Luis Augusto Lobão Mendes declara não possuir, nos últimos cinco anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.</p>						
Luiz Carlos Passetti - CPF 001.625.898-32						
<p>O Sr. Luiz Carlos Passetti é formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (FACESP), tem Especialização em Corporate Finance e Planejamento Estratégico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Strategic Leadership for Partners – Harvard University, Cambridge. Possui mais de 35 anos de experiência em Auditoria e Consultoria, sendo 25 anos como sócio da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, saindo da sociedade em 30 de junho de 2019 (mandatória por idade). Com ampla experiência trabalhou em diversos segmentos da indústria, atuando tanto com empresas familiares em expansão quanto com grandes empresas multinacionais e brasileiras de capital aberto. Foi Presidente do Conselho de Governança da Ernst & Young América do Sul e membro do Conselho de Governança da Ernst & Young Américas e Ernst & Young Global, por 2 mandatos. É membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e também atua como Membro do Comitê de Auditoria e Riscos da Natura & Co., Marilan. O Sr. Luiz Carlos Passetti declara não possuir, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Luiz Carlos Passetti também declara ser independente nos termos do critério de independência do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.</p>						

7.8 Outras informações relevantes

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 – Política ou prática de remuneração

- a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Em 24 de janeiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração é aplicável às seguintes pessoas ("Pessoas Sujeitas à Política"): (i) membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), (ii) membros da Diretoria Estatutária ("Diretoria", em conjunto com o Conselho de Administração, "Administradores"), (iii) membros da Diretoria Não Estatutária (em conjunto com a Diretoria Estatutária, "Diretoria"), (iv) membros do Conselho Fiscal (caso instalado); (v) membros do Comitê de Auditoria e demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não estatutários, caso instalados ("Comitês").

A Política de Remuneração visa estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política, consolidando seus interesses com os nossos objetivos e os objetivos de nossas controladas.

Os elementos que compõem as remunerações dos administradores visam: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e que sejam competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

A nossa Administração entende que a remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as práticas observadas pelo nosso mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

O inteiro teor da nossa Política de Remuneração poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.senior.com.br>) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm>), na categoria Política de Remuneração.

- b) **práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- i. **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral").

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros dos Comitês serão remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração e a Política de Remuneração, conforme aplicável.

- ii. **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Para fixação da remuneração, o nosso Conselho de Administração analisa pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no nosso mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Como parâmetro, a remuneração fixa das Pessoas Sujeitas à Política é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. A remuneração variável, quando aplicável aos nossos Administradores, observará as regras gerais previstas na nossa Política de Remuneração, não estando sujeita a reajustes, mas sim ao atendimento de metas, sendo estabelecida conforme nossos resultados e de nossa administração. Para isso, nossos indicadores e metas são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na nossa estratégia e nosso planejamento de resultados.

- iii. **com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O Conselho de Administração revisita as premissas e diretrizes das práticas de remuneração adotadas pela Companhia uma vez por ano, assegurando a sua consistência e compatibilidade com as necessidades da Companhia e a realidade competitiva do mercado.

c) Composição da Remuneração

- i. **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração e os objetivos de cada um deles**

As Pessoas Sujeitas à Política poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características. A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política poderá ser constituída pelos seguintes componentes, conforme aplicável a cada órgão (nos termos previstos nessa Política): (i) remuneração fixa (incluindo benefícios); (ii) remuneração variável; (iii) remuneração baseada em ações e (iv) outros que o Conselho de Administração venha a determinar. Cada órgão terá a composição de sua remuneração conforme descrito nos itens abaixo.

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política poderá ser constituída pelos seguintes componentes, conforme aplicável a cada órgão (nos termos previstos nessa Política): (i) remuneração fixa (incluindo benefícios); (ii) remuneração variável; (iii) remuneração baseada em ações e (iv) outros que o Conselho de Administração venha

8.1 Política ou prática de remuneração

a determinar. Cada órgão terá a composição de sua remuneração conforme descrito nos itens abaixo.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Honorários. Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos membros do Conselho Fiscal, é fixado na Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração podem receber Remuneração Fixa diferente devido a (i) políticas internas dos acionistas que representam; e (ii) tempo dedicado às atividades do Conselho de Administração.

Benefícios Diretos e Indiretos. Os membros do Conselho de Administração poderão fazer jus a plano de saúde e seguro de vida, oferecido pela Companhia. Despesas com locomoção, hospedagem e alimentação dos membros do Conselho de Administração são reembolsadas conforme a política de viagens da Companhia.

Participação em Comitês. Os membros do Conselho de Administração poderão ser elegíveis a receber remuneração por participação no Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Remuneração Fixa

Honorários ou Salário. Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários ou salário, conforme aplicável), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as práticas do mercado. Os honorários fixos têm como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade e consistem no principal

8.1 Política ou prática de remuneração

elemento da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária poderão fazer jus aos seguintes benefícios: assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, previdência privada e vale-refeição, vale alimentação. Adicionalmente, os Diretores Estatutários, poderão fazer jus a checkup médico anual.

Participação em Comitês

Os Diretores Estatutários e os Diretores Não Estatutários não fazem jus à remuneração adicional por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os Diretores Estatutários e os Diretores Não Estatutários poderão fazer jus à remuneração variável. O objetivo da Remuneração Variável é recompensá-los pelos resultados globais da Companhia e das áreas sob sua responsabilidade.

A remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária consiste no pagamento de bônus (“Bônus”). O Bônus é pago, caso atingidas as metas previamente definidas, mediante adiantamento no mês de agosto e pagamento integral até o mês de março do ano subsequente.

A remuneração variável da Diretoria Não Estatutária consiste no pagamento de participação nos resultados (“PLR”). A PLR é paga, caso atingidas as metas previamente definidas, mediante adiantamento no mês de agosto e pagamento integral até o mês de março do ano subsequente.

Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária não fazem jus à remuneração adicional por participações em reuniões e comissões.

Remuneração Baseada em Ações

Os Diretores poderão ser elegíveis à participação em planos de remuneração baseado em ações da Companhia. Para mais informações sobre a remuneração baseada em ações, vide o item 8.4 deste Formulário de Referência.

Benefícios Pós-Emprego

Os Diretores não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os Diretores não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

No caso de instalação do Conselho Fiscal, será conferida remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Para tal, os membros do Conselho Fiscal receberão uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. Os membros do

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho Fiscal serão, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento são os comitês, estatutários ou não estatutários, criados com o objetivo de auxiliar a Companhia e seus Administradores na condução das atividades em conformidade com as políticas, códigos e regimentos da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis, podendo ou não ser permanentes, de acordo com as necessidades da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes comitês para assessoramento ao Conselho de Administração, conforme descritos no item 7.4 deste Formulário de Referência: (i) Comitê de Auditoria, em conformidade o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3; (ii) Comitê de Pessoas.

O Conselho de Administração poderá atribuir remuneração a membros dos Comitês.

Os membros dos Comitês, quando instalados, são elegíveis a uma remuneração fixa mensal, sendo que os membros dos Comitês que exerçam outros cargos na Companhia não receberão remuneração adicional por sua participação em tais comitês, salvo se o Conselho de Administração deliberar de forma diversa ou conforme previsto na Política de Remuneração.

Os membros do Comitê de Auditoria (i) farão jus a remuneração fixa e (ii) podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida.

Adicionalmente, todos os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável visa estimular, em conjunto com a remuneração baseada em ações, a melhor gestão, atratividade e retenção dos membros da Administração, buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de curto e médio prazo. O Objetivo da remuneração fixa mensal é de promover o equilíbrio entre os valores praticados pela Companhia e pelo mercado para executivos em posições similares em empresas do mesmo porte e segmento. A remuneração variável de curto prazo incentiva o atingimento das metas e o alinhamento com os desafios do planejamento anual. A remuneração de longo prazo, através dos planos de remuneração baseados em ações, confere aos seus beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia de modo sustentável no longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total nos últimos três exercícios sociais foi a seguinte:

8.1 Política ou prática de remuneração

Proporção de cada Elemento na Remuneração Total do Exercício Social Encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	77,33%	48,50%	-	66,07%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	2,90%	2,88%	-	4,90%	-
Participação em comitês	19,76%	0,00%	-	0,00%	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	19,91%	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	22,66%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego					
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	28,72%	-	6,37%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	-	100,00%	100,00%

Proporção de cada Elemento na Remuneração Total do Exercício Social Encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	89,04%	43,54%	-	61,72%	91,63%
Benefícios Diretos ou Indiretos	3,27%	2,25%	-	3,79%	8,37%
Participação em comitês	7,68%	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	34,64%	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	26,71%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego					
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	19,57%	-	7,77%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	-	100,00%	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

Proporção de cada Elemento na Remuneração Total do Exercício Social Encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	95,03%	42,79%	-	68,26%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	4,97%	2,24%	-	4,40%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	46,07%	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	27,34%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	8,90%	-	-	-
TOTAL	100,00%	100,00%	-	100,00%	-

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos nossos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal (caso instalado).

A remuneração total alvo dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mesmo setor da Companhia, de acordo com a função.

O Conselho de Administração é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria. A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária por sua vez, será reajustada conforme convenção coletiva aplicável aos empregados da Companhia, baseada em uma análise comparativa em relação ao mercado e avaliação do desempenho.

A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo objeto de apreciação anual pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração

Para a determinação da remuneração fixa e variável dos Diretores, tanto estatutários quanto não estatutários, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o atingimento de metas da Companhia, as quais são definidas anualmente.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, tais elementos de remuneração estão atrelados aos cargos exercidos e a qualificação do profissional para o exercício da função.

Os principais indicadores de desempenho considerados para fixação da remuneração variável consistem em indicadores financeiros, tais como Receita Operacional Líquida (ROL), EBITDA, e indicadores operacionais de qualidade e de entrega de projetos.

ii. **razões que justificam a composição da remuneração**

Analisamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter uma remuneração compatível com as práticas de mercado, adequadas a qualidade e responsabilidades de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento e ao desempenho no curto prazo.

iii. **existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não aplicável, tendo em vista que todos os membros da Administração da Companhia são remunerados pelo exercício de suas respectivas funções.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O Plano de Concessão de Ações Restritas, conforme descrito no 8.4 deste Formulário de Referência, tem a sua eficácia condicionada à efetiva realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, se a oferta pública ocorrer até 31/12/2024.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	0,00	14,00
Esclarecimento			A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado em tal exercício.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.142.719,51	6.976.537,56	0,00	8.119.257,07
Benefícios direto e indireto	68.946,90	388.010,30	0,00	456.957,20
Participações em comitês	572.450,17	0,00	0,00	572.450,17
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.027.533,63	0,00	4.027.533,63
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.729.956,13	0,00	8.729.956,13
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado em tal exercício.	
Total da remuneração	1.784.116,58	20.122.037,62	0,00	21.906.154,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	0,00	14,00
Esclarecimento			A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.015.528,44	5.745.074,35	0,00	6.760.602,79
Benefícios direto e indireto	38.141,58	340.866,45	0,00	379.008,03
Participações em comitês	259.537,46	0,00	0,00	259.537,46
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Este órgão não possui outras remunerações fixas.	Este órgão não possui outras remunerações fixas.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.358.681,29	0,00	2.358.681,29
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Este órgão não possui outras remunerações variáveis.	Este órgão não possui outras remunerações variáveis.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.401.836,25	0,00	3.401.836,25
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
Total da remuneração	1.313.207,48	11.846.458,34	0,00	13.159.665,82

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	0,00	14,00
Esclarecimento			A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	966.400,10	5.341.095,41	0,00	6.307.495,51
Benefícios direto e indireto	35.542,48	276.107,79	0,00	311.650,27
Participações em comitês	83.398,95	0,00	0,00	83.398,95
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.248.653,94	0,00	4.248.653,94
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.399.934,96	0,00	2.399.934,96
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
Total da remuneração	1.085.341,53	12.265.792,10	0,00	13.351.133,63

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	13,00	0,00	20,00
Nº de membros remunerados	7,00	13,00	0,00	20,00
Esclarecimento			A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	614.800,00	6.873.663,03	0,00	7.488.463,03
Benefícios direto e indireto	32.164,01	360.368,14	0,00	392.532,15
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A.		N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.400.557,21	0,00	7.400.557,21
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A.		N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.429.457,18	0,00	1.429.457,18
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
Total da remuneração	646.964,01	16.064.045,56	0,00	16.711.009,57

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
N° de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Variável.		A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6041300,44	0,00	6.041.300,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4027533,63	0,00	4.027.533,63
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
N° de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Variável.		A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5872161,23	0,00	5.872.161,23
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3914774,15	0,00	3.914.774,15
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
N° de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Variável.		A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado neste exercício.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5368793,77	0,00	5.368.793,77
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3579195,85	0,00	3.579.195,85
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4248653,94	0,00	4.248.653,94

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	13,00	0,00	20,00
Nº de membros remunerados	0,00	13,00	0,00	13,00
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Variável.		A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado neste exercício.	

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5489932,25	0,00	5.489.932,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3659954,83	0,00	3.659.954,83
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7400557,21	0,00	7.400.557,21

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Plano de Remuneração Baseado em Ações

Principais objetivos dos Incentivos de Longo Prazo:

ILPs: O ILPs tem como objetivo conceder aos Participantes uma oportunidade de receber os Direitos de ILP, de modo a promover (i) o estímulo da produtividade sustentável, (ii) a permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, bem como (iii) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas.

Plano de Ações: O Plano de Ações tem por objetivo conceder aos Participantes uma oportunidade de receber Ações Restritas, de modo a promover o estímulo da produtividade sustentável, ou da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas, conforme vier a ser definido em cada programa.

Uma vez que os ILPs e o Plano de Ações possibilitam aos beneficiários se tornarem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes beneficiários se sintam incentivados em promover a criação de valor para a Companhia a longo prazo e de forma sustentável e exerçam suas funções de forma alinhada aos interesses dos acionistas da Companhia bem como aos objetivos sociais e de estratégias de crescimento para a Companhia e suas controladas. O fato de os beneficiários terem a possibilidade de permanecerem vinculados à Companhia também faz com que eles compartilhem riscos e ganhos de forma equitativa.

Os ILPs e o Plano de Ações são elementos importantes da estratégia de remuneração da Companhia, uma vez que aumentam a competitividade na retenção e atração de talentos, além de estar em linha com as práticas de remuneração do mercado, considerando os *players* similares à Companhia.

Os ILPs e o Plano de Ações trazem mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Participantes em diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo), fazendo com que os beneficiários atuem constantemente em prol da criação de valor sustentável para Companhia e nossos acionistas, nos diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo).

a) Termos e condições gerais

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ciclos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 (“ILPs”)

Os Planos de Incentivo de Longo Prazo – Ciclos 2019, 2020 e 2021 foram rerratificados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia em 30 de março de 2022.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ciclo 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2022.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ciclo 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2023.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ciclo 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2024.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Os planos de “ILPs” têm como objetivo conceder aos seus Participantes uma oportunidade de receber os Direitos de ILP, de modo a promover (i) o estímulo da produtividade sustentável, (ii) a permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, bem como (iii) o alinhamento entre os interesses dos “Participantes” (sendo estes as Pessoas Elegíveis que manifestaram a vontade de aderir ao ILP em questão, mediante a celebração do respectivo Contrato Individual) e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas.

Através dos “ILPs”, a Companhia concede “Direitos de ILP”, entendidos como os direitos que serão concedidos a um Participante, em caso de atingimento das metas de EBITDA e Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia, os quais poderão ser pagos, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia, (i) em moeda corrente nacional ou (ii) por meio da entrega de “Ações Restritas” (sendo estas ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia as quais poderão, a critério do Conselho de Administração da Companhia, ser entregues aos Participantes).

As “Pessoas Elegíveis” são os administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob o seu controle, definidos pelo Conselho de Administração para participar de cada ILP.

Cada um dos ILPs possui vigência de 5 anos, sendo que:

- O ILP – Ciclo 2019 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.
- O ILP – Ciclo 2020 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020.
- O ILP – Ciclo 2021 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021.
- O ILP – Ciclo 2022 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.
- O ILP – Ciclo 2023 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023.
- O ILP – Ciclo 2024 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Os ILPs são administrados pelo Conselho de Administração, o qual, observadas as condições gerais dos ILPs e o Estatuto Social da Companhia, tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, incluindo:

- i. aprovar os Participantes, dentre as Pessoas Elegíveis;
- ii. aprovar a criação, alteração ou extinção de programas no âmbito de cada ILP e definir seus termos e condições, observado os limites estabelecidos nos Planos;
- iii. analisar casos excepcionais e dirimir dúvidas quanto a eventuais omissões ou interpretação das regras estabelecidas no Plano, nos Programas ou nos contratos individuais;
- iv. aprovar a forma de pagamento dos direitos a que fazem jus os Participantes, que poderá ser em moeda corrente e/ou por meio da entrega de Ações Restritas mantidas em tesouraria pela Companhia.

Com o propósito de satisfazer a eventual entrega de Ações Restritas nos termos de cada ILP, a Companhia, sujeita à lei e à regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada aos Participantes. As Ações Restritas recebidas nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A condição de performance do Plano, que é a base para a definição dos Direitos de ILP é definida por meio de 2 (dois) indicadores, quais sejam, o EBITDA e a Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia.

As condições de performance estão relacionadas ao atingimento da meta a ser definida pelo Conselho de Administração com relação aos indicadores de EBITDA e Receita da Companhia para cada exercício social, observado que, cada um dos indicadores acima contará com um peso de 50% (cinquenta por cento) na composição da meta (“Meta”).

Os Direitos de ILP a serem recebidos pelo Participante serão calculados considerando (i) os múltiplos de Remuneração Variável de Curto Prazo a que o referido Participante é elegível (“Alvo”), conforme o seu cargo e (ii) o percentual de atingimento da Meta, nos ciclos de 2019 a 2022. A partir do ciclo 2023, o (“Alvo”) a que o referido Participante é elegível será definido em seu contrato individual.

O gatilho para o recebimento de qualquer Direito de ILP pelo Participante é o atingimento de, no mínimo, 90% (noventa por cento) da Meta (“Percentual Mínimo”), tendo como limite máximo o percentual de 105% (cento e cinco por cento) da Meta.

- i. Caso o Percentual Mínimo acima indicado não seja alcançado, o Participante não terá direito ao recebimento de qualquer Direito de ILP do ciclo em questão.
- ii. A forma de cálculo considera que, a partir do atingimento do Percentual Mínimo, cada ponto percentual dentro do intervalo de cumprimento da Meta, garantirá ao Participante o equivalente a 6,66% (seis vírgula sessenta e seis por cento) do Alvo, que aplicado aos múltiplos de Remuneração Variável de Curto Prazo, determinam o valor a receber por tal Participante no âmbito do Plano (“Valor a Receber”):

Percentual de Atingimento da Meta	Percentual de Atingimento do Alvo
90%	0,00%
91%	6,66%
92%	13,33%
100%	66,66%
103%	86,66%
105%	100%

O Valor a Receber poderá ser pago ao Participante em (i) em moeda corrente nacional ou (ii) por meio da entrega de Ações Restritas.

- No caso do item (ii) acima, a quantidade de Ações Restritas a ser entregue ao Participante (“Montante de Ações Restritas”) será estabelecida com base no (a) Valor a Receber dividido pelo (b) Valor de Referência da Ação.
- O “Valor de Referência da Ação dos Ciclos 2019 a 2021” será obtido por meio da divisão do (i) valor equivalente a 12 (doze) vezes o valor do EBITDA atingido pela Companhia no exercício social referente ao ILP, dividido pelo número total de ações existentes da Companhia ao final do exercício social referente ao ILP. Especificamente para o ILP do Ciclo de 2021 serão subtraídas do número total de ações existentes, as ações em tesouraria.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- O “Valor de Referência da Ação do Ciclo de 2022” será baseado na média ponderada de múltiplos de EBITDA, que deverá considerar todas as negociações de ações efetivadas no exercício anterior à data base de apuração.
- O “Valor de Referência da Ação do Ciclo de 2023 e Ciclo de 2024” serão baseados na média ponderada de múltiplos de EBITDA, que deverá considerar todas as negociações de ações efetivadas no exercício anterior à data base de apuração. Fica definido que, caso haja menos de 6 (seis) negociações de ações efetivadas no exercício anterior à data-base de apuração, deverá ser considerada a média ponderada de múltiplos de EBITDA das negociações de ações efetivadas no ano imediatamente anterior, e assim sucessivamente, até que se tenha um exercício com a quantidade mínima de negociações aqui indicada.

Observado o disposto acima, os Direitos do ILP (Valor a Receber ou o Montante de Ações Restritas, conforme o caso), será pago ou entregue ao Participante em 4 (quatro) parcelas anuais (“Parcelas”), observados os percentuais da tabela abaixo, observado que, o efetivo pagamento ou entrega relativa, estará condicionada à:

- aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e;
- à manutenção do vínculo contratual do Participante junto à Companhia (a) durante o ano imediatamente anterior ao pagamento da Parcela, e (b) até a data da referida reunião do Conselho de Administração.

Os Direitos do ILP (Valor a Receber ou o Montante de Ações Restritas, conforme o caso), serão devidos em parcelas anuais, observados os percentuais abaixo.

Ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Percentual devido dos Direitos de ILP	20%	20%	30%	30%

- As parcelas vencem conforme regras definidas no contrato individual de cada ciclo do plano.
- O pagamento dos Direitos de ILP de forma escalonada durante o seu prazo de vigência, tem por finalidade promover o alinhamento entre os interesses do Participante e da Companhia.

A responsabilidade pelo recolhimento de quaisquer tributos incidentes será do Participante, sendo permitido à Companhia efetuar as retenções devidas, de acordo com a legislação, caso aplicável.

Incentivos de Longo Prazo - Plano de Entrega de Ações Restritas de 2022

O Plano de Incentivo de Longo Prazo - Plano de Entrega de Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de setembro de 2021 (“Plano de Ações”). O Plano de Ações, entrou em vigor na data de 1º de janeiro de 2022, tendo a sua eficácia condicionada à efetiva realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. Esta vigência segue a alteração aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 07 de dezembro de 2021.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O término de vigência do Plano de Ações não afetará os direitos plenamente adquiridos em relação às Ações Restritas objeto de Contratos Individuais já celebrados. Quaisquer outros planos de outorga de ações da Companhia anteriormente aprovados pelos acionistas da Companhia e ainda vigentes mantêm-se válidos e inalterados.

São elegíveis ao Plano de Ações os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas, eleitos pelo Conselho de Administração para participar do Plano de Ações, e que tenham manifestado a vontade de aderir ao Plano de Ações e ao respectivo Programa, mediante a celebração do Contrato Individual, em favor dos quais a Companhia entregará Ações Restritas (“Participantes”).

O Plano de Ações e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração e/ou pelo comitê que venha a ser criado ou designado pelo Conselho de Administração, para assessorar o Conselho de Administração na administração, implementação e/ou coordenação do Plano e Programas (“Comitê”). Obedecidas as condições gerais do Plano de Ações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Ações e dos Programas, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas às Ações Restritas, nos termos deste Plano de Ações, bem como esclarecimento de qualquer dúvida de interpretação do Plano de Ações e/ou do Programa; (b) a indicação das Pessoas Elegíveis e a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a entrega das Ações Restritas, nos termos do Plano de Ações, da lei e regulamentação aplicáveis; (c) caso a Companhia não detenha, em sua tesouraria, ações ordinárias necessárias ao cumprimento deste plano, o Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de tais ações, respeitado o percentual de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano de Ações; (d) a definição de opções de recompra e/ou direitos de preferência da Companhia, bem como outras eventuais restrições adicionais às Ações Restritas; (e) a aprovação de outras providências necessárias para a administração deste Plano de Ações e dos Programas; (f) a proposta de eventuais alterações deste Plano de Ações a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária; e (g) a criação de Programas e a definição da quantidade de Ações Restritas objeto de cada Programa.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração e o Comitê estarão sujeitos apenas aos limites estabelecidos em lei e aos termos do Plano de Ações, podendo tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar e não estando obrigados, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos os Participantes as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns Participantes, a seu exclusivo critério.

Esclarece-se que dois programas foram aprovados no âmbito do referido Plano de Ações, quais sejam:

Programa Partnership:

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2021. No âmbito do Programa Partnership, poderão ser outorgadas até 15.871 (quinze mil, oitocentas e setenta e uma) Ações Restritas, representativas de, no máximo, 1,25% do capital social da Companhia.

O direito do participante em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido e a Companhia transferirá as Ações Restritas se (i) a Companhia efetivamente realizar sua oferta pública inicial de ações (IPO); e (ii) se o participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou sociedade sob seu controle no período compreendido entre a data da outorga e descrito a seguir:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O período de vesting deste programa se inicia a partir do 2º ano com pagamentos realizados no mês de abril, conforme percentuais descritos abaixo:

Plano de ações - Programa <i>Partnership</i>				
Ano 1 IPO	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
0	20%	20%	30%	30%

Programa Discricionário

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de novembro de 2021. No âmbito do Programa Discricionário, poderão ser outorgadas até 9.523 Ações Restritas, representativas de, no máximo, 0,75% do capital social da Companhia.

O direito do(s) participante(s) em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido e a Companhia transferirá as Ações Restritas se (i) a Companhia efetivamente realizar sua oferta pública inicial de ações (IPO); e (ii) se o participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou sociedade sob seu controle no período compreendido entre a data da outorga e as datas descritas a seguir:

O período de vesting deste programa se inicia após a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, com pagamentos realizados conforme descrito abaixo:

- 20% (vinte por cento) após a data do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 1º aniversário do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 2º aniversário do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 3º aniversário do IPO; e
- 20% (vinte por cento) no 4º aniversário do IPO

a) data de aprovação e órgão responsável:

Os Planos de Incentivo de Longo Prazo – Ciclos 2019, 2020 e 2021 foram rerratificados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia em 30 de março de 2022.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ciclo 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2022.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ciclo 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2023.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ciclo 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2024.

Programa Discricionário: Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de novembro de 2021.

b) número máximo de ações abrangidas

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

ILPs

Segue abaixo os limites do número de Ações Restritas que podem ser objeto de outorga no âmbito dos ILPs (as Ações Restritas consistem em ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria):

<u>Programa</u>	<u>Números Máximos de Ações Restritas que podem ser Disponibilizadas no Âmbito do ILP</u>
2020	2.498
2021	2.707
2022	3.460
2023	4.783

Plano de Ações

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações, ações representativas de, no máximo, 2% do capital social total da Companhia na data da aprovação do Plano de Ações.

No âmbito do Programa Partnership, poderão ser outorgadas até 15.871 Ações Restritas, representativas de, no máximo, 1,25% do capital social da Companhia.

No âmbito do Programa Discricionário, poderão ser outorgadas até 9.523 Ações Restritas, representativas de, no máximo, 0,75% do capital social da Companhia.

a) número máximo de opções a serem outorgadas

ILPs

No âmbito dos ILPs, não há outorga de opções. No âmbito de tais planos, poderão ser outorgadas Ações Restritas, observados os limites impostos no item “c” acima.

Plano de Ações

No âmbito do Plano de Ações, não há outorga de opções. No âmbito de tais planos, poderão ser outorgadas Ações Restritas, observados os limites impostos no item “c” acima.

b) condições de aquisição de ações

ILPs

Ainda que o plano não contemple a aquisição de ações, a entrega de Ações Restritas ficará condicionada à celebração de contratos individuais entre a Companhia e cada beneficiário, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas a ser recebida e os demais termos e condições relacionados.

As Pessoas Elegíveis poderão decidir, voluntariamente, participar mediante a celebração do respectivo Contrato Individual, tornando-se, assim, Participantes.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Ações

Ainda que o plano não contemple a aquisição de ações, a entrega de Ações Restritas ficará condicionada à celebração de Contratos Individuais entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas a ser recebida e os demais termos e condições relacionados às Ações Restritas.

c) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

ILPs

Não aplicável, pois, tendo em vista tratar-se de plano de concessão de Ações Restritas, ao final do período de carência, os Participantes receberão as ações outorgadas de forma gratuita, ou seja, não desembolsarão recursos quando do exercício dos instrumentos outorgados, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos. Já o preço de custo para a Companhia, será o das ações em tesouraria no momento da entrega.

Plano de Ações

Não aplicável, pois, tendo em vista tratar-se de plano de concessão de Ações Restritas, ao final do período de carência, os Participantes receberão as ações de forma gratuita, ou seja, não desembolsarão recursos quando do exercício, desde que cumpridos todos os outros requisitos estabelecidos no Plano de Ações.

d) critérios para fixação do prazo de aquisição ou de exercício

ILPs

Os Direitos de ILP (Valor a Receber ou o Montante de Ações Restritas, conforme o caso), serão devidos em parcelas anuais, observados os percentuais abaixo. O escalonamento abaixo tem por finalidade alinhar os interesses dos administradores aos interesses da Companhia no longo prazo.

Ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Percentual devido dos Direitos de ILP	20%	20%	30%	30%

O prazo definido nos programas atende os interesses e objetivos da Companhia para retenção de profissionais e executivos considerados chaves para a operação, e está de acordo com as práticas de mercado.

Plano de Ações

Os prazos de carência para plena aquisição dos direitos relativos às Ações Restritas, assim como os demais termos e condições, encontram-se abaixo descritos. O escalonamento abaixo tem por finalidade alinhar os interesses dos administradores aos interesses da Companhia no longo prazo.

Programa Partnership

O período de vesting deste programa se inicia a partir do 2º ano, conforme percentuais descritos abaixo:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Ações - Programa <i>Partnership Vesting</i>				
Ano 1 IPO	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
0	20%	20%	30%	30%

Programa Discricionário

O período de vesting deste programa se inicia após a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme percentuais descritos abaixo:

- 20% (vinte por cento) após a data do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 1º aniversário do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 2º aniversário do IPO;
- 20% (vinte por cento) no 3º aniversário do IPO; e
- 20% (vinte por cento) no 4º aniversário do IPO.

O prazo definido nos programas atende os interesses e objetivos da Companhia para retenção de profissionais e executivos considerados chaves para a operação, e está de acordo com as práticas de mercado.

a) forma de liquidação

ILPs

O Valor a Receber poderá ser pago ao Participante em (i) em moeda corrente nacional ou (ii) por meio da entrega de Ações Restritas.

No caso do item (ii) acima, a quantidade de Ações Restritas a ser entregue ao Participante (“Montante de Ações Restritas”) será estabelecida com base no (a) Valor a Receber dividido pelo (b) Valor de Referência da Ação conforme item 8.4 letra “b”.

Plano de Ações

Com o propósito de satisfazer a entrega de Ações Restritas nos termos do Plano de Ações, a Companhia, sujeito à lei e à regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada. Alternativamente, caso a Companhia não detenha em sua tesouraria ações ordinárias necessárias ao cumprimento do Plano de Ações, o Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de tais ações.

b) restrições à transferência das ações

ILPs

Os Participantes, a partir do momento de recebimento das Ações Restritas, poderão vender, transferir ou, de qualquer forma alienar as ações outorgadas, observado a legislação aplicável e demais políticas da Companhia para a negociação das Ações Restritas.

A partir do ciclo ILP 2023 em qualquer hipótese de saída do Participante da Companhia, independente do motivo, e sempre como ato contínuo a tal saída, sem demora injustificada por parte da Companhia, a Companhia poderá exercer o direito de adquirir do Participante as ações que tenham sido outorgadas no âmbito deste ciclo.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas, podendo reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas.

Com relação aos programas já aprovados (Discricionário e Partnership), os participantes, a partir da transferência efetiva das Ações Restritas (vestings descritos acima), poderão vender, transferir ou, de qualquer forma e alienar as ações outorgadas sem qualquer restrição.

c) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

ILPs

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independente de qualquer formalidade, ser objeto de reorganização ou qualquer operação de natureza societária, inclusive, mas não se limitando, a abertura de capital ou alienação de controle, sem que isto altere as disposições e obrigações no âmbito dos ILPs, sendo permitido ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral decidir pela liquidação ou encerramento antecipado destes, sem prejuízo de quaisquer direitos eventualmente devidos aos Participantes.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nos ILPs ou seus Programas, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de plano de remuneração baseado em ações, poderá levar à revisão integral dos ILPs, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Plano de Ações

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano de Ações, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes. O Conselho de Administração também avaliará a necessidade de propor à Assembleia Geral ajustes no Plano de Ações ou realizar ajustes nos Programas, no caso de a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia e/ou as sociedades por ela controladas ou ao direito dos Participantes.

Adicionalmente, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de entrega de Ações Restritas, poderá levar à revisão integral deste Plano de Ações, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

d) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

ILPs – Ciclo 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024

Caso o vínculo contratual entre o Participante e a Companhia tenha sido encerrado durante o ano de início da vigência de cada ciclo, por qualquer motivo e em qualquer circunstância, não haverá nenhuma obrigação da Companhia e não caberá ao Participante nenhum direito relativo ao objeto dos ILPs, independentemente do atingimento das Metas.

Também não caberá nenhum direito ao Participante no âmbito dos ILPs em caso de:

- Desligamento do Participante por sua iniciativa: caso o encerramento do vínculo contratual ocorra entre o segundo e o quinto anos de vigência de cada ciclo, a qualquer tempo, o Participante perderá o direito às parcelas não vencidas até o último dia do vínculo contratual encerrado;
- Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia (sem justa causa): caso o desligamento ocorra entre o segundo e o quinto anos de vigência de cada ciclo, a qualquer tempo, o Participante terá direito ao recebimento sobre as parcelas vencidas, respeitada a proporção e as datas de pagamento originalmente previstas nos ILPs;
- Demissão do Participante por justa causa ou por aposentadoria: neste caso o Participante perderá, integralmente, o direito à quaisquer parcelas vencidas;
- Invalidez / falecimento: nestes casos deverá ocorrer a antecipação dos valores devidos, sendo que, na hipótese de falecimento, os herdeiros passarão a ter direito, conforme inventário/partilha dos bens. Nesta hipótese, o pagamento de qualquer direito deverá ser feito em moeda corrente nacional, exclusivamente, sendo vedado que a Companhia pague tais Direitos de ILP em Ações Restrita.

ILPs – Ciclo 2022

Se aplicam todas as regras dos ciclos 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024, exceto em caso de:

Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia (sem justa causa): caso o desligamento ocorra entre o segundo e o quinto anos de vigência de cada ciclo, a qualquer tempo, o Participante terá direito ao recebimento antecipado das parcelas vencidas;

Plano de Ações

Até a data em que a propriedade das Ações Restritas for efetivamente transferida aos Participantes, nos termos do Plano de Ações, respectivos Programas e Contratos Individuais, os Participantes não terão quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas.

Com relação aos programas já aprovados (Discricionário e Partnership), na hipótese de desligamento da Companhia:

(i) por invalidez permanente ou falecimento; ou (ii) por vontade da Companhia, por meio de demissão pela Companhia sem justa causa ou sem violação dos deveres e atribuições de administrador; os prazos de carência dispostos nos Programas serão antecipados e a Companhia transferirá para o nome do Participante a totalidade das Ações Restritas que haviam sido outorgadas, conforme o procedimento descrito nos Programas. Adicionalmente,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

na hipótese de o Participante desligar-se da Companhia, por qualquer outro motivo que não os dispostos acima, os direitos que, até a data de desligamento, ainda não tenham sido plenamente adquiridos, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00		14,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00		7,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Baseada em Ações neste exercício.			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorga de Opções de Compra de Ações

Os planos de remuneração baseados em ações (descritos no item 8.4) não contemplam a outorga de opções de compra de ações, já que o plano adotado é de ações restritas. Dessa forma, não há informações relativas a opções outorgadas.

8.7 Opções em aberto

8.7 – Opções em Aberto

Os planos de remuneração baseados em ações (descritos no item 8.4) não contemplam a outorga de opções de compra de ações, já que o plano adotado é de ações restritas. Dessa forma, a maioria das informações não são aplicáveis, como por exemplo, as informações relacionadas a opções ainda não exercíveis e opções exercíveis.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 – Opções Exercidas e Ações Entregues

Os planos de remuneração baseados em ações (descritos no item 8.4) não contemplam a outorga de opções de compra de ações, já que o plano adotado é de ações restritas. Dessa forma, não há informações relativas a opções exercidas.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Diluição Potencial por Outorga de Ações

Ações a Serem Entregues – Exercício Social orrente previsto para encerrar em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0,49%

Ações a Serem Entregues Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0,48%

Ações a Serem Entregues Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0,25%

Ações a Serem Entregues Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,83	12,67
Nº de membros remunerados	0	9
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0,17%

8.10 Outorga de ações

8.10 – Outorga de Ações

Outorga de Ações Restritas - Programa Discricionário ⁽¹⁾ ⁽²⁾		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	1
Data de outorga	N/A	17/11/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	9.523
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	Ano do 4º aniversário da data do IPO
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$ 1.578,70 ⁽³⁾
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	-	R\$ 15.033.960,10

¹ O Programa Discricionário está condicionado à realização do IPO da Companhia.

² Os Programas de Remuneração Baseada em Ações existentes na Companhia não contemplam a outorga de opções de compra, apenas a outorga de ações restritas.

³ Valor justo apurado conforme a metodologia Black-Scholes-Merton na data da outorga, conforme descrito no item 8.12 deste Formulário de Referência.

Outorga de Ações Restritas 2023 – Plano Incentivo à Longo Prazo – Ciclo 2023 ⁽¹⁾ ⁽²⁾		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Data de outorga	N/A	25/09/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	2.256
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$ 2.169,37 ⁽³⁾
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	-	R\$ 4.894.098,72

¹ No Plano Incentivos à Longo Prazo - Ciclo 2023, além das ações outorgadas para a Diretoria Estatutária, houve também em 25 de setembro de 2023 a outorga de 2.527 ações para outros executivos da Companhia, totalizando 4.783 ações.

² Os Programas de Remuneração Baseada em Ações existentes na Companhia não contemplam a outorga de opções de compra, apenas a outorga de ações restritas.

³ Valor justo apurado conforme a metodologia Black-Scholes-Merton na data da outorga, conforme descrito no item 8.12 deste Formulário de Referência.

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações Restritas 2022 – Plano Incentivo à Longo Prazo – Ciclo 2022 ^{(1) (2)}		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Data de outorga	N/A	01/06/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.875
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$ 2.248,87 ⁽³⁾
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	-	R\$ 4.216.425,00

¹No Plano Incentivos à Longo Prazo - Ciclo 2022, além das ações outorgadas para a Diretoria Estatutária, houve também em 01 de junho de 2022 a outorga de 1.585 ações para outros executivos da Companhia, totalizando 3.460 ações.

²Os Programas de Remuneração Baseada em Ações existentes na Companhia não contemplam a outorga de opções de compra, apenas a outorga de ações restritas.

³Valor justo apurado conforme a metodologia Black-Scholes-Merton na data da outorga, conforme descrito no item 8.12 deste Formulário de Referência.

Outorga de Ações Restritas 2021 – Plano Incentivo à Longo Prazo – Ciclo 2021 ^{(1) (2)}		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,83	12,67
Nº de membros remunerados	0	9
Data de outorga	N/A	16/04/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.930
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/12/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$ 1.665,54 ⁽³⁾
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 3.214.492,20

¹No Plano Incentivos à Longo Prazo - Ciclo 2021, além das ações outorgadas para a Diretoria Estatutária, houve também em 16 de abril de 2021 a outorga de 777 ações para outros executivos da Companhia, totalizando 2.707 ações.

²Os Programas de Remuneração Baseada em Ações existentes na Companhia não contemplam a outorga de opções de compra, apenas a outorga de ações restritas.

³Valor justo apurado conforme a metodologia Black-Scholes-Merton na data da outorga, conforme descrito no item 8.12 deste Formulário de Referência.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	7,00	
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	
Nº de ações	0	1.519	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Baseada em Ações.		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	7,00	
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	
Nº de ações	0	975	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Baseada em Ações.		

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	13,00	
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	
Nº de ações	0	620	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Este órgão não é elegível à Remuneração Baseada em Ações.		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Precificação das Ações/Opções

a) Modelo de Precificação

Para fins de preenchimento do 8.5 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que foi adotado o modelo de precificação baseado no normativo contábil CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações, item B6, que determina que todos os modelos de precificação levam em consideração, no mínimo, os seguintes fatores: (a) o preço de exercício da ação; (b) a vida da ação; (c) o preço corrente das ações subjacentes; (d) a volatilidade esperada do preço da ação; (e) os dividendos esperados sobre as ações (se apropriado); e (f) a taxa de juros livre de risco para a vida da ação.

A Companhia compreende que o Black-Scholes-Merton é considerando um modelo apropriado para precificação das ações restritas outorgadas a seus administradores, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (drift) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir:

	Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2020	Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2021	Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2022	Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2023	Plano 2021 – Programa Discricionário
Preço médio das ações (o preço corrente das ações subjacentes)	1.125,53	1.814,30	2.365,80	2.321,37	1.704,18
Preço do exercício ¹	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001
Volatilidade Esperada	138,90%	71,90%	50,32%	47,74%	47,28%
Prazo de vida da ação	4,5 anos	4,75 anos	3,1 anos	3,1 anos	4,25 anos
Dividendos esperados	1,83%	1,80%	1,65%	1,74%	1,80%
Taxa de juros livre de risco	4,59%	7,79%	12,73%	10,74%	11,52%

¹Preço de exercício é equivalente a zero, e simbolicamente representado por R\$ 0,0001 para efeitos de cálculo.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O modelo de programa de remuneração escolhido pela Administração da Companhia não requer que o participante pague pela ação, transferindo-os de forma gratuita a ação, se atingidas as condições de desempenho (performance condition) e o período de aquisição de direito (vesting

8.12 Precificação das ações/opções

period). Desta forma o preço de exercício é equivalente a zero, e simbolicamente representado por R\$ 0,0001 para efeitos de cálculo.

Para ter direito ao recebimento da ação, o participante deve cumprir o período de vesting determinado pelo plano (entre 4 e 5 anos), exercendo o direito de forma escalonada conforme quadros apresentados no 8.4 deste Formulário de Referência de forma que os planos não permitem o exercício antecipado do direito de receber a ação.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo dos Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2019, Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2020, Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2021 e Plano 2021 – Programa Discricionário da volatilidade esperada, considerando que a Companhia, na data de realização do cálculo, era uma sociedade anônima de capital fechado, utilizou-se a volatilidade apurada por empresas comparáveis listadas na B3, no período de 16/06/2019 a 15/06/2020.

Para o cálculo da volatilidade esperada do Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2022, a premissa de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade média de empresas comparáveis listadas na B3, com base em informações disponíveis no mercado, no período de 31/05/2021 a 01/06/2022.

Para o cálculo da volatilidade esperada do Plano Incentivos à Longo Prazo – Ciclo 2023, a premissa de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade média de empresas comparáveis listadas na B3, com base em informações disponíveis no mercado, no período de 26/07/2020 a 25/09/2023.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

i. Detalhes dos programas

Os programas de pagamentos baseado em ação da Companhia estão condicionados ao alcance de metas de desempenho (performance condition) e posteriormente à sua permanência nos quadros funcionais da Companhia (vesting period). Os programas emitidos são classificados como Restricted stock units (RSUs), pois representa uma promessa de entrega de ações ao participante, de forma gratuita, numa data futura se certas condições de aquisição forem atendidas.

ii. Metas de desempenho (performance condition)

As condições de desempenho estão relacionadas ao atingimento de meta de EBITDA e receita da Companhia, para o exercício de referência do plano. O alcance das metas de desempenho determina a quantidade de ações que serão outorgadas. Estas condições são classificadas pela norma de contabilidade como metas de desempenho (performance condition) e a quantidade de ações, quando não conhecida ou ainda não deliberada pela Conselho de Administração, é estimada através de orçamentos internos, para determinar a quantidade estimada de ações a serem outorgadas para seus beneficiários.

iii. Metas de período de aquisição de direito (vesting period)

Os programas determinam que após o atingimento das metas de desempenho, os instrumentos serão transferidos aos beneficiários durante a permanência dos beneficiários pelo período de cinco anos, conforme apresentado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

8.12 Precificação das ações/opções

iv. Data da outorga

O normativo contábil CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações, item 11, determina que o valor justo dos instrumentos patrimoniais deve ser mensurado na data de outorga. A Companhia considera como data de outorga, o momento que os participantes são comunicados sobre o programa.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 – Participações Detidas por Órgão

- a) Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Ações emitidas pela Companhia:

Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	969.494
Diretoria Estatutária	30.981
Conselho Fiscal	N/A

- b) Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Cotas emitidas pela Senior Serviços de Pagamentos Ltda:

Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Cotas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	1.450.000
Conselho Fiscal	N/A

Cotas emitidas pela Senior Sistemas de Pagamentos Ltda:

Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Cotas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	850.000
Conselho Fiscal	N/A

Cotas emitidas pela Wiipo Holding Ltda:

Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Cotas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	11.000
Conselho Fiscal	N/A

8.14 Planos de previdência

8.14 – Planos de Previdência

O plano de previdência ofertado pela Companhia: (i) pode ser resgatado em momento prévio à saída do administrador da Companhia; (ii) é extensivo a todos os integrantes da Senior; (iii) a adesão do participante é de natureza voluntária.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Nome do plano	Não aplicável	SENIOR PREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Não aplicável	2
Condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável	O participante terá direito ao saldo constituído pelas contribuições básicas da Companhia quando atingir 55 anos de idade para mulheres e 60 anos de idade para homens. O participante perderá o saldo, caso resgate o valor antecipadamente ou transfira os recursos para outra instituição.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	1.220.898,16
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	129.790,61
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não aplicável	<p>A efetivação do resgate e/ou portabilidade pelo Participante de parte ou totalidade do saldo da Conta - Parte Participante Básica Mensal implicará na transferência para a Conta Coletiva do saldo Parte Instituidora Básica Mensal na mesma proporção do valor resgatado pelo Participante. Mesmo após o término do vínculo com a Companhia, essa regra será aplicável.</p> <p>O Participante terá direito ao saldo constituído pelas contribuições básicas da Companhia quando atingir 55 anos de idade para mulheres e 60 anos de idade para homens, ou se aposentar pelo INSS por idade ou tempo de serviço. O participante perderá o saldo, caso resgate o valor ou transfira os recursos para outra instituição, mesmo que opte por essas opções após o encerramento do contrato com a Senior.</p>

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	7,00	7,00	13,00	7,00	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	13,00	7,00	7,00	7,00
Valor da maior remuneraçãoReal	3.401.842,00	4.242.586,96	3.066.717,84	208.936,08	198.588,00	129.856,59
Valor da menor remuneraçãoReal	261.257,99	904.375,46	422.948,09	136.164,94	129.532,21	84.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.200.959,21	1.614.591,62	1.268.214,12	150.524,29	143.134,65	94.677,66

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, sendo que o detentor de menor remuneração individual não exerceu sua função durante 12 meses do exercício social.</p>	
31/12/2022	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que não consideramos todos os membros do órgão, visto que nem todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.</p>	
31/12/2021	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, esclarecemos que não consideramos todos os membros do órgão, visto que nem todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social.</p>	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Para informar a menor remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da menor remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p>	
31/12/2022	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>	
31/12/2021	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 – Mecanismos de Remuneração/Indenização

Não firmamos com os membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 7.7 do Formulário de Referência da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17 – Percentual Partes Relacionadas na Remuneração**

	2023	2022	2021
Conselho de Administração	43,13%	43,66%	48,09%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

Previsto para o Exercício Social 2024

Conselho de Administração	46,82%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções**8.18 – Remuneração – Outras Funções**

Exercício Social Previsto a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024			
Natureza do Pagamento	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
N/A	0	0	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Natureza do Pagamento	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
N/A	0	0	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Natureza do Pagamento	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
N/A	0	0	0

Exercício Social r encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Natureza do Pagamento	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Palestras	0	R\$ 14.077,50	0

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 – Remuneração Reconhecida do Controlador/Controlada

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Outras Informações Relevantes

Apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, as memórias de cálculo do:

- i. **Número de membros total de cada órgão apresentado no quadro 8.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais;**

Exercício Social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024 (previsão)

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2024	7	7	0
Fevereiro de 2024	7	7	0
Março de 2024	7	7	0
Abril de 2024	7	7	0
Mai de 2024	7	7	0
Junho de 2024	7	7	0
Julho de 2024	7	7	0
Agosto de 2024	7	7	0
Setembro de 2024	7	7	0
Outubro de 2024	7	7	0
Novembro de 2024	7	7	0
Dezembro de 2024	7	7	0
Média	7	7	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2023	7	7	0
Fevereiro de 2023	7	7	0
Março de 2023	7	7	0
Abril de 2023	7	7	0
Mai de 2023	7	7	0
Junho de 2023	7	7	0
Julho de 2023	7	7	0
Agosto de 2023	7	7	0
Setembro de 2023	7	7	0
Outubro de 2023	7	7	0
Novembro de 2023	7	7	0
Dezembro de 2023	7	7	0
Média	7	7	0

8.20 Outras informações relevantes**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022**

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2022	7	7	0
Fevereiro de 2022	7	7	0
Março de 2022	7	7	0
Abril de 2022	7	7	0
Mai de 2022	7	7	0
Junho de 2022	7	7	0
Julho de 2022	7	7	0
Agosto de 2022	7	7	0
Setembro de 2022	7	7	0
Outubro de 2022	7	7	0
Novembro de 2022	7	7	0
Dezembro de 2022	7	7	0
Média	7	7	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2021	7	12	0
Fevereiro de 2021	7	12	0
Março de 2021	7	11	0
Abril de 2021	7	11	0
Mai de 2021	7	12	0
Junho de 2021	7	12	0
Julho de 2021	7	12	0
Agosto de 2021	7	14	0
Setembro de 2021	7	14	0
Outubro de 2021	6	14	0
Novembro de 2021	6	14	0
Dezembro de 2021	7	14	0
Média	6,83	12,67	0

8.20 Outras informações relevantes

- ii. Número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão ou foram (conforme aplicável) atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.

Exercício Social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2024	7	7	0
Fevereiro de 2024	7	7	0
Março de 2024	7	7	0
Abril de 2024	7	7	0
Mai de 2024	7	7	0
Junho de 2024	7	7	0
Julho de 2024	7	7	0
Agosto de 2024	7	7	0
Setembro de 2024	7	7	0
Outubro de 2024	7	7	0
Novembro de 2024	7	7	0
Dezembro de 2024	7	7	0
Média	7	7	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2023	7	7	0
Fevereiro de 2023	7	7	0
Março de 2023	7	7	0
Abril de 2023	7	7	0
Mai de 2023	7	7	0
Junho de 2023	7	7	0
Julho de 2023	7	7	0
Agosto de 2023	7	7	0
Setembro de 2023	7	7	0
Outubro de 2023	7	7	0
Novembro de 2023	7	7	0
Dezembro de 2023	7	7	0
Média	7	7	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2022	7	7	0
Fevereiro de 2022	7	7	0
Março de 2022	7	7	0
Abril de 2022	7	7	0

8.20 Outras informações relevantes

Maio de 2022	7	7	0
Junho de 2022	7	7	0
Julho de 2022	7	7	0
Agosto de 2022	7	7	0
Setembro de 2022	7	7	0
Outubro de 2022	7	7	0
Novembro de 2022	7	7	0
Dezembro de 2022	7	7	0
Média	7	7	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro de 2021	7	12	0
Fevereiro de 2021	7	12	0
Março de 2021	7	11	0
Abril de 2021	7	11	0
Maio de 2021	7	12	0
Junho de 2021	7	12	0
Julho de 2021	7	12	0
Agosto de 2021	7	14	0
Setembro de 2021	7	14	0
Outubro de 2021	6	14	0
Novembro de 2021	6	14	0
Dezembro de 2021	7	14	0
Média	6,83	12,67	0

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/09/2021	01/09/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e (ii) auditoria das demonstrações financeiras da Novasoft SAS, controlada da Companhia com sede em Bogotá-Colômbia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de: 1) serviços de auditoria descritos no item (i): R\$ 437.916,00; e 2) serviços de auditoria da Novasoft SAS descritos no item (ii): R \$112.000,00.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 – Independência e Conflito de Interesse dos Auditores

A Companhia possui procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados junto aos seus auditores independentes, visando evitar conflito de interesse ou perda de objetividade de seus auditores independentes. Adicionalmente, conforme o art. 3º da Instrução da CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, o auditor independente da Companhia deverá declarar à administração das entidades auditadas as razões de que, em seu entendimento, a prestação de outros serviços não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria.

A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2019. O Comitê de Auditoria da Companhia é o órgão responsável por opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente ou qualquer outro serviço, verificando as qualificações e independência do auditor independente.

Adicionalmente, a Companhia reitera que não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre o auditor e partes relacionadas da Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2019, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

9.4 Outras informações relevantes

9.4 – Outras Informações Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas na seção 2 deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	40	64	0	0	117
Não-liderança	451	664	0	1	1473
TOTAL = 2.810	491	728	0	1	1590

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	92	2	9	0	0	118
Não-liderança	12	867	44	187	0	2	1477
TOTAL = 2.810	12	959	46	196	0	2	1595

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	8	195	18
Não-liderança	946	1526	117
TOTAL = 2.810	954	1721	135

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	4	14	56	130	17
Não-liderança	1	35	154	679	1548	172
TOTAL = 2.810	1	39	168	735	1678	189

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	1	0	0	0
Nordeste	9	8	0	0	22
Centro-Oeste	38	41	0	0	89
Sudeste	126	184	0	1	424
Sul	318	494	0	0	866
Exterior	0	0	0	0	189
TOTAL = 2.810	491	728	0	1	1590

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	1	0	0	0	0	0
Nordeste	0	8	2	7	0	0	22
Centro-Oeste	3	35	5	36	0	0	89
Sudeste	4	235	18	52	0	1	425
Sul	5	680	21	101	0	1	870
Exterior	0	0	0	0	0	0	189

TOTAL = 2.810	12	959	46	196	0	2	1595
----------------------	-----------	------------	-----------	------------	----------	----------	-------------

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	0	0
Nordeste	5	26	8
Centro-Oeste	60	104	4
Sudeste	190	495	50
Sul	652	979	47
Exterior	46	117	26
TOTAL = 2.810	954	1721	135

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 – Descrição dos Recursos Humanos

As informações deste subitem são prestadas de forma consolidada, visando permitir uma melhor compreensão e avaliação pelos investidores dos negócios da Companhia e de seus resultados. Desta forma, as informações reportadas abrangem outras empresas ligadas à Companhia.

a) Número de empregados (total e por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividades	31/12/2023
Desenvolvimento	1158
Serviços	826
Vendas	383
Administrativo/Outros	439
Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos	4
Total	2810

Quantidade de Empregados por Posição e Localização Geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	4	14	56	130	17
Não Liderança	1	35	154	679	1548	172
TOTAL = 2810	1	39	168	735	1678	189

i. Identidade autodeclarada de gênero

As informações do item i e ii foram extraídas de uma pesquisa exclusiva e interna realizada em fevereiro de 2024, sendo considerados os colaboradores contratados até 31/12/2023. Os colaboradores que optaram por não responder a pesquisa, foram enquadrados na coluna “prefere não responder”.

Não fizeram parte da pesquisa, os empregados alocados no Exterior, devido a métricas/classificações diferentes aplicadas no país e também em virtude de dificuldades relacionadas a lei de proteção de dados. Os dados destes colaboradores constam na coluna “prefere não responder”.

Quantidade de Empregados por Localização Geográfica e Autodeclaração de Gênero					
	Feminino	Masculino	Não Binário	Outros	Prefere Não Responder
Norte	0	1	0	0	0
Nordeste	9	8	0	0	22
Centro Oeste	38	41	0	0	89
Sudeste	126	184	0	1	424
Sul	318	494	0	0	866
Exterior	0	0	0	0	189
TOTAL = 2810	491	728	0	1	1590

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de Empregados por Posição e Autodeclaração de Gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere Não Responder
Liderança	40	64	0	0	117
Não Liderança	451	664	0	1	1473
TOTAL = 2810	491	728	0	1	1590

ii. Identidade autodeclarada de cor ou raça

Quantidade de Empregados por Localização Geográfica e Autodeclaração de Cor e Raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere Não Responder
Norte	0	1	0	0	0	0	0
Nordeste	0	8	2	7	0	0	22
Centro Oeste	3	35	5	36	0	0	89
Sudeste	4	235	18	52	0	1	425
Sul	5	680	21	101	0	1	870
Exterior	0	0	0	0	0	0	189
TOTAL = 2810	12	959	46	196	0	2	1595

Quantidade de Empregados por Posição e Autodeclaração de Cor e Raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere Não Responder
Liderança	0	92	2	9	0	0	118
Não Liderança	12	867	44	187	0	2	1477
TOTAL = 2810	12	959	46	196	0	2	1595

iii. Faixa Etária

Quantidade de Empregados por Localização Geográfica e Faixa Etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	0	0
Nordeste	5	26	8
Centro Oeste	60	104	4
Sudeste	190	495	50
Sul	652	979	47
Exterior	46	117	26
TOTAL = 2810	954	1721	135

Quantidade de Empregados por Posição e Faixa Etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	8	195	18
Não Liderança	946	1526	117
TOTAL = 2810	954	1721	135

10.1 Descrição dos recursos humanos

b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividades e Localização Geográfica - Terceirizados						
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Limpeza	0	1	3	7	18	0
Segurança	0	0	0	0	6	0
Portaria	0	0	0	1	4	0
Implantação de Sistemas	0	15	26	203	144	0
Auditoria Interna ¹	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 428	0	16	29	211	172	0

¹ Sua criação e atribuições foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2022, porém a efetiva entrada em vigor da referida está sujeita à contratação do auditor independente que irá exercer tal função (a qual ocorrerá até o momento de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado).

c) Índice de rotatividade

Em 2023, o índice de rotatividade da Companhia foi de **20,36%**.

Índice de Rotatividade	31/12/2023
Admitidos	620
Demitidos	524
Ativos no último Dia do Ano	2810
Fórmula = [(admitidos + demitidos) / 2] / Ativos	20,36%

10.2 Alterações relevantes

10.2 – Alterações Relevantes

O crescimento do quadro de pessoal da Companhia considera a aquisição da empresa Globaltec no ano de 2023.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
48.413,00	6.448,00	7,51
Esclarecimento		

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Políticas e Práticas de Remuneração dos Empregados

a) Política de Salários e Remuneração Variável

A Companhia mantém a competitividade adotando uma estratégia de remuneração de acordo com práticas de mercado, que são identificadas através de pesquisas realizadas com base em outras companhias. Os salários dos colaboradores da Companhia são corrigidos anualmente, os quais, são de forma geral, baseados nos índices de inflação e nos reajustes previstos nos instrumentos coletivos aplicáveis. Não obstante, podem ser concedidos reajustes salariais esporádicos, em razão de meritocracia, baseados na avaliação de desempenho, potencial e engajamento.

A remuneração variável é paga em um Programa Anual de Participação nos Lucros e Resultados e reconhece os resultados globais da Companhia e cumprimento de metas de sua área de atuação. O pagamento ocorre duas vezes ao ano, sendo o adiantamento em agosto e o valor integral no mês de março, do ano seguinte.

Adicionalmente, um número restrito de empregados da Companhia é elegível ao recebimento do Incentivo de Longo Prazo. Para informações sobre este plano, vide o item 8 deste Formulário de Referência.

b) Política de Benefícios

A Companhia oferece certos benefícios aos seus empregados, os quais são definidos conforme região geográfica e previsão em instrumento coletivo de trabalho, visando atrair, motivar e manter seus talentos. Entre os principais benefícios oferecidos pela Companhia estão: assistência médica e odontológica, seguro de vida, vale alimentação ou refeição, vale transporte, previdência privada, auxílio educação e auxílio creche.

c) Características dos Planos de Remuneração Baseados em Ações dos Empregados Não Administradores

- i. grupo de beneficiários
- ii. condições para o exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 30 de setembro de 2021, foi aprovado Plano de Entrega de Ações Restritas da Companhia, que conta com os empregados da Companhia como beneficiários elegíveis. Para mais informações sobre este plano, vide o item 8 deste Formulário de Referência.

d) Razão entre (i) a maior remuneração e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil.

A razão é de 7,51 salários.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 – Relações entre Emissor e Sindicatos

Os empregados da Companhia são representados pelos seguintes sindicatos:

Sindicato	Sigla	UF
Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Informática do Distrito Federal	SINPD	DF
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais	SINDADOS	MG
Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso do Sul	SPPDMS	MS
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso	SINDPD	MT
Sindicato dos Trabalhadores Em Processamento De Dados, Informática E Tecnologia Da Informação do Estado De Pernambuco	SINDPD	PE
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana	SITEPD	PR
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços, Públicos e Privados, de Informática e Internet, e Similares, do Estado do Rio de Janeiro	SINDPD	RJ
Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Rio Grande do Norte	SINDPD	RN
Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados	SINDPPD	RS
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina	SINDPD	SC
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento De Dados, Informática e Similares de Joinville e Região	SINDPD	SC - Joinville
Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado e São Paulo	SINDPD	SP
Sindicato dos Trabalhadores e Órgãos Públicos e Privados de Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Estado de Goiás	SINDPD	GO

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos aplicáveis, respeitando suas iniciativas e práticas e reconhecendo a importância de sua função. Relacionamento, este pautado não só no direito à livre associação e à negociação coletiva em prol de seus colaboradores, mas também na busca em fortalecer o segmento agregando valor ao negócio.

Tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e pilares da nossa cultura como ganha-ganha-ganha e clientes para vida toda, no decorrer da nossa história, sempre buscamos estar em conformidade com as diretrizes estipuladas em convenção coletiva. Buscamos encontrar soluções que atendam de forma favorável todos os envolvidos, observando sempre a legislação trabalhista aplicável e dos demais princípios e direitos previstos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. Dessa forma, garantimos, sem qualquer intervenção, a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva.

Além disso, desde a data de nossa constituição, não houve nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossa atividade.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 – Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 – Regras, Políticas e Práticas

Em 24 de janeiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"), a qual foi posteriormente alterada em 6 de abril de 2022. A nossa Política tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que (i) se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) -Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010e (ii) as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

Além disso, nos termos de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, no caso de contratação de Partes Relacionadas a Companhia deverá observar rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação aplicáveis à seleção e contratação de prestadores de serviços independentes e também as condições de mercado, isto é, durante a negociação, também deverão ser observados pela Companhia os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas. Neste sentido, temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. Quando não houver parâmetro de mercado, as operações com partes relacionadas deverão se pautar em negociações assemelhadas anteriores.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração da Companhia, o acionista ou administrador, conforme o caso, deve se abster de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores da Companhia de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento do interesse da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Desta forma, caso seja identificada uma matéria que envolva Partes Relacionadas, nossos Administradores ou colaboradores que estejam envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses acerca da referida matéria, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação.

Nosso Estatuto Social estabelece que nosso Conselho de Administração deverá aprovar a realização de qualquer negócio envolvendo a Companhia e uma parte relacionada à Companhia em valores materiais, conforme definidos no Estatuto Social.

A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas poderá ser obtida no nosso site de relações com investidores (<https://ri.senior.com.br>), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria Política de Transações entre Partes Relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Senior Imóveis Ltda.	01/10/2021	38.400.000,00	21.384.360,67	38.400.000,00	120 meses	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios controladores da Senior Imóveis Ltda. são acionistas controladores da Companhia.					
Objeto contrato	Locação do Imóvel matriz localizado em Blumenau/SC no valor mensal de R\$ 320 mil reajustado anualmente. O valor do contrato de locação será corrigido na forma prevista na cláusula contratual, que estipula a correção pela variação do IGP-M/FGV. A revisão em períodos inferiores ao estipulado para a vigência do referido contrato ocorrerá somente mediante mútuo acordo entre as Partes, não havendo valor mínimo ou máximo previsto para estes reajustes. Esta modificação contratual do preço, caso ocorra, será realizada nos moldes estabelecidos na Política de Transação com Partes Relacionadas e com adoção de critérios que garantam a comutatividade, podendo ser, por exemplo, contratados consultores externos para a elaboração de laudos e estudos que subsidiem o novo preço acordado. O contrato possui vigência total de 120 meses, até 30/09/2031, de forma que, ao final do exercício de 2021, o prazo remanescente é de 117 meses					
Garantia e seguros	A Companhia se comprometeu a, no prazo 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato, efetuar depósito caução no valor de 1 (um) mês de aluguel, em conta corrente a ser indicada pela locadora. Na desocupação do imóvel o referido valor será integralmente ressarcido, corrigido pelo mesmo índice de correção do valor da locação do contrato.					
Rescisão ou extinção	Rescisão do contrato antes de decorrido 2 anos de sua vigência ensejará a Companhia ao pagamento em favor da locadora o percentual correspondente a 30% do valor remanescente da locação para completar 4 anos. Após 2 anos de vigência do contrato a Companhia poderá rescindir o contrato sem qualquer ônus, desde que com aviso prévio de 4 meses (no caso de não cumprimento do aviso prévio, ensejará a Companhia ao pagamento, em favor da locadora, da quantia correspondente ao tempo do aviso prévio não cumprido, sem qualquer desconto ou isenção).					
Natureza e razão para a operação	O valor do saldo existente refere-se ao valor presente das prestações mensais em 31 de dezembro de 2021, conforme previsto no IFRS 16. A taxa incremental utilizada para apuração conforme IFRS 16 para este contrato é de 13,70% a.a. O contrato se trata da locação do imóvel matriz da Companhia localizado em Blumenau/SC, celebrado em outubro de 2021, o qual pertence à Senior Imóveis Ltda., sendo os sócios controladores da Senior Imóveis Ltda. acionistas controladores da Companhia. Para informações sobre as medidas adotadas para garantia da comutatividade neste contrato, vide item 16.3 abaixo neste					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SENIOR PARTICIPAÇÕES LTDA.	01/12/2021	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	31/12/2023	0,000000
Relação com o emissor	Em 01 de dezembro de 2021 foi autorizado o aumento de Capital Social na controlada Senior Participações em R\$ 15.000.000,00, sendo R\$ 10.000.000,00 integralizados no ato mediante a conversão dos adiantamentos existentes com a Companhia e saldo de R\$ 5.000.000,00 a serem integralizados até 31 de dezembro de 2023.					
Objeto contrato	Capital Social a integraliza					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SENIOR PARTICIPAÇÕES LTDA.	14/12/2022	6.500.000,00	5.872.109,53	6.500.000,00	31/12/2023	0,00
Relação com o emissor	Em 14 de dezembro de 2022 foi autorizado o aumento de Capital Social na controlada Senior Participações em R\$ 6.500.000,00 a serem integralizados até 31 de dezembro de 2023.					
Objeto contrato	Capital Social a integraliza					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2 – Itens ‘n.’ e ‘o’**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui transações com partes relacionadas que não se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 – Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/04/2023		253.936.600,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.269.683	0	1.269.683	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/04/2023		253.936.600,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.269.683	0	1.269.683	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/04/2023		253.936.600,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.269.683	0	1.269.683	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
24/01/2022		1.500.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Emissores Estrangeiros – Direitos e Regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação no exterior.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Mercados de Negociação no Brasil

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 – Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Carlênio Castelo Branco	Diretor Presidente	Registrado	
Alencar Berwanger	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 – Declaração do Diretor-Presidente

Blumenau, 31 de maio de 2024.

Eu, **Carlênio Bezerra Castelo Branco**, na qualidade de Diretor-Presidente da Senior Sistemas S.A., nos termos da Resolução CVM nº 80, declaro que:

- a) revisei este formulário de referência no âmbito do processo interno de revisão desse documento pelos órgãos da administração;
- b) todas as informações aqui contidas nesse formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira

Atenciosamente,

Carlênio Bezerra Castelo Branco

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Blumenau, 31 de maio de 2024.

Eu, **Alencar Berwanger**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores e Novos Negócios da Senior Sistemas S.A., nos termos da Resolução CVM nº 80, declaro que:

- a) revisei este formulário de referência no âmbito do processo interno de revisão desse documento pelos órgãos da administração;
- b) todas as informações aqui contidas nesse formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira

Atenciosamente,

Alencar Berwanger